

Espaço Social
Reflexão, Representação, Transformação

Joana Varajão
Docente orientador: Professor Gonçalo Furtado
Docente coorientador: Professor Virgílio Pereira
Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto

仕事にあふれ、ゴロゴロ
九龍域内の物件だけで販売している不動産屋
おもちのプラスチック部品工場
食堂
2,3階はマージャン屋
隣のビルとつなげて使っている香港黒社会の事務所。上下の階に彼らの仕切るストリップ小屋などがある
メイン通路「光明街」
紡績工場
ゴミ塚

Aos meus pais, pelo amor e apoio inabaláveis
Aos meus amigos, pelos momentos de 'filatelia'
Ao professor Virgílio Pereira, pela disponibilidade e pelo interesse
Ao professor Gonçalo Furtado, pela orientação e pelo incentivo

Espaço Social:
Reflexão, Representação, Transformação

Resumo / Abstract	4 / 5
Introdução	7
HENRI LEFEBVRE: do cotidiano possível à expansão do real	11
PIERRE BOURDIEU: «La sociologie est un sport de combat»	19
I. Topologia Social	22
II. Efeitos de Lugar	27
CARTOGRAFIAS DE PODER: relevos do possível	33
JEAN REMY E LILIANE VOYÉ: rumo à cidade «invisível»	41
I. Processo de urbanização	44
II. A pré-urbanidade	46
III. Situações de transição	53
IV. A cidade «invisível»	57
FORMAÇÕES SOCIO-ESPACIAIS	67
I. Sobreposições	72
II. Convergências	74
III. Polarizações	77
IV. Dispersões	80
<i>Ficções Sociais: espaços de resistência</i>	
V. MACAO: «è comme la torre senza il re»	88
Conclusão	103
Bibliografia	109
Índice de Imagens	113

*“Utopia lies on the horizon
When I take two steps towards her,
She retreats two steps
If I proceed ten steps forward,
She swiftly slips ten steps further ahead
No matter how far I go,
I never seem to reach her
What, then, is the point of utopia?
The point is to keep moving forward.”*

Eduardo Galeano

ABSTRACT

The present dissertation is based on the lefebvrian premise which implies a *new spatial order* in the formation of a *new social order*. In this sense, we analyze, first, the *social space* constructed by Pierre Bourdieu's concepts of *habitus*, *capital* and *field*, and, subsequently, the work "La Ville: Vers une nouvelle définition?", by Jean Remy and Liliane Voyé, seeking to build a theoretical socio-spatial approach of the process of urbanization, intended for its reproduction and possible transformation.

By analyzing the theoretical production of these authors, we verified the emphasis they attribute to the dialectical relationship between *social space* and *physical space*, which suffers a process of dissociation in *urbanized situations*. The socio-spatial relationship of correspondence, evident in *non-urbanized* situations, undergoes a process of disaggregation, specialization and fragmentation, stressed in the impoverishment of urban spaces as places of collectivity, and in the increased privatization and individuation of social trajectories. In this sense, the structural complexity of the socio-spatial dimension, in the present days, derives from the endless possible combinations between *strategies of social reproduction* and *logics of spatial appropriation*.

Therefore, the socio-spatial construction of the urbanized city we propose, implies a deconstruction of the abstract character of the *average-individual* – a formula of adequacy to the physical space that devalues the influence that the space will have in a particular social agent. Simultaneously, we propose a critical stance from the architect, regarding the structures of power that shape the social space, prompting a reflection on the balances and imbalances that it presents, and the influence the production and appropriation of physical space has, or can, potentially, exert upon it.

A presente dissertação parte do pressuposto lefebvriano que implica uma nova ordem espacial na formação de uma nova ordem social. Neste sentido, analisamos, primeiramente, o espaço social construído por Pierre Bourdieu a partir dos conceitos de *habitus*, *capital* e *campo* e, subsequentemente a obra “*A cidade: rumo a uma nova definição?*” de Jean Remy e Liliane Voyé, procurando construir uma aproximação teórica socio-espacial do processo de urbanização, com vista à sua reprodução e possível transformação.

Analisando a produção teórica destes autores verificamos a ênfase atribuída à relação dialética entre *espaço social* e *espaço físico*, a qual sofre um processo de dissociação intensificado pela urbanização. A relação de sobreposição socio-espacial, evidente em *situações não urbanizadas*, sofre um processo de desagregação, especialização e fragmentação que se reflete no empobrecimento do espaço urbano enquanto lugar da coletividade, e na crescente privatização e individualização das trajetórias sociais. Neste sentido, a complexidade estrutural da dimensão socio-espacial deriva, atualmente, da multiplicidade de combinações possíveis entre *estratégias de reprodução social* e *lógicas de apropriação espacial*.

A construção socio-espacial da cidade urbanizada que propomos implica, assim, a desconstrução do *indivíduo-médio*, fórmula abstrata de adequação do espaço físico que desvaloriza a influência que essa mesma construção terá num determinado agente apropriador. Simultaneamente, propomos um posicionamento crítico por parte do arquiteto em relação à estrutura de poder que conforma o espaço social, instigando uma reflexão sobre os equilíbrios e desequilíbrios que esta apresenta e a influência que a produção e apropriação espacial exerce ou pode, potencialmente, exercer sobre ela.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho acadêmico foca a relação dialética entre o *espaço social* e o *espaço físico*, reflexo e espelho das relações de poder inerentes a um determinado contexto, implicada num processo de transformação estrutural introduzido pela industrialização e urbanização.

Desta forma, pretendemos expor a influência recíproca entre as imposições inerentes a uma determinada posição social e as limitações ou capacitações que a apropriação de um determinado espaço físico incita, com o intuito de implicar a posição do arquiteto num processo de transformação socio-espacial.

Neste sentido, procuramos evidenciar a teoria lefebvriana como epistemologicamente inovadora, na medida em que implica uma relação dialética entre o desenho de uma ordem social e o espaço físico em que esta se organiza, através de uma abordagem teórica que atribui especial relevância ao quotidiano dos agentes sociais e às transformações implícitas na ascensão do capitalismo enquanto força económica e simbólica dominante. Incidente na multidimensionalidade do espaço produzido, a obra teórica de Lefebvre implica a urgência da reestruturação das relações de poder inscritas na sociedade, abordando o *espaço vivido e percebido* como lugar de uma possível consciencialização coletiva, com vista à relativização do *espaço abstrato* e à negação de uma condição existencial alienada e alienante, representativa dos valores e poderes hegemónicos do capital económico.

O espaço social de Pierre Bourdieu, por sua vez, permitir-nos-á entender de que forma as relações sociais se conformam e determinam consoante a posição social dos agentes e o *campo de poder* em que estes atuam. Através de uma perspetiva de síntese, Pierre Bourdieu define o espaço das *posições sociais* e do *habitus*, esquematizando diagramaticamente as proximidades e distâncias que implicam os agentes na sociedade. Delineando uma *economia de práticas* que relaciona o valor do *capital económico* com a importância do *capital social, cultural e simbólico* na estruturação do conjunto das *classes sociais*, Bourdieu constrói um espaço social definido pelo volume e composição dos capitais, os quais condicionam as estruturas mentais e físicas dos agentes, as suas possibilidades de ação e a sua respetiva capacidade de mobilização.

A obra de Jean Remy e Liliane Voyé, focada nas transformações espaciais implicadas no processo de industrialização e urbanização, permite reconhecer modos de agrupamento populacional distintos, diretamente influenciados pelas transformações nos modos de produção económica e pelas *lógicas de apropriação espacial* que os agentes adotam consoante a sua posição social e as imposições e possibilidades que a urbanização introduziu. Através de três situações-tipo, os autores interpretam a lógica social subjacente às *modalidades de apropriação espacial*, à luz dos *sistemas social, cultural e de personalidade*. As *situações não urbanizadas, de transição e urbanizadas* em análise são, assim, consequência de um processo de industrialização que implicou novos modos de vida emergentes.

Na convergência das teorias apresentadas pretendemos formular uma possível imbricação entre o desenho do espaço social bourdieusiano e os modos de territorialidade explanados por Jean Remy e Liliane Voyé, implicando uma distinção clara entre a estrutura social dos modos de agrupamento populacional não urbanizados e a estrutura socio-espacial urbanizada. Desta

forma pretendemos clarificar a influência recíproca entre a estrutura do espaço social e a estrutura do espaço físico, propondo um quadro de entendimento sobre as possibilidades da sua reprodução e de uma possível transformação das mesmas.

A *metodologia* inerente a este trabalho implicou uma abordagem detalhada e crítica à produção teórica de Pierre Bourdieu e Jean Remy e Liliane Voyé. Tendo por mote a produção teórica de Henri Lefebvre, procuramos, na obra de Pierre Bourdieu, aferir com detalhe a estrutura e os modos de reprodução do *espaço social*, conformado por *campos de poder*, onde os agentes sociais se posicionam e movem, consoante o volume e as espécies de capital que possuem e estratégias de reprodução desse capital, implícitas nos seus estilos de vida ou *habitus*. Finalmente, destacamos a obra *A cidade: rumo a uma nova definição?*, de Jean Remy e Liliane Voyé, analisada com o intuito de perceber de que forma o processo de industrialização e urbanização implicou transformações profundas na estrutura do espaço social e de que forma os agentes sociais adaptaram as suas *lógicas de apropriação* do espaço às exigências e necessidades emergentes nesse processo. O recurso às abordagens teóricas anteriormente referidas possibilitou a construção de uma correspondência hipotética entre diferentes estruturas sociais, assentes nos princípios estruturais desenhados por Pierre Bourdieu, e os modos de territorialidade distinguidos por Jean Remy e Liliane Voyé. Desta forma, observamos transformações evidentes entre o valor estrutural e estruturante do capital económico e do capital cultural desde as situações não urbanizadas até um contexto em que a urbanização domina o território.

A valorização da mobilidade introduzida pela urbanização e a conseqüente estruturização do quotidiano dos agentes em função desta implicou, socialmente, a individualização das posições sociais que compõe o espaço social e a flexibilização da ligação existente entre estas e as formas de agrupamento territorial. O equilíbrio estrutural alcançado entre o capital económico e cultural depende agora de uma estratégia de reprodução individualmente concebida, consoante as possibilidades criadas pela condição e posição social adquirida. Neste sentido, as lógicas de apropriação territorial pressupõem que o espaço se constitua nesta diferença, na confluência e interconexão que permite o desenvolvimento das mesmas sem constrangimentos estruturais que se apresentem como limitadores. No entanto, as desigualdades socio-espaciais, intensificadas em contextos de elevado ou reduzido capital económico, limitam o campo de possibilidades de mobilidade e mobilização, pela exclusividade ou exclusão que impõe sobre a percepção dos agentes sociais que os vivem. Inscrevendo barreiras e limites que se traduzem territorial e mentalmente, condicionam a mobilidade e a acessibilidade, numa privatização ou segregação limitadoras.

A nosso ver, é pertinente refletir sobre a importância de um desenvolvimento urbano que interprete a cidade enquanto construção socio-espacial, que evolui não só através das estruturas objetivas do espaço, mas também da transformação das estruturas mentais dos agentes que o apropriam. Enfatizando a multiplicidade de prioridades e valores nas estratégias e lógicas de reprodução e apropriação atuais, acentuamos a necessidade de desenvolvimento de coletividades que se predisponham a intervir neste processo, intrinsecamente dependente da capacidade de negociação e mediação entre grupos. O papel do arquiteto é aqui considerado como fundamental na mediação entre estruturas de governação e controlo, pressupondo uma tomada de posição crítica perante uma possível reestruturação social e espacial. O desenvolvimento urbano construído nestes termos implicaria, com efeito, a adequação dos espaços às diferentes

lógicas de apropriação, redefinindo e alargando as possibilidades interventivas dos agentes na cidade, na criação de lugares mentais e materiais onde os projetos coletivos desenhados adquirissem valor e legitimidade sociocultural que facilitasse a sua integração na dinâmica de uma nova cidade. Centrado na confluência dos vários agentes, o capital simbólico do utilizador adquire espaço para a materialização de alternativas que diminuam a *violência simbólica* imposta pelo domínio governativo do estado e do capital económico como valor hegemónico.

Propomos, desta forma, uma reflexão orientada para a reestruturação do equilíbrio entre os projetos individuais e os projetos coletivos em potência, na imbricação perdida entre o espaço da cidade e o espaço social, permitindo novas formas de territorialidade que se desenvolvam na diluição de desigualdades estruturais e na reformulação dos modos de perceção que instigam à naturalização dessas desigualdades. Entendendo o espaço público como lugar da coletividade, destacamos a cidade na dimensão pública que comporta, reciprocidade de uma construção que é simultaneamente física e social, objetiva e subjetiva, vivida e percecionada, individual e coletivamente apropriada.

“Someone posed the question, “What is private life deprived of?” Quite simply of life itself, which is cruelly absent. People are as deprived as possible of communication and of self-realization. Deprived of the opportunity to personally make their own history. Hypotheses responding positively to this question on the nature of the privation can thus only be expressed in the form of projects of enrichment; the project of a different style of life; or in fact simply the project of a style of life ... Or, if we regard everyday life as the frontier between the dominated and the undominated sectors of life, and thus as the terrain of risk and uncertainty, it would be necessary to replace the present ghetto with a constantly moving frontier; to work ceaselessly toward the organization of new chances.”¹

“And do you know what “the world” is to me? Shall I show it to you in my mirror? This world: a monster of energy, without beginning, without end; a firm, iron magnitude of force that does not grow bigger or smaller, that does not expend itself but only transforms itself; as a whole, of unalterable size, a household without expenses or losses, but likewise without increase or income; enclosed by “nothingness” as by a boundary; not something blurry or wasted, not something endlessly extended, but set in a definite space as a definite force, and not a space that might be “empty” here or there, but rather a force throughout, as a play of forces and waves of forces, at the same time one and many, increasing here and at the same time decreasing there [...].”²

1 Debord, Guy-Ernst, “Perspectives for Conscious Alterations in Everyday Life”, <http://library.nothingness.org/articles/all/en/display/89>, acedido em Agosto, 2013.

2 Nietzsche, Frederick, *The Will to Power* (Nova Iorque: Vintage, 1967).

HENRI LEFEBVRE do cotidiano possível à expansão do real

A crítica ao cotidiano, aprofundada por Henri Lefebvre com o intuito de o revolucionar, implica o entendimento da sociedade e dos mecanismos de reprodução incorporados na sua lógica de funcionamento. Afirmando a urgência da reestruturação das relações de poder, o filósofo aborda o espaço vivido e percebido como lugar da diferença e do possível. Procurando contrariar a hegemonia econômica introduzida pelos sistemas de produção industrial, Lefebvre afirma a necessidade de fazer corresponder um novo espaço físico a uma nova ordem social, afirmando a natureza dialética da construção e transformação de ambas.

Fig. 1 Audiência na estreia do filme *Bwana Devil* em 3D, 1952. Fotografada por E. R. Eyerman para a revista *Life*. Capa do livro *Society of Spectacle*, de Guy Debord, 1973. (duplicada e invertida)



“The theory we need, which fails to come together because the necessary critical moment does not occur, and which therefore falls back into the state of mere bits and pieces of knowledge, might well be called, by analogy, a ‘unitary theory’: the aim is to discover or construct a theoretical unity between ‘fields’ which are apprehended separately, just as molecular, electromagnetic and gravitational forces are in physics. The fields we are concerned with are, first, the physical – nature, the Cosmos; secondly the mental, including logical and formal abstractions; and, thirdly, the social.”¹

¹ Lefebvre, Henri, *The Production of Space* (Oxford: Blackwell Publishing, 1991), 11.

O filósofo e sociólogo Henri Lefebvre (1901-1991) destaca-se no panorama da filosofia ocidental pelo caráter pioneiro da sua produção teórica, em torno da *crítica ao quotidiano*, alienado pela força hegemónica do capital económico; do *direito à cidade*, focado na urbanização da sociedade e nos desequilíbrios que esta criou; e da *produção do espaço*, síntese fundamental da relação dialética que entende existir entre a organização social e a produção espacial.

Licenciado em filosofia pela Universidade de Paris em 1920, Lefebvre afirma e desenvolve uma prática revolucionária assentes nos princípios do movimento marxista francês, tornando-se um dos intelectuais mais proeminentes do grupo. Membro do Partido Comunista Francês desde 1928 até à sua expulsão no fim da década de 50, Lefebvre adota uma postura crítica em relação ao mesmo, admitindo os princípios marxistas como incontornáveis mas procurando a sua superação e complexificação numa articulação constante com os problemas que a contemporaneidade levanta.

Em 1947 publica o primeiro volume da obra *Critique of Everyday Life*, a qual serviria de inspiração e fundamento teórico a movimentos como os COBRA e o Internacional Situacionista, com o qual manteve uma relação próxima mas instável.

Na década de 60 participa ativamente nas transformações sociopolíticas que atravessavam a França, enquanto professor na Universidade de Estrasburgo e em Nanterre, onde lecionou a partir de 1965. Publica o segundo volume da *Critique of Everyday Life* em 1961 e, em 1968, o *Direito à Cidade*, obra que evidenciava o espaço urbano enquanto lugar da transformação social, presságio e mote da revolta que ocorreria em Maio do mesmo ano.

No seguimento da obra *Direito à Cidade*, publica *The Production of Space*, em 1974, síntese de uma teoria urbana que entende o espaço como produção social, recurso e instrumento afeto à transformação e reestruturação da percepção e do quotidiano do homem. No seguimento de uma análise crítica à condição urbana da sociedade e da desconstrução de um processo de transformação que implicava desigualdades e desequilíbrios vincados, Lefebvre constrói uma nova forma de abordar a produção espacial, em articulação permanente com a necessidade de promover e facilitar a consciencialização coletiva, com vista a uma transformação revolucionária da dimensão urbana da sociedade.

“Human actions always define themselves as choices, as means of access to what is possible and as an option between those various possibilities, regardless of whether the actions are individual or collective. Without possibility there can be no activity, no reality, unless it be the dead reality of things in isolation, which have a single possibility: to maintain themselves as they are. If we join the category of possibility to it - which, like the idea of totality and the idea of structure, is a philosophical legacy - the category of social and human reality can be retained.”¹

1 Lefebvre, Henri, *Critique of Everyday Life, Foundations for a sociology of the everyday*, vol. 2 (Londres: Verso, 2008), 195.

A teoria lefebvriana que pretendemos apresentar, interpreta o espaço enquanto conjunção triédrica, composta pelas dimensões *física*, *mental* e *social*. Clarificamos, aqui, a importância do entendimento das mesmas de forma dialética e dinâmica, procurando explicar os seus efeitos e valores enquanto condicionantes reais. Com efeito, Lefebvre estabelece a importância da apreensão da tríade espacial que apresenta enquanto conjunto indissociável, reforçando o entendimento do espaço enquanto interlaçar de imposições, abstrações e ações socio-espaciais.

No campo da sociologia, a relação entre o estudo das relações sociais e a conjuntura espacial que estas assumem no espaço físico conheceu interpretações distintas. Lefebvre surge, neste contexto, associado à rutura epistemológica que Silvie Tissot² associa às décadas de 70 e 80, contrariando a fundamentação crítica de uma teoria *espacialista* que interpretava o espaço físico como simples *reflexo* difuso de uma realidade social, entendida como condicionante *a priori*.

A interpretação lefebvriana coloca o espaço em evidência enquanto realidade multidimensional que incorpora as relações sociais que nele tomam lugar. Sob uma perspetiva profundamente socialista, o autor desenvolve uma crítica aprofundada da sociedade capitalista, entendendo o espaço como lugar fragmentado pela industrialização, afeto às implicações sociais que os novos sistemas de produção e desenvolvimento económico impuseram.

Lefebvre procura identificar a génese, meios e formas de reprodução do espaço capitalizado, concentrando esforços numa reapropriação do sistema de distribuição de poder implícita nele, fornecendo os parâmetros necessários à transformação socio-espacial que almeja e entende como imperativa.

“(Social) space is not a thing among other things, nor a product among other products: rather, it subsumes things produced, and encompasses their interrelationships in their coexistence and simultaneity – their (relative) order and/or (relative) disorder. It is the outcome of a sequence and set of operations, and thus cannot be reduced to the rank of a simple object. At the same time there is nothing imagined, unreal or ‘ideal’ about it as compared, for example, with science, representations, ideas or dreams. Itself the outcome of a sequence of past actions, social space is what permits fresh actions to occur, while suggesting others and prohibiting yet others.”³

O espaço (social) lefebvriano é assim percebido (*le perçu*), concebido (*le conçu*) e vivido (*le vécu*), dinâmica que este relaciona de acordo com as dimensões de poder que atribui à relação de forças instituída pelo capitalismo. Para Lefebvre o espaço conceptual e abstrato, associado a um tecnicismo e conhecimento próprio das classes dominantes, impõe-se sobre as outras duas

2 “Après s’être constituée en discipline universitaire sur la question des relations hommes/milieux (naturels), la géographie humaine a connu dans les années 1970-1980 une véritable refondation épistémologique en affirmant que c’était l’espace, ou les rapports espaces/sociétés qui devaient être son véritable objet. Mais tout en s’affirmant ainsi comme science sociale, elle a eu tendance à faire de « l’espace » une réalité autonome voire agissante sur le social de l’extérieur.” in Ripoll, Fabrice e Sylvie Tissot, “La dimension spatiale des ressources sociales”, *Regards Sociologiques* 40 (2010), 5.

3 Lefebvre, Henri, *The Production of Space* (Oxford: Blackwell Publishing, 1991), 73.

dimensões, associadas à simbologia e sinestesia próprias do subjetivismo dos utilizadores do espaço, classes dominadas. Enquanto expressão reificada do poder instituído, o espaço é assim, para Lefebvre, produção reificada da sociedade que nele se inscreve, o qual, por sua vez, afeta as práticas e percepções simbólicas produzidas e reproduzidas pelos atores sociais.

“Space is what makes it possible for the economic to be integrated into the political. ‘Focused’ zones exert influences in all directions, and these influences may be ‘cultural’, ideological, or of some other kind. It is not political power per se that produces space; it does reproduce space, however, inasmuch as it is the locus and context of the reproduction of social relationships – relationships for which it is responsible.”⁴

Lefebvre centra aqui a atenção no caráter contraditório e conflitual do processo de produção espacial e do conjunto de forças e lutas de classe que este implica na sua gênese. Enquanto lugar de produção e reprodução da hegemonia capitalista, o espaço é instrumentalizado e implicado num processo de reprodução de uma estratégia de dominação e controlo. Neste sentido, o objetivo maior da sua visão implica a inversão revolucionária do vivido e do percebido sobre o concebido, abstrato e homogêneo. Invocando uma *teoria da diferença*, o autor descreve o quotidiano dos atores sociais como *espaço do possível*, atribuindo-lhe o significado maior e central de uma transformação que implica a modificação das práticas e da consciência coletivas. A obra *Critique of Everyday Life*, apresenta-se, assim, como fundamental na compreensão da importância que Lefebvre atribuía ao papel do quotidiano numa possível transformação revolucionária do sistema de dominação vigente.

“It is everyday life which measures and embodies the changes which take place ‘somewhere else’, in the ‘higher realms’. The human world is not defined simply by the historical, by culture, by totality or society as a whole, or by ideological and political superstructures. (...) The repetitive part, in the mechanical sense of the term, and the creative part of the everyday become embroiled in a permanently reactivated circuit in a way which only dialectical analysis can perceive.”⁵

Na relação dialética *espaço-tempo*, Lefebvre identifica dois ritmos complementares e distintos, os ciclos *naturais* e os *abstratos*. A dimensão espaço-temporal natural do homem reforça a ligação entre o homem e o Cosmos, imprimindo os ritmos da natureza nas necessidades, no trabalho e no prazer que o ocupam quotidianamente. A dimensão abstrata, por sua vez, introduz nesta relação a temporalidade linear e artificial, contribuindo para um processo de fragmentação que se materializa no confronto com a realidade. Na relação *espaço-tempo*, o *abstrato* impõe-se sobre o *natural*, promovendo o afastamento e a individualização do homem, na dispersão e fragmentação dos ritmos lineares mecanizados. Os ciclos abstratos, ainda que dinâmicos e independentes de qualquer limite socio-espacial, incorrem no isolamento autónomo e na artificialidade, também por meio dessa independência.

O quotidiano é, também, na relação socio-espacial que implica, a graduação de distâncias e limites interior-exterior, que Lefebvre distingue a partir de três dimensões humanas complementares. Externamente, concebe uma primeira membrana, onde se processa a osmose indivíduo-sociedade, e refletem os processos de reação e adaptação.

4 Lefebvre, Henri, *The Production of Space*, 321.

5 Lefebvre, Henri, *Critique of Everyday Life, Foundations for a sociology of the everyday*, vol. 2 (Londres: Verso, 2008), 45.

*“And yet, in one sense, this external sphere is also to a certain extent the most internal sphere of all. It makes decisions: it is here that decisions are made.”*⁶

Concentrando em si o poder ativo do ser humano, estabelece e possibilita a interação deste com o exterior, concretizando à superfície as possibilidades idealizadas nas esferas mais interiores da sua individualidade.

Numa esfera intermédia, Lefebvre identifica o conjunto de processos que questionam e põe em causa o que é apreendido exteriormente. Incorporando normas e valores que constituem identidade própria, o homem adota comportamentos e lógicas que o identificam e relacionam com padrões coletivos e de distinção.

Por sua vez, a interioridade condensa a dimensão afetiva, a qual detém o potencial expressivo do indivíduo na sociedade.

*“When we reach this sphere, we discover the dramatic situation of the individual in society. Usually, however, all the drama is removed. Unbeknown to the individual itself, it is smothered by trivialities, emptied of all expressivity which might be compromising, and even more, of all lyricism and rhetoric.”*⁷

Com efeito, a dimensão mais externa e a esfera mais íntima estabelecem uma relação dialética, refletindo mutuamente apreensões externas e aspirações pessoais. No entanto, é necessário considerar as limitações percetivas do homem relativamente à definição e à resistência dos limites que se descreminaram anteriormente de forma isolada.

*“He has a limited and subjective perception of the continued responses to stimuli by which a society adapts him, willingly or by force, to external conditions – and a limited and subjective perception of the symbolisms which rise up from the depths within him. For him, conditioning and symbols, external and internal constraints, are all mixed up together.”*⁸

Procurando a redefinição da relação dialética estabelecida entre as dimensões humanas, Lefebvre considera a reformulação dos processos de interiorização e exteriorização individuais. Assim, assume como imperativo redefinir os processos que legitimam e materializam a tomada de decisões, ativados na relação direta com o exterior, através da consciencialização incorporada na esfera intermédia, a qual estabelece a ponte entre a individualidade e o coletivo, definindo o possível e o concretizável, entre uma determinada posição e uma tomada de posição.

*“We will call Moment the attempt to achieve the total realization of a possibility. Possibility offers itself; and it reveals itself. It is determined and consequently it is limited and partial. Therefore to wish to live it as a totality is to exhaust it as well as to fulfil it. The Moment wants to be freely total; it exhausts itself in the act of being lived. Every realization as a totality implies a constitutive action, an inaugural act.”*⁹

Neste ato inaugural, Lefebvre implica a relação corpórea do homem com o exterior, a transformação do quotidiano enquanto exploração do campo do possível, origem da ação transformadora. Ao objetivar os processos que interligam *o conhecimento, a estratégia e o poder*, intui uma possível revolução assente na negação da homogeneidade implícita na repetição e abstração da hegemonia do poder económico e na incorporação de mistificações provenientes da naturalização de um sistema simbolicamente violento.

6 Lefebvre, Henri, *The Production of Space*, 59.

7 Lefebvre, Henri, *Critique of Everyday Life, Foundations for a Sociology of Everyday*, vol. 2, 60.

8 Ibidem, 61.

9 Ibidem, 348.

“The ideal type is formed by one-sided accentuation of one or more points of view, and by the synthesis of a great many diffuse, discrete more or less present and occasionally absent concrete individual phenomena which are arranged according to those onesidedly emphasized viewpoints into a unified analytical construct. In its conceptual purity, this mental construct cannot be found anywhere in reality. It is Utopia.”¹

“O espaço social me engloba como um ponto. Mas esse ponto é um ponto de vista, princípio de uma visão assumida a partir de um ponto situado no espaço social, de uma perspectiva definida em sua forma e em seu conteúdo pela posição objetiva a partir da qual é assumida. O espaço social é a realidade primeira e última já que comanda até as representações que os agentes sociais podem ter dele.”²

1 Weber, Max, *The Methodology of the Social Sciences*, trad. Edward Shils e Henry Finch (Nova Iorque: Free Press, 1997), 90.

2 Bourdieu, Pierre, *Razões Práticas : Sobre a Teoria da Ação* (Oeiras: Celta Editora, 1997), 27.

PIERRE BOURDIEU

«La sociologie est un sport du combat»

O espaço social de Pierre Bourdieu, desenhado a partir dos conceitos *habitus*, *capital* e *campo*, permitir-nos-á entender a estrutura das classes sociais, definida no entrecruzar do volume e composição dos capitais possuídos por cada agente com o seu estilo de vida. O poder que cada agente adquire num determinado campo traduz-se, com efeito, na sua posição social, reflexo das possibilidades e limitações que lhe são impostas e que impõe na perceção que constrói de si mesmo.

Fig. 2 Pierre Bourdieu, *Street Vendor with his Son*, 1959. “Images d’Algérie, une affinité élective”, 2003.



“We can picture each player as having in front of her a pile of tokens of different colors, each color corresponding to a given species of capital she holds, so that her relative force in the game, her position in the space of play, and also her strategic orientation toward the game,...the moves she makes,...depend both on the total number of tokens and on the composition of the piles of tokens she retains, that is, on the volume and structure of her capital.”¹

¹ Bourdieu, Pierre, e Loic Wacquant, *An Invitation to Reflexive Sociology* (Chicago: University of Chicago Press), 99.

Pierre Bourdieu (1930-2002), filósofo, antropólogo e sociólogo francês, centrou o seu percurso teórico no entendimento dos mecanismos de reprodução das hierarquias sociais. Implicando veementemente os fatores culturais e simbólicos nesse mecanismo, criticou a primazia atribuída aos fatores económicos presentes no pensamento marxista. No entanto, sublinha na sua conceção do espaço social a importância e o valor das polaridades e do conflito, aplicada neste caso a todos os campos de atividade social. O espaço social é, segundo o autor, composto de campos de poder diferenciados (artístico, político, educativo, e. o.), relativamente autónomos e hierarquizados segundo a dinâmica das lutas pelo poder inscrita em cada um. Bourdieu sublinha, neste sentido, a diferença entre as classes dominantes e as classes dominadas, atribuindo às classes dominantes a capacidade de impor critérios de referência cultural e simbólica, legitimados pela sua posição social e pela violência simbólica que imprimem, essencial na reprodução das relações sociais de dominação. O *habitus*, princípio de ação dos agentes, é assim gerador da sua *teoria da ação*, segundo a qual os agentes sociais desenvolvem estratégias de reprodução, com vista à permanência ou à ascensão num determinado campo do espaço social.

Pierre Bourdieu ingressa na École Normale Supérieure em 1951, afirmando o seu interesse pelas correntes filosóficas alternativas ao existencialismo dominante, tais como a epistemologia e a história da filosofia. Após a conclusão dos estudos, afirma o seu interesse pelos estudos etnológicos empíricos, consolidados na investigação aprofundada que realiza na Argélia, onde cumpre serviço militar entre 1958 e 1960 e ingressa como assistente na Faculdade de Letras. A síntese deste trabalho resulta na publicação da obra *Sociologia da Argélia*, em 1958, e alimenta a sua abordagem antropológica da *teoria da ação* até à década de 90, reflexo da aproximação e análise rigorosa da organização social da sociedade Cabila.

Na década de 60 afirma-se na École Pratique des Hautes Études, em Paris, e inicia um percurso teórico orientado para o estudo das práticas culturais, o qual ocuparia um lugar determinante na sua obra na década seguinte, culminando na publicação da obra *La Distinction*, em 1979.

A partir da década de 80, Bourdieu intensifica o seu envolvimento público e político, anteriormente afirmado no apoio que prestou aos intelectuais argelianos, ao movimento grevista francês de 1995, entre outros, concentrando a sua posição numa crítica explícita aos moldes do neoliberalismo e às políticas de desmantelamento do Estado-Providência, ainda que não implicando a necessidade de uma alternativa ao sistema capitalista. A obra *La Misère du Monde*, publicada em 1993, é assim reflexo dessa crítica e da metodologia que emprega na sua investigação, sintetizando uma abordagem estruturalista e uma aproximação empírica criteriosa, neste caso, aplicada no estudo da conjuntura cultural francesa.

I. TOPOLOGIA SOCIAL

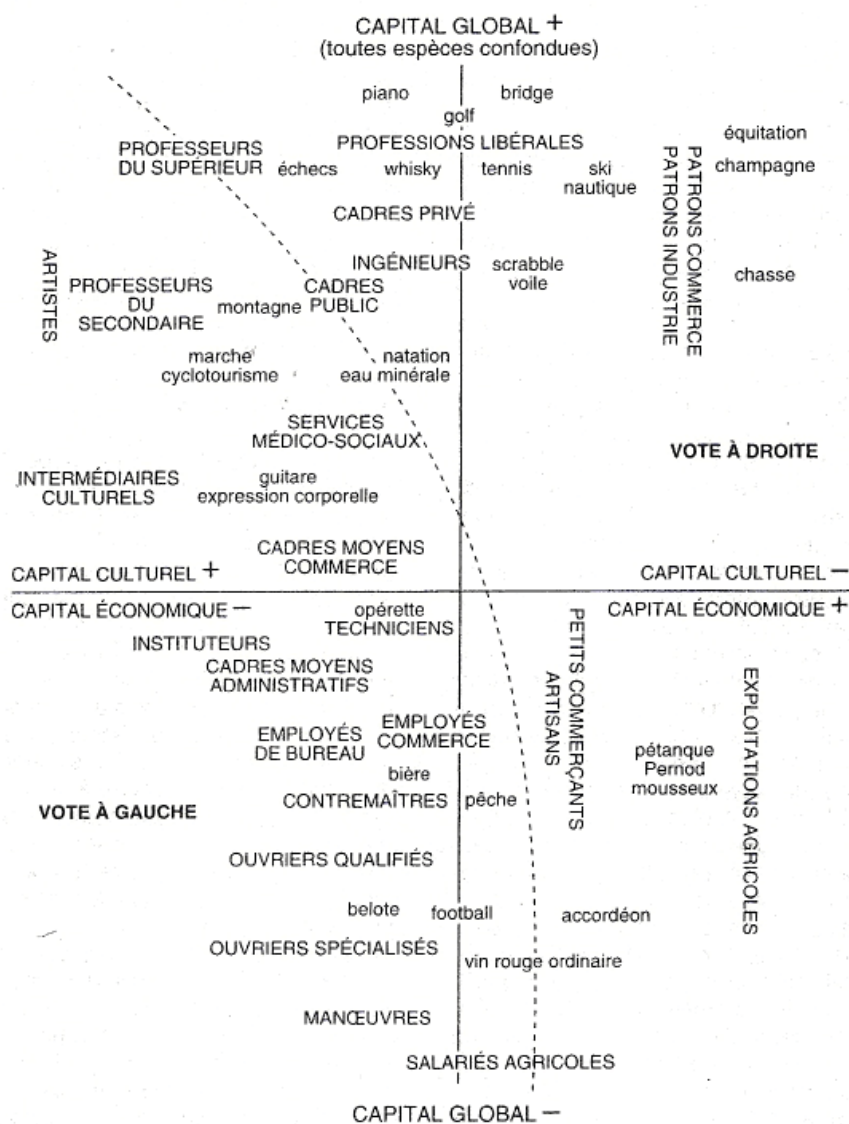


Fig. 3 Pierre Bourdieu, *Espace des positions sociales et espace des estiles de vie*, diagrama simplificado.

Partilhando o ponto de vista weberiano relativamente ao pensamento marxista tradicional, Bourdieu considerava inviável uma teoria do espaço social desenvolvida a partir de uma perspetiva economicista, evoluindo no sentido de uma rutura epistemológica que consistia na formulação de uma metodologia de investigação que sintetizava os valores da perspetiva fenomenológica e da objetividade estruturalista.

Clarificando a estrutura e a dinâmica das relações de poder inscritas no modo de vida dos agentes sociais, Bourdieu determina a rede de interações que constituem o espaço social no entrecruzar do capital económico e cultural, os quais se afirmam com peso relativo distinto consoante o *campo de poder* em que atuam e o *habitus* do agente que o possui.

O espaço social é construído de tal modo que os agentes ou os grupos são aí distribuídos em função da sua posição nas distribuições estatísticas de acordo com os dois princípios de diferenciação que, em sociedades mais desenvolvidas, como os Estados Unidos, o Japão ou a França, são, sem dúvida, os mais eficientes – o capital econômico e o capital cultural. Segue-se que os agentes têm tanto mais em comum quanto mais próximos estejam nessas duas dimensões, e tanto menos quanto mais distantes estejam nelas. As distâncias sociais no papel equivalem a distâncias sociais.”¹

Assim, o espaço social² de Pierre Bourdieu apresenta-se como rede diagramática de espaços inter-relacionados, que estrutura e relativiza a posição social de cada agente, em função de campos específicos de atuação. Os campos regem-se, assim, por um sistema hierárquico interno que reflete as relações de poder entre os agentes, de acordo com o volume e espécies de capital que possuem e a importância e valor relativo de cada um, de acordo com a estrutura objetiva de um determinado campo. Desta forma, o campo representa a inscrição dos agentes em espaços autónomos de relações sociais.

O *habitus*, por sua vez, representa a transposição das estruturas objetivas do campo para estruturas subjetivas de ação e pensamento do agente. Nesta relação dialética, *campo* e *habitus* revelam-se interdependentes. O *habitus* manifesta, através da prática do agente, a estrutura do campo onde este opera, enquanto o campo apenas adquire significação na medida em que reúne e medeia os *habitus* e as práticas dos agentes que lhe dão forma.

“Assim como as posições das quais são o produto, os habitus são diferenciados; mas são também diferenciadores. Distintos, distinguidos, eles são também operadores de distinções: põe em prática princípios de diferenciação diferentes ou utilizam diferenciadamente os princípios de diferenciação comuns.”³

No espaço de relações sociais, composto pelos vários campos, a posição que um agente ou grupo de agentes sociais ocupa varia de acordo com o peso relativo de cada espécie de capital num campo específico. As relações de poder adquirem, assim, uma flexibilidade relativa que permite e oferece espaço para a transformação da estrutura social objetiva. Enquanto parte de um campo de forças, os agentes sociais posicionam-se segundo princípios de diferenciação, os quais permitem o seu afastamento ou aproximação relativamente aos outros agentes.

“O campo do poder (que não deve ser confundido com o campo político) não é um campo como os outros: ele é o espaço de relações de força entre os diferentes tipos de capital ou, mais precisamente, entre os agentes suficientemente providos de um dos diferentes tipos de capital para poderem dominar o campo correspondente e cujas lutas se intensificam sempre que o valor relativo dos diferentes tipos de capital é posto em questão (por exemplo, a “taxa de câmbio” entre o capital cultural e o capital económico); isto é, especialmente quando os equilíbrios estabelecidos no interior do campo, entre instâncias especificamente encarregadas da reprodução do campo do

1 Bourdieu, Pierre, *Razões Práticas : Sobre a Teoria da Acção* (Oeiras: Celta Editora, 1997), 27.

2 “Mais precisamente, como expressa o diagrama de La Distinction, no qual tentei representar o espaço social, os agentes são distribuídos, na primeira dimensão, de acordo com o volume global de capital (desses dois tipos diferentes) que possuam e, na segunda dimensão, de acordo com a estrutura de seu capital, isto é, de acordo com o peso relativo dos diferentes tipos de capital, económico e cultural, no volume global do seu capital.” in *ibidem*, 19.

3 *Ibidem*, 20.

*poder (no caso francês, o campo das grandes escolas), são ameaçados.*⁴

À objetividade das relações de força inscritas no espaço social, legitimadas e institucionalizadas coletivamente, Bourdieu acrescenta o processo de incorporação subjetiva a partir do qual cada agente formula a sua percepção da realidade social. Enquanto expressão das relações de força simbólica, a percepção da identidade social própria e relativa é também produto dessa mesma posição na luta. Assim, a visão legitimada e dominante, produz-se e reproduz-se também, através da percepção e incorporação da visão dos dominados e daqueles que se afirmam em posições dominantes.

*“A dominação não é o efeito direto e simples da ação exercida por um conjunto de agentes (“a classe dominante”) investidos de poderes de coerção, mas o efeito indireto de um conjunto complexo de ações que se engendram na rede cruzada de limitações que cada um dos dominantes, dominado assim pela estrutura do campo através do qual se exerce a dominação, sofre de parte de todos os outros.”*⁵

A pluralidade e multiplicidade de visões sociais reflete-se, assim, nas lutas pela produção da visão legítima, a qual adquire um carácter transitório enquanto processo em construção e transformação permanente. O ‘*sense of one’s place*’ expressado por Erving Goffman e citado por Pierre Bourdieu, reflete o sentido de limites e distâncias que o agente impõe a si mesmo, consciente ou inconscientemente. Na relação dialética entre a sua *posição* e a sua *condição*, o agente social assume tomadas de posição distintas, que são parte integrante do *habitus*. As suas propriedades intrínsecas e relacionais definem assim, segundo Bourdieu, o poder atual ou potencial de um agente, traduzido nas possibilidades e meios de acesso ao capital produzido em cada campo específico.

A luta pela imposição de uma visão social coletivamente legitimada e a subsequente possibilidade de transformação da estrutura social inerente a esta, assenta, assim, na capacidade de mobilização e ativação dos grupos possíveis de agentes sociais que compõe o espaço social teórico. Bourdieu apresenta, neste sentido, o espaço social como *ordem de classes sociais prováveis*, enfatizando uma distinção fundamental com a linha de pensamento marxista, enquanto afirmação de duas grandes classes materializadas numa oposição ideológica incontornável.⁶ A topologia social de Pierre Bourdieu desenha-se, então, através de uma rede de *classes prováveis*, existência teórica coletiva assente na semelhança entre as práticas, propriedades e condutas dos agentes que a constituem.

“As classes sociais não existem. (...) O que existe é um espaço social, um espaço de diferenças, no qual as classes existem de algum modo em estado virtual, pontilhadas,

4 Ibidem, 52.

5 Idem.

6 “It is Marx who, more than any other theoretician, has exerted the theory effect, namely, that properly political effect that consists in making tangible what exists but, insofar as it remains unknown and unrecognized, cannot entirely exist: but paradoxically, Marx has omitted to take this effect into account in his own theory... One moves from class on paper to the real class only at the price of a political work of mobilization: the mobilized class is both the prize and the product of the struggle of classifications, which is a properly symbolic struggle, the stake of which is the sense of social world – how to construct it, in perception and in reality; the principles of vision and division that must be applied to it, that is, the very existence of the classes.” in Bourdieu, Pierre, *Physical space, Social space and Habitus*, (Oslo: Postboks, 1995), 20.

*não como um dado, mas como algo que se trata de fazer.*⁷

A partir da semelhança nas atitudes e interesses, práticas e tomadas de posição, Bourdieu equaciona uma possível mobilização coletiva. Com efeito, a mobilização de uma classe implicaria o acionamento dessas disposições comuns, num quadro de ação coletiva, o qual pressupõe menor resistência entre as práticas e tomadas de posição dos agentes sociais em proximidade teórica.

Através de um desequilíbrio permanente entre a posse de capital cultural e económico dos agentes, Bourdieu desenha os espaços e dimensões sociais no cruzamento entre o capital e o *habitus*. Enquanto princípio unificador e gerador, o *habitus* define um espaço de disposições, onde se refletem características intrínsecas a uma posição específica no espaço social. Compreendido segundo diversas categorias e perceções sociais, o *habitus* distingue os *estilos de vida* dos agentes e as formas de aplicação do capital possuído e potencial.

*“O habitus é esse princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unívoco, isto é, em um conjunto unívoco de escolhas de pessoas, de bens, de práticas.”*⁸

Enquanto postulantes do provável efeito de mobilização conjunta, as classes adquirem propriedades ativas proporcionais à proximidade dos agentes no espaço social. Neste sentido, a proximidade relacional entre as táticas e as estratégias dos agentes apresenta-se como possível argumento para um agrupamento estrutural e uma rutura com a estrutura legitimada na luta entre classes.

*“Dito isso, se o mundo social, com suas divisões, é algo que os agentes sociais têm a fazer, a construir, individual e sobretudo colectivamente, na cooperação e no conflito, resta que essas construções não se dão no vazio social, como parecem acreditar alguns etnometodólogos: a posição ocupada no espaço social, isto é, na estrutura de distribuição de diferentes tipos de capital, que também são armas, comanda as representações desse espaço e as tomadas de posição nas lutas para conservá-lo ou transformá-lo.”*⁹

A imposição de um modo de percepção legítimo e legitimado, objetivo final das lutas de classes constrói-se, assim, na conjugação entre os pontos ocupados e os pontos de vista. As *classes construídas* derivam de *tomadas de posição* correspondentes, mobilizadas na mediação entre os *habitus* dos agentes e as diferentes posições que estes ocupam num determinado campo.

*“Por outras palavras, a delimitação objectiva de classes construídas, quer dizer, de regiões, do espaço construído das posições, permite compreender o princípio e a eficácia das estratégias classificatórias pelas quais os agentes têm em vista conservar ou modificar este espaço – e em cuja primeira fila é preciso contar a constituição de grupos organizados com o objectivo de assegurarem a defesa dos interesses dos seus membros.”*¹⁰

Neste sentido, o poder simbólico assume-se como determinante para uma classe social, afirmando a sua identidade coletiva e o seu valor legítimo num determinado campo.

7 Bourdieu, Pierre, *Razões Práticas : Sobre a Teoria da Acção*, 27.

8 Idem.

9 Idem.

10 Bourdieu, Pierre, *O Poder Simbólico* (Lisboa: Edições 70, 2011), 154.

Ao abrigo de uma teorização do campo de poder, Bourdieu apresenta-nos os produtores culturais como dominados entre os dominantes, reforçando a relevância do peso específico do capital cultural, que, em determinados casos, constitui poder de afirmação e contestação das classes dominadas, através de um processo de reagrupamento baseado em valores mais justos e distributivos. Mediante a partilha de capital cultural acumulado, os produtores culturais proporcionam aos dominados “*os meios de constituírem objectivamente a sua visão do mundo e a representação dos seus interesses numa teoria explícita e em instrumentos de representação institucionalizados.*”¹¹

A institucionalização dessas mesmas classes permite a sua legitimação perante o poder governativo, defendendo os interesses comuns e específicos dos seus constituintes, através de afinidades estruturais e capital social adquirido através da lógica do processo de instituição. Parafraseando a obra de Schopenhauer, Bourdieu define, assim, a classe mobilizada enquanto *representação e vontade*, apresentando-se na estrutura do poder e na luta de classes como sujeito simbólico em representação de um coletivo real.

*“O mistério do processo de transubstanciação que faz com que o porta-voz se torne no grupo que ele exprime só pode ser penetrado por uma análise histórica da génese e do funcionamento da representação, pela qual o representante faz o grupo que o faz a ele: o porta-voz dotado do pleno poder de falar e de agir em nome do grupo e, em primeiro lugar, sobre o grupo pela magia da palavra de ordem, é o substituto do grupo que somente por esta procuração existe; personificação de uma pessoa fictícia, de uma ficção social, ele faz sair do estado de indivíduos separados os que ele pretende representar, permitindo-lhes agir e falar, através dele, como um só homem.”*¹²

A conversão de um corpo de representação em agente social pressupõe a sua mobilização e manifestação enquanto tal, legitimada a partir da construção coletiva de uma identidade histórica e simbólica. Enquanto *ficções sociais*¹³ estas coletividades geram *capital simbólico* através da representação no espaço social, produzido através das tomadas de posição comuns que assumem em oposição a todas as outras. Enquanto *substituto real de um ser simbólico*¹⁴, o porta-voz assume a força real do grupo, no sentido de o fazer representar e existir nas lutas de classes. O poder simbólico é, assim, poder e agente social, o qual permite tornar pública e legítima uma prática representativa de um conjunto de interesses e objetivos coletivos.

A construção de classes reais pressupõe, deste modo, a ativação das classes teóricas possíveis, no sentido de legitimar interesses e valores individuais, aproximados no espaço social. A constituição de corpos de representação legitima, com efeito, as visões dominadas nas lutas de poder, pela fragilidade da não representação e pela falta de instrumentos e meios de intervenção legítima individual.

11 Ibidem, 157 e 158.

12 Ibidem, 162.

13 Durkheim, Émile cit. in Pierre Bourdieu, *O Poder Simbólico*, 163.

14 Bourdieu, Pierre, *O Poder Simbólico*, 163.

II. EFEITOS DE LUGAR

A ativação coletiva das classes prováveis implica a aproximação real das mesmas em corpos de representação constituídos na mediação entre interesses e valores individuais. Neste sentido, a espacialização das relações sociais possibilita a sua inscrição e conformação, instituindo uma oposição reificada à violência simbólica edificada pelas classes dominantes. A afirmação materializada do poder implica a sua produção e reprodução no espaço físico, inscrevendo-se nas possibilidades concretas de apropriação e percepção do espaço pelos agentes sociais.

“There is one question which has remained open in the past because it has never been asked: what exactly is the mode of existence of social relationships? Are they substantial? natural? or formally abstract? The study of space offers an answer according to which the social relations of production have a social existence to the extent that they have a spatial existence; they project themselves into a space, becoming inscribed there, and in the process producing that space itself.”¹

Na metodologia de aproximação ao espaço social e na análise da sua constituição, Pierre Bourdieu estabelece a importância do conceito de *espaço* e a relevância da *distinção* enquanto princípio constituinte das proximidades e distâncias dos agentes que o constituem. Na relação dialética entre *espaço físico* e *espaço social* a dimensão relativa e relacional da exclusão e individualidade de cada agente assumem-se como incontornáveis na percepção do conjunto.

“Physical space and social space have a lot of things in common. Just as physical space is defined by the mutual externality of parts, social space is defined by the mutual exclusion (or distinction) of positions which constitute it, that is, as a structure of juxtaposition of social positions. Social agents, but also things as they are appropriated by agents and thus constituted as properties, are situated in a location in social space which can be characterized by its position relative to other locations (as standing above, below or in between them) and by the distance that separates them.”²

Desta forma, Bourdieu estabelece a relação entre espaço social e espaço físico, interpretando o espaço apropriado como inscrição física do espaço social, refletindo os seus desequilíbrios e oposições através da simbolização espontânea do lugar ocupado. Entendendo o conceito de *lugar* enquanto localização física de um dado agente social ou coisa, Bourdieu deriva a ideia de *lugar ocupado* do ato de apropriação do mesmo por parte do homem. O indivíduo é, assim, apresentado enquanto ser biológico que *ocupa e se situa* num determinado lugar. A sua posição é, deste modo, exclusiva e relativa, criadora de oposições e justaposições entre os elementos que compõem o espaço social.

“Efetivamente, o espaço social se retraduz no espaço físico, mas sempre de maneira mais ou menos confusa: o poder sobre o espaço que a posse de capital proporciona, sob suas diferentes espécies, se manifesta no espaço físico apropriado sob a forma de uma certa relação entre a estrutura espacial da distribuição dos agentes e a estrutura

1 Lefebvre, Henri, *The Production of Space*, 129.

2 Bourdieu, Pierre, *Physical space, Social space and Habitus*, 12.

*espacial da distribuição dos bens ou dos serviços, privados ou públicos.*³

Desta objetivação do espaço social resulta o *espaço reificado*, o qual materializa a posição relativa dos agentes, inscrevendo no lugar as hierarquias e relações de proximidade e distância que o definem. Esta materialização é, assim, a expressão de relações de força e posses de capital desiguais, as quais se inscrevem no habitat e, conseqüentemente, no *habitus* dos agentes. O risco eminente de um processo de naturalização ou estagnação de uma estrutura dominante no espaço social, é, desta forma, reforçada pela materialização desta no espaço físico, que impõe a sua estrutura organizativa no cotidiano dos homens e se opõe veementemente a uma transformação de base.

“The structure of social space thus manifest itself, in the most diverse contexts, in the form of spatial oppositions, inhabited (or appropriated) space functioning as a sort of spontaneous metaphor of social space. There is no space, in a hierarchical society, which is not hierarchized and which does not express social hierarchies and distances in a more or less distorted or euphemized fashion, especially through the effect of naturalization attendant on the durable inscription of social realities onto and in the physical world: differences produced by social logic can then seem to arise out of the nature of things (think of the notion of “natural frontier” or that of “natural area” dear to the early Chicago school).”⁴

Refletindo a ascensão e o declínio, a entrada e a saída, a aproximação e o afastamento entre lugares, o espaço físico afirma a posição relativa dos agentes e inscreve as lutas de poder implícitas nessas relações de valor. A hierarquização prática do espaço funciona, assim, como afirmação material do capital de cada agente ou campo, estabelecendo os diferentes valores e poderes das regiões do espaço social reificado. Bourdieu defende, desta forma, que a compreensão e análise dos lugares com determinadas propriedades (positivas ou negativas) só podem ser realizadas através da oposição entre agentes situados em posições antagônicas dentro do mesmo campo, e conseqüentemente, localizados em regiões diferentes do espaço físico. A relação dialética entre *capital* e *província* surge, assim, como exemplo chave da concentração de polos positivos e negativos dos vários campos, apresentando a capital como *lugar do capital*, e a província como *lugar de privação relativa* (à capital). Com efeito, a aproximação de determinados agentes e propriedades no espaço social sugere uma semelhança intrínseca na capacidade de apropriação do espaço físico.

“[This means that all the distinctions proposed about physical space can be found in reified social space (or, what amounts to the same, in appropriated social space) defined, to speak like Leibniz, by the correspondence between a certain order of co-existence of agents and a certain order of co-existence of properties.”⁵

Representando e fixando as desigualdades que constituem o espaço social, o espaço físico contribui para a fixação e incorporação de princípios de visão e divisão correspondentes, formando e transformando as estruturas mentais do homem através de um processo de interiorização e naturalização dos mesmos. Com base nestes princípios, os agentes percebem

3 Bourdieu, Pierre, *Miséria do Mundo* (Petrópolis: Vozes, 2003), 160.

4 Bourdieu, Pierre, *Physical space, Social space and Habitus*, 12.

5 Idem.

o espaço social e físico de formas distintas, através da criação de categorias de percepção e apreciação que se refletem inconscientemente ou conscientemente nos seus sistemas de preferência ou limitações objetivas.

*“Se as relações de força objectivas tendem a reproduzir-se nas visões do mundo social que contribuem para a permanência dessas relações, é porque os princípios estruturantes da visão do mundo radicam nas estruturas objectivas do mundo social e porque as relações de força estão sempre presentes nas consciências em forma de categorias de percepção dessas relações.”*⁶

O espaço social, enquanto espaço de relações entre as diferentes posições sociais ocupadas pelos agentes, influencia, assim, a construção de uma opinião sobre o espaço objetivo e a construção efetiva desse mesmo espaço, que resulta na afirmação do poder e na legitimação da posse e da acumulação de propriedade.

O espaço afirma-se assim como resultado das lutas pelo poder, assente nos desequilíbrios de capital material e simbólico dos agentes ou grupos de agentes, e na capacidade e meios de apropriação do espaço físico que cada um possui. A apropriação de um determinado lugar, implica, assim, um conjunto de hábitos e propriedades legitimadoras, que funcionam articuladamente no sentido de gerar modalidades de capital social e simbólico. Bourdieu afirma, deste modo, que cada agente é caracterizado pelo espaço onde se situa e fixa, bem como pelas propriedades que possui e que o rodeiam.

*“It is also characterized by the place it legally occupies in space through properties (houses and apartments or offices, land for cultivation or residential development, etc.) which are more or less congesting, or, as we sometimes say, “consuming of space” (the ostentation of appropriated space being one of the forms par excellence of the ostentation of power).] It follows that the locus and the place occupied by an agent in appropriated social space are excellent indicators of his or her position in social space.”*⁷

No conjunto de relações e ligações que implica, a acumulação de capital social por parte de um grupo implica a reprodução de capital cultural, no sentido de legitimar a apropriação do espaço físico, gerando capital simbólico acumulado. A concentração de bens e serviços geradores de capital cultural desenvolve-se na sobreposição da localização de agentes capazes e motivados à sua apropriação e consumo, não só como forma de valorização cultural mas também de representação de um conjunto de hábitos que os define e valoriza. A ausência de capital económico ou cultural por parte dos agentes cria assim uma barreira à apropriação do espaço físico e das suas propriedades, condicionando a integração dos agentes no espaço que ocupam.

Através da análise de Pierre Bourdieu aos *efeitos do lugar*⁸ nos modos de conformação do espaço social, podemos estabelecer uma distinção clara entre a ocupação de um ponto e a sua apropriação. Implicando um sentimento de pertença legítima e a posse de um determinado capital, económico e cultural, a apropriação de um lugar traduz-se numa forma de estar e num conjunto de práticas que afirmam uma origem e uma trajetória, implicando um estilo de vida

6 Bourdieu, Pierre, *O Poder Simbólico*, 145.

7 Bourdieu, Pierre, *Physical space, Social space and Habitus*, 12 e 13.

8 Bourdieu, Pierre, “Efeitos de Lugar”, *Miséria do Mundo*.

e um universo determinado de possíveis estilísticas. Enquanto parte de um grupo e de um contexto espacial, podemos então perceber uma reciprocidade entre o *volume de capital possuído* e a *mobilidade espacial*, os quais evoluem articuladamente, proporcionando um maior grau de adaptabilidade aos agentes que os possuem de forma mais ativa. Pelo contrário, o menor volume de capital representa, tendencialmente, restrição e segregação espacial, a qual se traduz numa limitação autoimposta ou incorporada, materializada num confinamento espacial que limita os agentes a um universo conhecido e restrito, conformado por relações de conhecimento interpessoal valorizadas acima de qualquer outro tipo de capital.

*“To summarize this intricate relation between objective structures and subjective constructions, which is located beyond the usual alternatives of objectivism and subjectivism, of structuralism and constructivism, and even of materialism and idealism, I usually quote, with a little distortion, a famous formula of Pascal’s: “The world comprehends me, but I comprehend it.” The social world embraces me and, as Pascal also says, “submerges me like a point.” But (a first upset) this point is a point of view, the principle of a perspectival vision, of an understanding or representation of the world. Moreover (a further upset), this point of view remains a view adopted from a point located in the social space, a perspective which is defined in its form and contents by this objective position. The social space is indeed the first and last reality, since it still commands the representations that the social agent can have of it.”*⁹

Com efeito, a interpretação bourdieusiana do espaço físico, enquanto indutor e indução de posicionamento social, permite-nos constatar a inércia inerente a este e o reflexo do mesmo nos condicionamentos que definem o espaço social. Circunscrito e orientado por uma perspectiva singular, o agente social é assim parte e todo de um conjunto teórico, inscrito na realidade física, participando na construção de uma trajetória através da apropriação espacial, a qual retraduz a incorporação de um posicionamento que se desdobra entre a materialidade do lugar e a perspectiva social subjetiva. Nesse sentido, as lutas de classe refletem e contribuem para a posse de ganhos, que Bourdieu distingue enquanto *ganhos de localização*, *ganhos de posição* ou *classe* e *ganhos de ocupação*. Favorecendo uma interligação direta entre posse de capital e inscrição espacial, Bourdieu afirma a importância da proximidade ou acessibilidade no espaço físico na construção da posição social.

“A capacidade de dominar o espaço, sobretudo apropriando-se (material ou simbolicamente) de bens raros (públicos ou privados) que se encontram distribuídos, depende do capital que se possui. (...)”

*Inversamente, os que não possuem capital são mantidos à distância, seja física, seja simbolicamente, dos bens socialmente mais raros e condenados a estar ao lado das pessoas ou dos bens mais indesejáveis e menos raros. A falta de capital intensifica a experiência de finitude: ela prende a um lugar.”*¹⁰

Acentuando a importância do contacto direto na produção e reprodução de capital social, cultural e simbólico, o espaço físico afirma-se, como lugar e efeito, construção erigida pelos agentes a partir da sua posição atual e capacidade de influência, bem como pelo desejo mais ou

9 Bourdieu, Pierre, *Physical space, Social space and Habitus*, 21 e 22.

10 Bourdieu, Pierre, *Miséria do Mundo*, 163 e 164.

menos vincado de progressão e desenvolvimento, inerente à tomada de posição que assumem. A capacidade de apropriar um determinado lugar prende-se, assim, com o capital possuído por cada um e com o investimento feito na reprodução do capital possuído.

“Let us be clear! Let us eliminate these ambiguities Whether on the Left or the Right, you are all making a fundamental error, an error of method and theory. What is important? Contradictions! Conflict! Not differences!... Contradictions and conflict are blunted and attenuated by substituting differences for them. That is why liberalism yesterday and the Right today have recuperated supposed rights, including the right to difference. The bourgeoisie had to pay the price for what it calls the new deployment of its mode of production. It has paid to make the middle classes, intellectuals and technicians – classes secreted by it and kept for years on the fringes of power – partners in its system. Is it or is it not the case that the town centres and city life modelled by capital have just been occupied or reoccupied by the new middle class and the new bourgeoisie, whereas the people and the working class were not able to take control of them? The upshot, moreover, is that the people and the working class can neither take over the centre, nor achieve genuine decentralization – so that, pending a new order – that is, a genuinely revolutionary transformation – they can only endure the operational schema imposed on them from above: eviction as far away as possible from city centres, ghettos and segregation, with state and political control, and it alone, preventing society from splitting...”¹

“The sense of limits implies forgetting the limits. (...) Dominated agents, who assess the value of their position and their characteristics by applying a system of schemes of perception and appreciation which is the embodiment of the objective laws whereby their value is objectively constituted, tend to attribute to themselves what the distribution attributes to them, refusing what they are refused (‘that’s not for the likes of us’), adjusting their expectations to their chances, defining themselves as the established order defines them, reproducing in their verdict on themselves the verdict the economy pronounces on them, in a word, condemning themselves to what is in any case their lot, τὰ ἑαυτῶν, as Plato put it, consenting to be what they have to be, ‘modest’, ‘humble’ and ‘obscure’. Thus the conservation of the social order is decisively reinforced by what Durkheim called ‘logical conformity,’ i.e., the orchestration of categories of perception of the social world, which, being adjusted to the divisions of the established order (and thereby to the interests of those who dominate it) and common to all minds structured in accordance with those structures, present every appearance of objective necessity.”²

1 Lefebvre, Henri, *Critique of Everyday Life, From Modernity to Modernism*, vol. 3 (Londres: Verso, 2008), 120.

2 Bourdieu, Pierre, *Distinction. A Social Critique of the Judgement of Taste* (Cambridge: Harvard University Press, 1984), 471.

CARTOGRAFIAS DO PODER: relevos do possível

Estabelecemos, neste momento, um paralelo entre a teoria lefebvriana e o espaço social desenhado por Pierre Bourdieu, procurando distinguir os limites e distâncias que estes imprimem entre o possível e o impossível. Em Lefebvre, associados a uma consciencialização do indivíduo e à recusa de uma prática quotidiana limitada e imposta pela hegemonia do capital económico, através da valorização do *momento* enquanto ponto de transformação do quotidiano; em Pierre Bourdieu, na confluência dos limites impostos pela posição, condição e tomada de posição dos agentes, os quais pressupõem a posse de um determinado capital objetivo (económico e cultural) e um determinado estilo de vida. Consequentemente, pretendemos determinar de que forma o espaço físico contribui para a redefinição desses limites, num alargamento progressivo do campo de atuação possível, ou na segregação dos agentes a espaços exclusivos ou excludentes.

Fig. 4 Em 2005, a Igreja Ortodoxa Sérvia fez chegar uma igreja em metal ao topo do Monte Rumija, lugar religioso no limiar da fronteira entre a atual Sérvia e Montenegro.



“This idea of difference is at the basis of the very notion of space, that is, a set of distinct and coexisting positions which are exterior to one another and which are defined in relation to one another through relations of proximity, vicinity, or distance, as well as through order relations, such as above, below and between; certain properties of members of the bourgeoisie or petitbourgeoisie can, for example, be deduced from the fact that they occupy an intermediate position between two extreme positions, without it being possible objectively to identify them and without their subjectively identifying themselves, either with one or the other position.”¹

¹ Bourdieu, Pierre, *Physical space, Social space and Habitus*, 11.

Através de uma abordagem topológica que mapeia os relevos e formações do espaço social, Pierre Bourdieu analisa as estruturas objetivas e subjetivas que compõem a sociedade. Introduzindo o valor da educação e da cultura como fatores determinantes, Bourdieu adquire um distanciamento crítico relativamente ao sistema económico, que lhe permite discriminar todo um conjunto de valores que constituem capital, e subsequente poder, para os agentes que o possuem. Na tríade *habitus, capital, campo*, os agentes sociais distribuem-se, segundo a perspetiva do autor, num espaço social composto por regiões que implicam, em proximidade ou afastamento, diferentes estilos de vida e sistemas de perceção. O *habitus* surge assim, na mediação entre as espécies de capital possuídas e a posição adquirida num determinado campo de atuação.

Na dinâmica de relações de força introduzidas pela abordagem de Pierre Bourdieu, as cartografias de poder adensam-se e multiplicam-se. Enquanto mapa de justaposições, o espaço social adquire proeminências em que a legitimação coletiva funciona como imposição, a qual se revela não só nas estruturas explícitas e institucionalizadas, mas também nos modos de perceção e apreensão, implícitos e interiorizados pelos agentes que o compõem. Por outro lado, a luta de classes desenha também fissuras nesse espaço, onde a singularidade do agente se traduz em invisibilidade, e o seu isolamento ou falta de representatividade se alinha com a mudez.

A formalização deste espaço permite, ainda, traduzir a tendência natural do sistema para a fixação e permanência, numa continuidade permitida e incentivada por relações de proximidade, afinidade e naturalização. O *habitus*, enquanto expressão prática de uma estrutura tendencialmente inerte assenta, assim, na repetição e na constância de uma hierarquia definida pelo peso estrutural do capital económico e pelo maior ou menor equilíbrio deste com o capital cultural e social. Enquanto prática e trajetória em potência, o *habitus* traduz-se em *espaço vivido*, onde se confrontam e revelam as relações mapeadas.

Na abordagem desta multiplicidade de confrontos e justaposições, a obra *Critique of Everyday Life*, de Henri Lefebvre, adquire especial relevância. Através de uma crítica às consequências sociais do sistema económico capitalista, Lefebvre demonstra, através do conceito de *alienação*, de que forma as transformações nos sistemas de produção industrial se incorporaram nas práticas e posturas dos agentes, provocando desequilíbrios estruturais e percetivos imbricados no quotidiano. Lefebvre aborda de forma pioneira o *quotidiano*, na conjugação real e ativa do poder económico, social e cultural dos agentes que o vivem.

“Thinking people were obsessed with the political drama. Rightly so. But they were forgetting that although the political drama was being acted out or decided in the higher spheres – the State, parliament, leaders, policies – it still had a ‘base’ in matters relating to food, rationing, wages, the organization or reorganization of labour. A humble, everyday ‘base’. Therefore many Marxists saw criticism of everyday life as useless and antiquated; they perceived it as a reworking of an old-fashioned, exhausted critique of bourgeois society, little more than a critique of triviality – therefore a trivial critique.

For this reason philosophers today are experiencing difficulties of a kind unknown to their predecessors. Great or small, profound or superficial, their lives have lost that simplicity and elegance of line they attribute (fictitiously, no doubt) to the lives of their illustrious models. Philosophers and philosophy can no longer be isolated, disguised, hidden. And this is precisely because everyday life is the supreme-court where wisdom, knowledge and power are brought to judgment.”¹

Neste sentido, a abordagem de Lefebvre aproxima-se da de Pierre Bourdieu, compreendendo o valor exacerbado que o capital económico assume na configuração da realidade e quotidiano dos agentes, e reforçando a ideia de que é necessário repensar as dimensões social e cultural como valor e capital. Enquanto Pierre Bourdieu mantém claras as limitações objetivas impostas aos agentes pela estrutura socioeconómica, Henri Lefebvre assume uma postura revolucionária, assumindo à partida a intensão de transformar o quotidiano através de um programa concreto que interfira e rompa com as convenções incorporadas pelos agentes.

“To the age-old problem of philosophers: “How can what is be?”, to Kant’s problem: “How can we know what we know?”, to the problem of more recent thinkers: “How can what is born be born”, we add another, simpler but just as serious: “How can man live as they are living, and how can they accept it?” Put another way, why does not every one of us imitate the man (the bourgeois) Kierkegaard talks about, who without warning feels he is suffocating and begins shouting: “Give me something possible! Give me something possible!”? This is an incontestable cultural fact, and demonstrates the effect structures have.”²

Lefebvre introduz assim o valor da inércia e da naturalização das estruturas nos modos de perceção dos agentes e, simultaneamente, afirma a necessidade de abordar o problema de um ponto de vista transformador, afirmando a sua dimensão provisória e questionável. Associando a desigualdade de oportunidades de mobilidade social a uma estrutura económico-cultural alienada, Lefebvre propõe-se expor de que forma a perceção dos agentes sofreu um processo de distorção com o desenvolvimento do capitalismo e dissolver essas mesmas estruturas através de procedimentos que exponham e contrariem a distorção implícita neles.

Lefebvre, ainda que realizando um percurso alternativo, pode ser compatibilizado com Pierre Bourdieu, na medida em que questiona a perspetiva de classes associada à polarização marxista. Interpretando as classes operária e burguesa como parte de um todo que compõe a sociedade no seu conjunto, Lefebvre interpreta o agente através da tríade *necessidade, trabalho, prazer*, a qual estrutura a trajetória de todos os indivíduos, independentemente das especificidades que moldam o projeto individual de cada um e da posição objetiva que estes ocupam no espaço social.

“Needs are related to the productive forces and their level of development. Even more significant would be the question that, if the proletariat differs from the bourgeoisie from this perspective, would it not be because of the liveliness, complexity and abundance of its needs and desires? Certainly, while there is a quantitative and qualitative disparity (of “standards of living”) between the extent to which these needs

1 Lefebvre, Henri, *Critique of Everyday Life*, vol. 1 (Londres: Verso, 2008), 6.

2 Ibidem, 30.

*and desires are satisfied, needs tend to equalize.*³

Assim, para Lefebvre, os ‘modos de vida’ que distinguem os grupos sociais dependem das relações que estes estabelecem com as forças de produção, da sua posição no espaço social, determinando também a hierarquia de necessidades e desejos a que os agentes almejam, enquanto consequência dos primeiros. Com efeito, o quotidiano produz-se na relação dialética entre necessidade e desejo, prazer e privação, realização e vazio, trabalho e lazer. Através destas oposições o agente medeia a sua trajetória através do planeamento, organização e aplicação de recursos, na criação de um projeto que se traduz em prática e projeto social.

Delineando uma crítica exaustiva à alienação produzida pelo sistema capitalista, Lefebvre insiste também na necessidade de opor o campo do possível a essa mesma visão da estrutura vigente. Assim, o quotidiano apresenta-se como espaço de transformação, na medida em que medeia e confirma a validade e potencial transformador das mudanças que nele ocorrem. Como prática e trajetória, atividade criadora e criativa, o quotidiano afirma-se como espaço de realização em constante imbricação com o domínio do possível.

“What does such and such an idea or creative work tell us? In what way and how far does it change our lives? It is everyday which measures and embodies the changes which take place ‘somewhere else’, in the ‘higher realms’. The human world is not defined simply by the historical, by culture, by totality or society as a whole, or by ideological and political superstructures. It is defined by this intermediate and mediating level: everyday life.”⁴

Desta forma, Lefebvre reforça a ideia de que a atividade criadora adquire a sua legitimidade apenas no momento em que proporciona e possibilita a incorporação da mesma por parte dos agentes, na transformação ou perturbação de uma repetibilidade intrínseca a um ‘modo de vida’. Apresentando a sua *Teoria dos Momentos*, Lefebvre define um *momento* enquanto esforço que tem em vista realizar uma possibilidade de forma totalizante. O *momento* traduz-se, assim, num movimento criador por parte de um agente ou grupo de agentes, implicando expressão, significado, desenvolvimento e rutura nos modos de perceção incorporados; reação e resistência total.

“Possibility offers itself; and it reveals itself. It is determined and consequently it is limited and partial. Therefore to wish to live it as a totality is to exhaust it as well as to fulfil it. The Moment wants to be freely total; it exhausts itself in the act of being lived. Every realization as a totality implies a constitutive action, an inaugural act. Simultaneously, this act singles out a meaning, and creates that meaning. It sets up a structuring against the uncertain and transitory background of the everyday (and reveals it to be as such: uncertain and transitory, whereas before it appeared to be solidly and undoubtedly ‘real’).”⁵

Num claro distanciamento epistemológico em relação a Bourdieu, Lefebvre adota uma perspetiva ‘fenomenológica’⁶ que recusa terminantemente uma estrutura que predetermine as

3 Lefebvre, Henri, *Critique of Everyday Life, Foundations for a Sociology of Everyday*, vol. 2, 32.

4 Ibidem, 45.

5 Ibidem, 349.

6 “Similarly, the description of the ‘lived’ in the theory of moments could be baptized as ‘phenomenological’. However, we have been very wary in our use of ‘parenthesizing’, so as to be sure to reinstate anything which

ações dos agentes. Os momentos surgem, assim, como possíveis rupturas no cotidiano do homem, mantendo ainda assim com este uma relação dialética, resultando na concretização exacerbada e significativa do *fenómeno humano total* (necessidade, trabalho, prazer).

“We cannot step beyond the everyday. The marvelous can only continue to exist in fiction and the illusions that people share. There is no escape. And yet we wish to have the illusion of escape as near to hand as possible. An illusion not entirely illusory, but constituting a ‘world’ both apparent and real (the reality of appearances and the apparently real) quite different from the everyday world yet as open-ended and as closely dovetailed into the everyday as possible.”⁷

A criação de momentos, no extrapolar do cotidiano, é apresentada por Lefebvre como a possibilidade e aplicação da expressão ativa do agente, no sentido de gerar situações significantes e críticas, em relação a uma realidade e a um contexto incorporados nos hábitos e nas práticas vividas repetidamente. Respondendo à necessidade de definir uma trajetória significativa, o momento corresponde à união entre expressão e significação, materializando a espontaneidade de uma possibilidade incerta e a necessidade de negação de uma situação percebida como alienante. Enquanto reflexo de poder e de uma possibilidade subjetiva, este nasce e alimenta-se do cotidiano, com a intenção de o negar, transformar e superar. Representando uma escolha e uma decisão, o momento apresenta um determinado grau de risco e de incerteza, que o agente assume como valor transformador, possibilidade ambígua e incerta, que assume o potencial de alterar os limites do possível e do impossível. Através de novas articulações entre tempo e espaço, criando situações que arriscam o certo pelo possível, o agente procura uma nova ordem e uma nova forma para a influência que as estruturas exercem nele, procurando impor a sua própria visão e poder no conjunto de posições e disposições que conformam o espaço social.

“It is equally in the everyday that the inaugural decision is made by which the moment begins and opens out; this decision perceives a possibility, chooses it from among other possibilities, takes it in charge and becomes committed to it unreservedly. This choice is already a dramatic one: at the crucial point of decision, at the heart of the everyday, nothing is clear. How can we expect something which is blatantly relative and, even worse, ambiguous, to be absolute? What is possible and what is impossible are not yet part of the conflict; they are merged; there are no exact, predetermined limits which would enable a decision on what is possible and what is impossible.”⁸

Através da sua teoria dos momentos, Henri Lefebvre procura analisar um espaço e um tempo muito específicos no que constitui a trajetória social dos agentes no espaço. Sintetizando a conjuntura e a estrutura que originam a transformação perceptiva e ativa do indivíduo, o autor dissecou os pontos de ruptura e transformação, procurando explicar a sua importância, origem e forma.

“The moment cannot be defined by the everyday or within it, but nor can it be defined

we may have momentarily eliminated, and to avoid reducing the totality of the experience. Our descriptions and analysis were directed at praxis, and not at consciousness per se. We are dealing not with domains or regions, but with possibilities.” in Lefebvre, Henri, *Critique of Everyday Life, Foundations for a Sociology of Everyday*, vol. 2, 350.

7 Lefebvre, Henri, *Critique of Everyday Life*, vol. 1, 40.

8 Lefebvre, Henri, *Critique of Everyday Life, Foundations for a Sociology of Everyday*, vol. 2, 351.

by what is exceptional and external to the everyday. It gives the everyday a certain shape, but taken per se and extrapolated from that context, this shape is empty. The moment imposes an order on the chaos of ambiguity, but taken per se this order is ineffectual and pointless. The moment does not appear simply anywhere, at just any time. It is a festival, it is a marvel, but it is not a miracle. It has its motives, and without those motives it will not intervene in the everyday.”⁹

Assumindo uma lógica que nega a linearidade contínua e a naturalização imperceptível e impenetrável da estrutura legitimada, Lefebvre pretende destacar o potencial transformador e revolucionário do homem, exacerbando a sua capacidade crítica perante a estrutura social legitimada. Enquanto espaço mediador e legitimador, o quotidiano reflete a aceitação (ou alienação) de um ‘modo de vida’ e encerra a possibilidade de o transformar. Procurando tornar esta possibilidade evidente, a *teoria dos momentos* assenta na introdução e valorização do potencial do risco e da espontaneidade, com o intuito de expor e clarificar o poder ativo e interventivo dos agentes perante a inércia da estrutura.

⁹ Ibidem, 356.

“Efetivamente, o espaço social se retraduz no espaço físico, mas sempre de maneira mais ou menos confusa: o poder sobre o espaço que a posse de capital proporciona, sob suas diferentes espécies, se manifesta no espaço físico apropriado sobre a forma de uma certa relação entre a estrutura espacial da distribuição dos agentes e a estrutura espacial da distribuição dos bens ou dos serviços, privados ou públicos.”¹

“What is the relation between being and space? How do things stand with the man’s being, his evolution, his ascent, or his nothingness? If we knew how to define ‘man’, would we not be able to define the urban and the town? Unless it’s the other way round, and we must first of all understand the town if we are to define this political animal who constructs cities, living in them or fleeing them. In that case, inquisitive thinking would investigate the urban in the first instance, rather than positive knowledge in isolation or power in abstracto. Perhaps the town holds the answer to some crucial questions that philosophers have ignored for years.”²

1 Bourdieu, Pierre, *Miséria do Mundo*, 160.

2 Lefebvre, Henri, *Critique of Everyday Life, From Modernity to Modernism*, vol. 3, 131.

JEAN REMY E LILIANE VOYÉ: rumo à cidade «invisível»

A obra “A cidade: rumo a uma nova definição?”, analisada em detalhe neste momento, apresenta-se como fundamento para a compreensão da relação entre a evolução das formas de agrupamento populacional e as lógicas de apropriação espacial implicadas nas práticas dos agentes sociais. Neste sentido, abordamos em proximidade o processo de industrialização e urbanização, através da distinção que os autores estabelecem entre *situações não urbanizadas*, *situações de transição* e *situações urbanizadas*. Implicando limites e imposições distintas nas estruturas mentais e objetivas dos agentes sociais, estas determinam e são determinadas pelos fluxos do espaço social, lugar dos campos de poder e das lutas que estes implicam.

Fig.5 Pierre Bourdieu, *Palestro*, Argélia.



Jean Remy, nascido em Herve, Bélgica, a 1928, é Professor Emérito da Universidade Católica de Lovaina, pela Faculdade de Ciências Económicas, Políticas e Sociais. Licenciado em Filosofia e doutorado em Economia, publica a sua tese de Doutoramento, intitulada *Ville, phénomène économique*, em 1966, afirmando o interesse pelos fenómenos urbanos e pelas implicações sociológicas dos mesmos.

Figura emblemática da 'escola' de sociologia de Lovaina, Jean Remy centra a sua atividade de investigação em três centros da UCL: o Centro de Sociologia Urbana e Rural, que fundou em conjunto com Liliane Voyé, o Centro de Sociologia Sócio-religiosa, e um outro, na Faculdade Saint-Louis, em Bruxelas. Diretor da revista *Espaces et Sociétés*, fundada por Henri Lefebvre e Anatole Kopp em 1970, publica em paralelo inúmeros artigos.

Casimiro Balsa descreve, na obra *Relações Sociais de Espaço – Homenagem a Jean Remy*, a sua abordagem teórica a partir de três momentos sequenciais. O primeiro implica a realização de um inventário dos aspetos da questão a abordar, nas dimensões distintas que esta possa comportar, e em imbricação clara com a vertente empírica, evidenciando a importância do quotidiano e das práticas na sua metodologia. Num segundo momento, procede ao estudo das relações existentes entre as várias dimensões do problema, evidenciando diferenças, semelhanças, forças e intensidades, explanando as múltiplas combinatórias que entende como relevantes. Finalmente, procede à elaboração de conjeturas possíveis, hipóteses que permitem uma visão abrangente do problema, estruturada e hipotetizada a partir do conhecimento prévio dos objetos, sistematizando as suas dinâmicas e relações de força.

O estudo das tensões e das relações de força adquire, com efeito, um papel determinante na sua postura metodológica, refletindo o valor que atribuía à postura filosófica de Georg Simmel e a necessidade de abordar a oposição clássica entre o subjetivismo e o estruturalismo. Afirmando a distância entre a construção teórica e a realidade, Jean Remy introduz o valor da temporalidade e da dualidade na sua obra, reconhecendo a mutabilidade das formas estruturais, afetas às transformações sociais e espaciais que a urbanização viria a complexificar.

Aplicando um esforço de síntese na sua abordagem sociológica, Jean Remy destaca a componente individual e dinâmica que influencia a vertente existencial dos agentes sociais e, em articulação com esta, o carácter estrutural que se afirma sobre as suas práticas e perceções, de forma rígida e instituída. Procurando interpretar a lógica de ação e apropriação espacial dos agentes, aborda a problemática da transação social a partir dos conceitos de produção e reprodução social, interior e exterior, integração e segregação, afirmando as limitações e constrangimentos que se impõem sobre os agentes e as diferentes perceções que estes constroem e incorporam consoante a sua posição e disposições.

A partir da década de 60, Jean Remy colabora com Liliane Voyé na produção de várias obras, centradas no papel da *cidade* e do *urbano*. Em 1974 publicam *La ville et l'urbanisation*, à qual se segue a obra *Ville, ordre et violence*, a qual atribui maior ênfase à relação da simbólica com os modos de territorialidade. Em colaboração com Emile Servais, desenvolvem a obra *Produire ou reproduire? Une sociologie de la vie quotidienne*, publicada em dois volumes, o primeiro em 1978, e o segundo em 1980.

A obra *La Ville: vers une nouvelle définition?*, publicada em 1992, é a síntese desse trabalho conjunto, através da qual analisam em detalhe a lógica de apropriação espacial subjacente a três situações-tipo, implicadas no processo de urbanização: as *situações não urbanizadas*, as *situações de transição* e a *urbanidade*. Dando aqui prioridade à lógica de apropriação de espaços já constituídos, confrontam modelos culturais e sociais em evolução, relativizando a continuidade e a transformação consoante o sentido e o investimento que os agentes sociais lhes atribuem nos vários contextos.

I. PROCESSO DE URBANIZAÇÃO



Fig. 6 Valley Section, interpretação do diagrama de Patrick Gueddes, relacionando diferentes escalas de associação humana. Alison e Peter Smithson, *The Doorn Manifesto*, Doorn, 1954.

Partindo do contraste entre os ideais-tipo *campo* e *cidade*, Jean Rémy e Liliane Voyé propõem uma análise que exprime a influência que o processo de urbanização teve na transformação destes dois contextos. Considerando a morfologia e a funcionalidade de ambos os contextos espaciais, os autores explicitam de que forma a urbanização se impôs sobre os modos de territorialidade e os modos de vida. As características da materialidade, assumindo-se como influência incontornável na organização do espaço social, não implicam, porém, uma correlação direta destas com as condições e modos de vida dos agentes sociais.

Enquanto *modo de composição de mobilidades e temporalidades*, o espaço materializado organiza-se e transforma-se a partir de distâncias e proximidades que refletem a composição do espaço social. O *urbano* apresenta-se, assim, como palco de encontros aleatórios fundamentais para o estímulo e desenvolvimento de relações significativas, em contraste com o *não urbano*, marcado por um fechamento em relação ao desconhecido, imprimindo o dinamismo de um projeto coletivo no valor que atribui aos espaços públicos, vividos internamente.

O processo de urbanização, afetando de forma distinta o campo e a cidade, traduz-se, de acordo com Jean Rémy e Liliane Voyé, na complexificação das *situações não-urbanizadas*, através de um processo de *transição* impulsionado pela industrialização, o qual resulta na introdução da mobilidade no quotidiano dos agentes, enquanto valor e potência. A respeito das *situações não urbanizadas*, os autores referem:

“O primeiro tipo corresponde a um estado prévio à urbanização, i. e., a uma situação e que a vida quotidiana deve estruturar-se fora de qualquer possibilidade técnica de deslocação: o caminhar do homem e o galopar do cavalo organizam o raio de ação possível da vida quotidiana e a apreensão do mundo.”¹

A industrialização, enquanto processo de transformação das condições de produção, é apresentada por Jean Rémy e Liliane Voyé como uma *situação de transição*. Esta, impulsionando a reestruturação e reorganização do espaço, bem como a alteração dos *habitus* dos agentes ativos, abre caminhos para o alargamento da vida não urbana a um exterior indefinido e à reformulação dos modos de vida e de percepção dos agentes sociais que se adaptam a ela.

As situações urbanizadas integram, por sua vez, a mobilidade como fator determinante na

1 Rémy, Jean e Liliane Voyé, *A cidade: rumo a uma nova definição?* (Porto: Afrontamento, 1994), 16.

apreensão e participação da vida urbana, a qual se reflete na fragmentação e multiplicação das relações e das trocas sociais.

*“A existência de tais encontros aleatórios assenta na presença de lugares públicos e semipúblicos, os quais são os lugares privilegiados da sua emergência e os suportes mais seguros da vida coletiva.”*²

Com efeito, os autores afirmam o impacto da composição espacial na conformação do espaço social, o qual se imprime através de três sistemas de influência: o *sistema social*, o *sistema cultural* e o *sistema da personalidade*. Refletindo a transformação das relações de força que a industrialização estimulou, Jean Rémy e Liliane Voyé analisam o espaço físico na sua dupla face, enquanto indutor de transformação social, e enquanto resultado desta, procurando a significação latente que este adquire nos vários contextos.

Enquanto afirmação de posse de capital, a organização do espaço surge, assim, como poder distribuído desigualmente, sujeito à luta expressa no espaço social. No entanto, a urbanização enquanto indutora de mobilidade e de alargamento de escolhas, abre caminho para uma possível redistribuição do capital associado ao poder de apropriação espacial dos agentes. Neste sentido, a ativação do espaço público reafirma o seu valor e importância na comunhão de interesses de classe, enquanto espaço de expressão coletiva, sujeito à capacidade de mobilização e mobilidade da *sociedade de massas*, atualmente dispersa em projetos individualizados.

*“Assim, a referência prioritária feita nesta obra à lógica de apropriação articula-se por uma análise em termos de estrutura social e visa evidenciar em que medida os triunfos diferenciais das posições sociais e das actividades determinam efeitos diversificados, inclusive de sentido oposto quanto à capacidade de cada uma delas em apropriar um determinado espaço e em retirar dele algumas vantagens.”*³

A influência do espaço na distribuição do capital é, assim, explicitada através dos *sistemas social, cultural, e da personalidade*, respetivamente referentes aos objetivos de classe e à distribuição do poder, à produção, transformação e legitimação de esquemas de apreensão e percepção coletivos e às implicações afetivas patentes na afirmação da identidade e na elaboração de um projeto, implícito nas trajetórias individuais.

2 Idem.

3 Ibidem, 21.

II. A PRÉ-URBANIDADE



Fig. 7 Bernard Rudofsky, *Architecture Without Architects*, 1965. As vilas fortificadas de Savetia.

Caracterizadas por um forte enraizamento, a aldeia e a cidade não-urbanizadas apresentam semelhanças estruturais evidentes, que se refletem de forma distinta nos *sistemas social, cultural e da personalidade*, objetivando modos de territorialidade distintos que se complexificam e refletem na reciprocidade entre estes e os modos de vida dos agentes. Em oposição ao conceito de urbanização, definido por Jean Rémy e Liliane Voyé como a *introdução e valorização da mobilidade enquanto fator estruturante na vida quotidiana*, as situações não-urbanizadas derivam da imposição social e material de uma mobilidade reduzida, fortemente limitada e limitativa na estruturação das trocas e relações sociais que possibilitam.

A Aldeia Não Urbanizada

“Considerado na sua morfologia, o campo surge como que oferecendo uma paisagem em que um habitat e uma construção descontínuos se distribuem sobre um pano de fundo de natureza, campos ou florestas; os povoados, as aldeias, constituem umas tantas unidades de pequenas dimensões, com habitat compacto ou disperso, separadas espacialmente umas das outras, e mais ou menos afastadas do pequeno centro que engloba algumas funções mais específicas, destinadas ao uso do conjunto.”¹

Na construção do ideal-tipo da *aldeia não urbanizada*, Jean Rémy e Liliane Voyé identificam a agricultura enquanto determinante primordial na organização espacial e na definição de um modo de vida, constituindo a atividade económica de maior relevo para o conjunto dos agentes que habitam este contexto. Neste sentido, a constituição de aglomerados populacionais adquire, forçosamente, dimensões reduzidas, devido à mobilidade limitada e à necessidade inerente de manter o lugar de trabalho próximo e acessível. Distribuído de forma dispersa sobre uma paisagem natural, este modo de territorialidade assume um carácter fragmentado e dissemina-se na vastidão da natureza, a qual domina a percepção e capacidade apreensiva dos agentes que

¹ Rémy, Jean e Liliane Voyé, *A cidade: rumo a uma nova definição?*, 15.

o habitam. Como consequência da reduzida dimensão das aglomerações populacionais e da similitude dos hábitos e ritmos pelos quais se regem, a aldeia não-urbanizada caracteriza-se por um forte interconhecimento pessoal, o qual Jean Rémy e Liliane Voyé definem como *controlo ecológico*.

*“Esta situação favorece o controlo ecológico, i. e. um controlo baseado na visibilidade e na observação directa, e na capacidade de todos conhecerem cada um em todas as actividades, ao multiplicarem sobre elas comentários personalizados. Semelhante controlo – que, certamente, as pessoas hoje em dia tendem a reler de forma negativa como exprimindo uma vontade de vigilância permanente e de avaliação constante frequentemente dominada pela malevolência – reveste-se de uma significação completamente outra na aldeia não-urbanizada, onde se vê nesse mesmo controlo a expressão de uma solidariedade incondicional e de uma confiança recíproca baseadas na qualidade da relação interpessoal.”*²

A influência deste *controlo ecológico* na dinâmica de grupo, assenta num pressuposto de exclusividade e fechamento do sistema social, o qual se reflete num sentimento de desconfiança e rejeição moral do que lhe é externo. Na estruturação do *sistema social*, define-se, assim, um sistema de valores coletivamente reconhecido e respeitado, assente numa ordem hierárquica também coletiva e fechada, que estrutura e reproduz um modo de vida legitimado coletivamente, partilhado e transparente.

Com efeito, os autores definem a estrutura social através de uma hierarquia vertical, aproximada transversalmente através de um *sistema de clãs*, construído a partir de afinidades criadas entre classes distintas. No entanto, a distância percetiva que separa as classes sociais mantém-se estável e perene, refletindo as variações de capital possuído e as representações e influências de poder de cada agente.

*“Em situação não urbanizada, o sistema cultural da aldeia organiza-se com efeito em torno da oposição dos códigos interior/exterior, sendo o primeiro conotado positivamente e o segundo negativamente.”*³

Enquanto relação determinante na definição deste modo de territorialidade, a oposição interior/exterior na aldeia não urbanizada é afirmada, acentuando o carácter centrípeto do sistema, enquanto critério fundamental para a constância, perenidade e pureza do mesmo.

Na conjugação do *sistema social* com o *sistema cultural*, a *aldeia não urbanizada* reflete também a sua autonomia relativa, estabelecendo uma correspondência direta entre o grau de segurança e moralidade elevada que possui e a recusa das influências externas, percebidas como possibilidades de corrupção e desestabilização. Apesar da dependência inerente e longínqua relativamente à cidade, na inevitabilidade do poder económico e político que esta rege e assume, o sistema cultural emerge como garante de um fechamento que reforça a autonomia e coesão do grupo, através de instrumentos e rituais homogéneos, coletivamente valorizados e legitimados.

“Os elementos do social e do cultural vêem-se, além do mais, interiorizados pelo indivíduo, que, a partir deles, constrói as suas esperanças subjectivas, referindo-se mais ou menos adequadamente às suas possibilidades objectivas. Assim se manifesta a

2 Ibidem, 28.

3 Ibidem, 29.

*dimensão sócio-afectiva do contexto espacial.*²⁴

A organização do grupo reflete, assim, taxativamente, os instrumentos e capacidades individuais de cada agente, desenvolvendo uma base colaborativa que pressupõe um fim comum, e que, por sua vez, garante uma rede de suporte perene que serve a todos em situações de adversidade. A identidade individual orienta-se, deste modo, segundo uma identidade e uma trajetória construída coletivamente.

*“Estes exemplos indicam-no: o «nós» da aldeia é, deste modo, um «nós» diversificado e hierarquizado, tanto no que respeita ao poder detido como à expressão simbólica, mas trata-se de uma hierarquia aceite e reconhecida como legítima, a partir da percepção de que há harmonia, convergência de interesses entre posições desiguais.”*²⁵

A prioridade atribuída à *harmonia na hierarquia* assenta, assim, na procura de uma estabilidade e permanência, evidenciada pela estrutura social e espacial, onde as distâncias sociais entre agentes permanecem inalteradas e são legitimadas coletivamente como necessidade intrínseca ao bom funcionamento do grupo. Nesse sentido o capital económico do grupo é frequentemente convertido em capital simbólico, através do investimento sociocultural aplicado nos ritos e rituais festivos e na construção de edificado, frequentemente associado à religião. Esta última afirma-se como fundamental na estruturação de um sistema de percepção simbólico coletivo, proporcionando um sentido à comunhão de espaços e tempos, em contraste com a individualidade de ritmos e instrumentos característicos da atividade agrícola.

A economia agrícola, surge, deste modo, de forma temporalmente complementar aos momentos de reunião do grupo, ainda que, simultaneamente reflita os valores que compõe a ideologia coletiva. Assim, a produção, ainda que assente em instrumentos e capacidades individualizadas, contribui para um *sistema de previdência* coletivo.

*“Esta rejeição do lucro, que contraria um projecto de crescimento económico, contribui para a afirmação do poder mediante a «consumação» e inscreve-se numa vontade de construção de um universo moral que, quanto a ele, vai crescendo, e a partir do qual, quando estiver confrontada com a cidade urbanizada, manterá uma avaliação negativa dessa mesma cidade, julgada precisamente como sendo o lugar onde o apetite de crescimento económico destrói a procura de crescimento moral.”*²⁶

Enquanto instrumento complementar de análise da dinâmica de grupo, o *sistema da personalidade* é introduzido por Jean Rémy e Liliane Voyé na análise da estrutura social da aldeia não urbanizada de modo a evidenciar a importância atribuída ao uso dos espaços públicos coletivos, bem como às representações simbólicas inerentes ao edificado. Os espaços de reunião, enquanto memória materializada do grupo, aglomeram a história da aldeia e oferecem uma referência física do esforço e trabalho coletivo alcançado. Enquanto capital simbólico materializado, o centro permite dar representatividade explícita ao sistema cultural do grupo, bem como às suas regras de funcionamento social.

“(...) o cíclico e o repetitivo levam a melhor sobre o linear e sobre a ideia de crescimento e, tal como a natureza, o humano inscreve-se em ritmos cósmicos em que não há, como numa simbólica instrumental, oposição entre o objecto e o não-objecto; a mulher é

4 Ibidem, 30.

5 Ibidem, 33.

6 Ibidem, 34.

*como a terra, o lugar da fecundidade e a casa é como a família, o lugar sagrado em que tudo se mistura.*⁷

O simbólico estrutura, assim, o sentido do quotidiano dos agentes, na conjugação particular de necessidades e prioridades individuais e coletivas, as quais, através das suas várias representações, dão significado e valor afetivo às práticas do grupo, em relação constante com o religioso e o cosmos enquanto totalidade do real.

*“Assim, a mobilidade encontra-se integrada de forma excepcional e em consonância com o imaginário. E enquanto o simbólico se vai investindo através da projecção da história individual e colectiva nos espaços quotidianos, o imaginário vem colocar-se a par destes e permitir a cada um distanciar-se ao sonhar ou ao ir para um espaço onde não há responsabilidade social própria, mas onde, longe de procurar uma desimplicação em relação a ela, ele encontrará uma oportunidade de distanciamento crítico que reforçará a sua vontade de implicação.”*⁸

De forma complementar, o simbólico permite introduzir pontualmente o conceito de mobilidade, na relação dialética entre desejo e negação. Reforçando a constância de um sistema fechado, o imaginário dos agentes em situação não urbanizada introduz a complementaridade do exterior através de imagens criadas em torno de uma ideia de escapismo e desimplicação das responsabilidades e imposições criadas pelo carácter fundamental que o agente atribui à sua posição no conjunto que constitui o coletivo de que faz parte. Procurando temporariamente um distanciamento associado a imagens de isolamento e a uma proximidade transcendental com a natureza, os agentes constroem, tendo por base o conteúdo imagético que a sua existência quotidiana proporciona, uma complexificação que inverte o sentido da oposição interior/exterior, reforçando o valor da interioridade através da individualização descomprometida dos valores sociais e culturais que estruturam a sua realidade e modo de vida.

A Cidade Não Urbanizada

*“A cidade surge desde logo como sendo uma unidade social que, por convergência de produtos e de informações, desempenha um papel privilegiado nas trocas – materiais ou não -, em todas as actividades de direcção e de gestão e no processo de inovação. É, por excelência, o lugar onde grupos vários, embora permanecendo distintos uns dos outros, encontram entre si possibilidades múltiplas de coexistência e de trocas mediante a partilha legítima de um mesmo território, o que não somente facilita os contactos programados, mas principalmente multiplica as hipóteses de encontros aleatórios e favorece o jogo das estimulações recíprocas.”*⁹

Aproximando-se da aldeia, a cidade não urbanizada articula a sua estrutura física e social através de oposições fixadas na organização do espaço e na percepção e *habitus* dos agentes que a apropriam. Com efeito, os autores destacam a oposição interior/exterior, a diferenciação entre centro e bairros, bem como a distinção entre espaços privados e espaços públicos, enquanto dualidades fundamentais na compreensão da legitimidade que a apropriação da cidade adquire

7 Ibidem, 35.

8 Ibidem, 36.

9 Ibidem, 15.

para os grupos de agentes que nela habitam.

Funcionalmente distinta da aldeia não urbanizada, a cidade é assim apresentada como lugar de estruturação conjunta de vários *campos de atividade*¹⁰, coordenando a sua atuação e objetivos económicos.

*“Assim, para nós, a cidade surge logo que se passe de uma situação de autoprodução de bens socialmente valorizados a um estádio em que a produção desses bens é considerada como tendo de passar por lugares e por actores especializados, que detêm o monopólio do saber-fazer legítimo.”*¹¹

Neste sentido, a diferenciação entre a aldeia e a cidade não urbanizadas, longe de se afirmar através de uma rutura radical, representa principalmente a diferença explícita nos modos de vida dos agentes, derivado do carácter centrífugo de estruturação e organização desta. Distanciando-se de um fechamento implícito e de uma capacidade de sobrevivência e organização centradas num campo específico de atividade económica, a cidade assenta o seu funcionamento na interligação de vários campos, através da valorização e multiplicação das relações e trocas com o exterior, coordenadas a partir de um centro de poder.

A oposição interior/exterior é constituinte da perceção legítima em ambos os contextos, distanciando-se na forma como é interpretada e apreendida. Enquanto a aldeia inculca um modo de perceção que desvaloriza e denigre o exterior e os modos de vida que lhe estão associados, a cidade não urbanizada concentra geralmente a sua interioridade na materialidade das muralhas que a circundam. Estas, revestidas de um simbolismo coletivo inegável, inscrevem no território limites de ordem física e económica, representando o poder instituído e o controlo por ele exercido sobre esta. Num contraste nítido com a paisagem externa, a muralha estabelece limites e clarifica as relações com o exterior¹², definindo objetivamente graus de proximidade e distância.

“A cidade organiza-se em bairros, agrupados em torno do centro. Os bairros correspondem geralmente ao exercício especializado de uma profissão ou de uma actividade própria, mas em cada um deles coexistem os diferentes intervenientes da actividade ou da profissão em causa, e isso qualquer que seja o seu nível de autoridade e de riqueza; a residência e o trabalho estão fortemente integrados, a ponto de, muitas vezes, a casa ser simultaneamente o lugar de trabalho e a residência dos donos e empregados. Cada bairro tem também os seus lugares próprios de vida festiva, onde é muitas vezes a profissão que serve de base à expressão simbólica colectiva. O bairro mistura deste modo intimamente o profissional e o social; é o lugar de desenrolamento de toda a vida quotidiana, donde só se sai excepcionalmente, e que desenvolve os seus

10 “Na nossa aceção, o conceito de campo de actividade remete para o modo como um bem socialmente valorizado (e que não é necessariamente um bem económico) é posto à disposição de uma certa procura social, mediante a organização reconhecida como legítima de um conjunto de papéis, de objetivos e de meios.” in Remy, Jean e Liliane Voyé, *A cidade: rumo a uma nova definição?*, 37.

11 Remy, Jean e Liliane Voyé, *A cidade: rumo a uma nova definição?*, 37.

12 “Pouco a pouco, todavia, surgirão excrescências: os arrabaldes, lugares de permissividade e de legitimidade duvidosa, onde a cidade rejeita tudo quanto a torna feia ou a ameaça, mas onde encontra exutórios próximos e variados. Depois, à medida que o seu dinamismo interno a vai fazendo sentir-se apertada no interior das muralhas, a cidade integrará esses arrabaldes e, rodeando-os frequentemente com uma segunda fortificação, imporá neles as suas próprias regras, invadindo deste modo progressivamente o espaço que a rodeia e difundindo novos bairros cada vez mais longe do seu centro.” in Remy, Jean e Liliane Voyé, *A cidade: rumo a uma nova definição?*, 41.

próprios traços culturais.”¹³

Desta forma, Jean Rémy e Liliane Voyé descrevem a relação dialética entre a estrutura social e funcional da cidade, a qual assenta numa harmonia na hierarquia, traduzida espacialmente na dependência dos bairros em relação ao centro, lugar do poder instituído, e a subsequente hierarquização social presente na estrutura dos bairros, em que a habitação serve de suporte a micro hierarquizações decorrentes das relações de trabalho.

O centro adquire, assim, carácter de espaço único de reunião entre os habitantes da cidade e apresenta-se como lugar primeiro de convívio com *o estranho*, que, contrariamente aos bairros, é aí acolhido com naturalidade e interesse. Encarregue de coordenar a relação da cidade com o exterior, o centro introduz na cidade alguma espontaneidade nas relações e nas trocas, confrontando em si as expressões simbólicas dos bairros que representa, em diálogo com os movimentos transitórios provenientes do exterior.¹⁴

*“Assim, a cidade é sempre ambivalente. Dada na utopia como o lugar do domínio social em que um espaço formalizado vem responder ponto por ponto a um projecto social, ela é simultaneamente esse labirinto de que fala Moles, i. e. um lugar de mistério, de não-transparência, e um lugar não dominável globalmente por quem quer que seja, um lugar de permissividade onde tudo é possível. Essa tensão entre a cidade-utopia e a cidade suporte do imaginário é, pois, permanente e necessária à existência e à dinâmica da cidade, como o prova suficientemente o falhanço das cidades que foram apenas utopia.”*¹⁵

Tal como o sistema cultural, o sistema da personalidade apresenta-se na cidade e na aldeia, através da valorização do conhecimento interpessoal e da introdução de elementos e representações do estrangeiro. O *controlo ecológico*, característico dos bairros, reflete-se num sentimento de pertença e segurança partilhada, o qual se confronta agora com a introdução de conceitos de civilidade, assentes na emergência da significação das aparências.

Deste modo, a cidade não urbanizada aproxima-se da aldeia na relação dialética estabelecida entre os modos de territorialidade e a organização social, sofrendo na cidade um processo de complexificação e multiplicação inerente a uma maior densidade e à necessidade de sistematizar e coordenar os vários campos de atividade que a compõem. Assim, ainda que distintas, estas assemelham-se na presença reduzida da mobilidade e na perenidade da hierarquia social instituída pelos bairros, garantes de estabilidade e segurança coletiva a longo prazo.¹⁶

“Por outro lado, enquanto a história da aldeia é de algum modo uma história privada – carácter aliás acentuado pela vontade de não-transparência que nela reina – a

13 Rémy, Jean e Liliane Voyé, *A cidade: rumo a uma nova definição?*, 40.

14 “Assim, o centro não é só o lugar privilegiado das relações aleatórias; é também o lugar em que a noção de multidão, de massa, adquire sentido, o que Durkheim chama uma certa efervescência, e em que, no ambiente colectivo, se diluem as emoções individuais para se fundirem numa emoção colectiva sublimada. Por fim, o centro desempenha o papel de garante institucional nas relações com o exterior; reciprocamente, a presença legítima do estrangeiro no centro vem dar um acréscimo de garantia à força deste e, de algum modo, vem introduzir nele o «outro lugar» no concreto da quotidianidade.” in Rémy, Jean e Liliane Voyé, *A cidade: rumo a uma nova definição?*, 44 e 45.

15 Rémy, Jean e Liliane Voyé, *A cidade: rumo a uma nova definição?*, 49.

16 “Neste contexto, cidade e campo opõe-se como duas entidades distintas ligadas por um laço orgânico, embora tendo entre si similitudes que resultam de uma organização da vida social imposta no plano do quotidiano pela mobilidade reduzida.” in Rémy, Jean e Liliane Voyé, *A cidade: rumo a uma nova definição?*, 42.

cidade é, por excelência, o lugar da história colectiva dos campos que estrutura. Longe de ser um espaço construído fixo, ela inscreve aliás nas pedras e nos monumentos as fases sucessivas dessa história colectiva, da qual se pode acompanhar o desenrolar, com a sua continuidade e vicissitudes, nesses «objectos» que, desde logo, são lidos em termos de património comum e precioso.»¹⁷

No entrelaçar dos símbolos e representações dos vários bairros ou campos de actividade que compõem a cidade, o centro afirma-se como coletividade amplificada e heterogénea, fornecendo meios para a sistematização e formalização do conhecimento adquirido, aplicando-o no desenvolvimento da economia do conjunto. Orientada segundo princípios económicos distintos dos da aldeia, a cidade assenta as suas funções no controlo, gestão e orientação centralizada das várias atividades, numa racionalização progressiva da produção, a qual irá requerer um novo conjunto de instrumentos e ferramentas de fixação. Assim, a relativização da produção agrícola e dos condicionamentos naturais que esta impunha sobre a economia resultam no enfraquecimento da referência natural e na produção de modelos culturais distintos, resultantes da introdução do signo e da difusão da *palavra*¹⁸, enquanto instrumento primordial de desenvolvimento e crescimento coletivos.

“Defnida assim como lugar onde nascem o escrito e a transformação da matéria, a cidade desenvolve, pois, todo um sistema de regulações formalizadas, ao passo que, na aldeia, as regulações eram actuanes sem serem necessariamente formalizadas. A regra escrita torna-se uma referência mais clara, mais certa. Permite sair do arbitrário assente na confiança interpessoal e dá uma segurança ao nível de uma arbitragem estruturada, que supõe a intervenção de terceiros, os quais desempenham o papel de garantes mais ou menos abstractos.»¹⁹

Nas relações estabelecidas entre os bairros e o centro e entre o centro e o exterior, a cidade reflete a introdução de instrumentos e processos abstratos e burocráticos de gestão, assente em critérios de representatividade e delegação que se difundem e disseminam de acordo com a necessidade e a distância implícita nas trocas. O homem adquire assim representatividade coletiva em variados graus, na qual expressa a vontade e capacidade de domínio, orientada para o crescimento do grupo. Enquanto materialização de uma ordem superior, a cidade fixa o seu poder e continuidade histórica através desses novos instrumentos e métodos de organização, os quais assumem importância histórica na medida em que contribuem para um contínuo fixar de conhecimento, centrado agora na conceção do homem e na relação que este estabelece com a ordem pré-estabelecida do cosmos.

17 Rémy, Jean e Liliane Voyé, *A cidade: rumo a uma nova definição?*, 43.

18 “Vê-se desde logo a palavra – que pode ser escrita e reproduzida no livro – levar a melhor sobre o gesto e tornar-se o instrumento essencial de controlo. Ao afirmarmos esta prioridade, juntamo-nos a Marx na análise que vê na cidade a realidade fundadora da diferenciação e da hierarquização entre o trabalho manual e o trabalho intelectual e que, a partir daí, situa na diferença cidade/campo a primeira oposição de classes.” in Rémy, Jean e Liliane Voyé, *A cidade: rumo a uma nova definição?*, 46.

19 Rémy, Jean e Liliane Voyé, *A cidade: rumo a uma nova definição?*, 47.

III. SITUAÇÕES DE TRANSIÇÃO



Fig. 8 Michelangelo Antonioni, *Deserto Rosso*, 1964.

As *situações de transição*, são reflexo da transformação dos modos de produção, introduzida pela industrialização, e das novas exigências territoriais e organizativas que a acompanharam. Numa crescente especialização do espaço e das relações, observamos o desenvolvimento de aglomerações nas proximidades das fontes de matéria-prima industrial e o consequente desenraizamento dos agentes sociais, em função do local de trabalho. Estas situações, características de um desequilíbrio entre o grau de industrialização e o nível de urbanização, incorrem numa série de disfunções sociais associadas à insegurança e instabilidade económico-social, contrariadas pelos movimentos operários, implicados nas lutas de classes. A mobilidade é gradualmente introduzida no quotidiano dos agentes, a par do aumento das distâncias entre aglomerações de interesse e da melhoria nas condições de acessibilidade. Consequentemente, a multiplicação e individuação das escolhas possíveis incorre na dispersão e fragmentação socioespacial, originando combinações distintas entre *lógicas de apropriação espacial* e *estratégias de reprodução social*.

O processo de industrialização

Enquanto situação de transição entre o contexto não urbanizado e as situações urbanizadas, o processo de industrialização influencia de forma determinante as relações sociais que nele se desenvolvem. Caracterizadas pela introdução da indústria como atividade económica predominante, as formas de territorialidade e de agrupamento permaneciam desligadas da mobilidade enquanto potência, assemelhando-se às composições espaciais características das situações não urbanizadas, associadas, no entanto, a ritmos e hábitos drasticamente diferentes, originando efeitos sociais também distintos.

As regiões industriais¹, descritas por Jean Rémy e Liliane Voyé, representam espacialmente o forte desenvolvimento dos modos de produção industrial, traduzido no aumento exponencial da densidade populacional junto das fontes de matéria-prima, e na conseqüente necessidade de um habitat mais compacto que permitisse manter proximidade e facilidade de acesso ao local de trabalho por parte dos trabalhadores.

*“A disseminação das minas levou os patrões da altura a construir habitações e o mínimo de equipamento para o pessoal, recrutado em cidades e aldeias mais ou menos afastadas; acumulavam assim as prerrogativas de patrões e as de proprietários, e a vida social no seu conjunto reproduzia a hierarquia e os conflitos da vida profissional.”*²

Numa constante imbricação entre trabalho, habitação e lazer, o sistema social associado a esta forma de territorialidade pressupunha um interconhecimento pessoal e um controlo ecológico elevado, aprofundado pelas longas horas de trabalho impostas aos trabalhadores e pela dificuldade associada às deslocações, dependentes de meios de transporte dispendiosos e escassos.

Organizadas segundo bairros que se constituíam de acordo com o tipo de trabalho desenvolvido, as regiões industriais formavam um conjunto justaposto de entidades equivalentes, sem uma hierarquia definida ou imposta, refletindo a ausência de um centro que os tornasse comunicantes. Neste sentido, o bairro representava a base principal de identificação dos agentes, traduzindo a profunda relação instituída entre o sistema social e o sistema cultural do grupo. Decorrendo de um profundo sentimento de desenraizamento, originado pelas deslocações impostas aos agentes, desde as suas aldeias e cidades de origem, até ao bairros operários densamente populados aos quais se encontravam confinados, tornava-se necessário estabelecer novas formas de proteção e responsabilidade coletivas, que permitissem gerar e manter estabilidade e solidariedade enquanto suporte comum.

A vida social neste contexto assumia, assim, as características da aldeia e da cidade não urbanizadas, acentuadas pela crescente oposição entre o patrão e o contrapoder progressivamente assumido pelas organizações operárias. Decorrente das deslocações maciças de população em busca de trabalho, a multiplicação dos bairros operários colocou problemas de densidade de difícil controlo. O patrão, símbolo do poder laboral e proprietário das habitações dos operários, tornou-se expressão incorporada da exploração, dando corpo a uma luta de classes evidenciada e analisada na obra de Marx.

*“O problema atingirá uma gravidade tal que tanto os patrões esclarecidos como os socialistas utópicos procurarão resolvê-lo criando a «habitação social», primeira manifestação importante de uma preocupação com o enquadramento da vida quotidiana dos trabalhadores, por parte dos patrões e por parte das organizações operárias, as quais vêm nela um meio eficaz de atingir as suas respectivas finalidades, que, no entanto, divergem.”*³

Na decomposição progressiva do *modelo de harmonia na hierarquia*, característico das situações não urbanizadas, multiplicam-se os moldes de organização horizontal entre operários

1 Atingindo o seu apogeu durante o século XIX, as principais regiões industriais a nível europeu concentravam-se na Inglaterra, Alemanha, França e Bélgica, em torno de da exploração de minas e da siderurgia.

2 Rémy, Jean e Liliane Voyé, *A cidade: rumo a uma nova definição?*, 54.

3 Ibidem, 56.

e as formas de reapropriação dos modelos tradicionais de proteção e segurança. Assentes em novas configurações de organização local, dissemina-se a *criação de sociedades mutualistas, cooperativas de compras, etc.*, assentes numa confiança de base tradicional na qual se introduz progressivamente a necessidade do cálculo. Na passagem da ideia de proteção para a de garantia⁴ a longo prazo, reflete-se a perda de segurança e confiança decorrente da dispersão das relações familiares, repercutida também numa instabilidade económica transversal aos operários.

Podemos assim observar de que forma a conjuntura e estrutura espacial do ambiente industrializado desenvolveu e alimentou a busca, por parte do movimento operário e do patronato, pela posse do poder municipal. No sentido de assegurar o controlo da vida quotidiana dos bairros operários, ambos se propunham construir e manifestar uma rede de apoio com vista a um projeto coletivo.

“De um ponto de vista bem diferente, esses bairros, que se constituíram por aglutinações progressivas e sem qualquer plano, aparecem visivelmente como espaços desorganizados em que a fábrica e o habitat se misturam de forma anárquica numa atmosfera poluída; assim sendo, servirão de contra-imagem aos arquitectos e urbanistas dos anos 20-30 para pensar a arquitectura e o urbanismo «modernos», dominados por uma vontade de ordenamento e de salubridade e por uma preocupação com a normalização que nivelasse o acesso a diferentes vantagens.”⁵

O processo de industrialização, como situação e conjuntura económica que impulsionou o processo de urbanização, conformou, assim, uma transformação de carácter essencialmente económico. Partindo da transformação dos instrumentos, produtos e espaços de produção, transformou as condições em que esta ocorria e, conseqüentemente, as relações sociais dependentes da mesma.

Na transição do artesanato para a produção fabril, é necessário acentuar a passagem dos instrumentos próprios e do controlo individual, dos ritmos e tempos de trabalho autoimpostos para a interdependência de um instrumento coletivo orientado para a produção seriada de um produto comum. À indivisibilidade dos instrumentos de produção, associa-se a divisibilidade crescente dos produtos resultantes deste processo.

“E o peso dos produtos vai crescendo mediante uma produção cada vez mais maciça e cada vez mais estandardizada... Esta mutação não deixou de modificar o uso do espaço, pois se os bens indivisíveis têm um consumo privilegiado ligado à densidade de ocupação do espaço, já os bens divisíveis homogeneízam as possibilidades através do espaço, e favorecem a dispersão.”⁶

Na conjugação da tomada de consciência de classe e da compreensão do modo de funcionamento do sistema produtivo, a greve da classe operária adquire pela primeira vez repercussões económicas de relevo, através da possibilidade de bloqueamento completo dos instrumentos de produção. Procurando alcançar uma negociação justa relativamente à repartição dos ganhos e lucros provenientes da produção, a classe operária parte de uma dependência paternalista, característica do início deste processo, em busca de um salário justo

⁴ “(...) a garantia diferencia-se da protecção na medida em que contabiliza a contribuição de cada um e mede as conseqüências no plano individual – o que modifica radicalmente o sistema de trocas e contribui para instaurar, na vida quotidiana, a força estável da garantia abstracta.” Idem.

⁵ Ibidem, 57.

⁶ Ibidem, 59.

e de uma flexibilidade associada à capacidade de previsão, procurando e ambicionando obter uma maior liberdade de ação individual.

“Através deste fenómeno de desenvolvimento do cálculo individual, ligado ao processo de industrialização, vemos como se introduz na vida quotidiana uma lógica de sociedade liberal em que o indivíduo está na origem e no fim do sentido, em que o amanhã tem de ser melhor que o hoje, em que o progresso, afirmado ao nível ideológico, estrutura a vida quotidiana ao dar prioridade à previsão (que supõe dinheiro e tempo abstracto) sobre a previdência.”

Esta aplicação generalizada do cálculo individualizado e da fixação primordial de um projeto individual sobre o coletivo impõe, assim, o «eu» sobre o «nós». A progressiva generalização do uso do dinheiro e a crescente individualização da vida social dos agentes permite o aumento da liberdade de ação dos mesmos, a qual se desenvolverá agora em paralelo com um processo de urbanização que irá integrar a mobilidade espacial como elemento-chave na vida quotidiana.

“Além do mais, ao reduzir o controlo ecológico e o conhecimento interpessoal retrospectivo, a urbanização irá multiplicar a necessidade de instrumentos abstractos de avaliação e de comparação, instrumentos esses que contribuirão para difundir na vida quotidiana uma lógica do signo, i. e., uma relação abstracta com os outros e com as coisas.”

Afetando pessoas, bens, mensagens e informações, a mobilidade, que se traduzirá na urbanização e alargamento do território ocupado, permite diminuir a necessidade de enraizamento territorial e a influência perene do controlo ecológico, característico das situações não urbanizadas e industrializadas. Neste sentido, torna-se fundamental referir a dissociação entre os modos de territorialidade e a posição socioeconómica dos agentes. Expressa através da multiplicação dos níveis e formas de liberdade, esta permitiu introduzir não só um valor associado à mobilidade, impensável até então, mas também um grau de criatividade e diferença comportamental entre os agentes que o controlo ecológico imposto anteriormente não permitia. Na dissociação progressiva entre modalidades espaciais e estrutura socio-afetiva, os agentes assistem a um aumento exponencial da mobilidade do capital, que evolui paralelamente com a deslocalização do poder, o qual adquire também um novo grau de mobilidade e representatividade.

*“No contexto desta evolução, a maior parte dos bairros que até então eram relativamente autocentrados, abriram-se progressivamente ao exterior, tornando-se alguns, inclusive, simples unidades residenciais que os seus habitantes deixam quer pelo trabalho, quer pelas várias actividades tais como os lazeres, as compras, etc.”*⁸

O novo grau de mobilidade acentuou a especialização crescente do espaço e a desvalorização consequente das relações interpessoais enquanto base integradora global. Na diluição da imbricação entre o domínio profissional e o extraprofissional, os autores Jean Rémy e Liliane Voyé afirmam o valor determinante da decomposição da consciência de classe, resultando na dissociação entre o espaço do bairro e as necessidades e valores individuais, expressos na procura de serviços e produtos distintos, organizados agora segundo uma tendência especializante, orientada para o monofuncionalismo hierarquizado.

7 Ibidem, 61.

8 Ibidem, 70.

Progressivamente, o papel da muralha perde valor e presença. Provocando uma mudança de escala decorrente da diluição dos modos de delimitação, o processo de urbanização permitiu assim à cidade incorrer num crescimento quantitativo que tendia para o infinito, caracterizado por uma periferia instável e em constante desenvolvimento e transformação.

Os autores introduzem, aqui, o conceito de *aglomeração* com o intuito de definir as novas formas de territorialidade, conceção que traduz a descentralização progressiva das cidades e o crescente valor e desenvolvimento periférico das mesmas, acentuado pelas zonas industrializadas e pelos núcleos alternativos formados nos espaços intermédios e adjacentes. A profusão destes novos núcleos, funcionalmente especializados, permitia uma distribuição hierarquizada das diferentes atividades no espaço, desenvolvendo e acentuando relações de complementaridade que permitiam a criação de uma rede, organizada com o intuito de responder aos níveis distintos de mobilidade dos agentes.

IV. A CIDADE «INVISÍVEL»



Fig. 9 *Flâneurs in Automobiles*:| Venturi and Scott BrWown on the Road, 1966.

A cidade urbanizada que Jean Remy e Liliane Voyé definem a partir da introdução da mobilidade como valor no quotidiano dos agentes sociais, resulta da dispersão e fragmentação acentuada dos aglomerados populacionais de interesse e da crescente acessibilidade que os agentes adquirem, na melhoria do sistema de transportes e no desenraizamento social que se afirma progressivamente com maior relevância. Os agentes sociais movem-se agora de acordo com uma lógica de interesse e procura, desenhada sobre um fundo de anonimato, construído na multiplicação e individualização dos projetos e trajetórias sociais.

Com efeito, a estruturação da vida social depende cada vez menos da estrutura espacial, fator que instiga a desimplicação dos agentes sociais na definição dos espaços em que se se movem. Estratégias e projetos semelhantes não implicam agora uma proximidade física inerente, fator que surge como perentório numa reflexão com vista à revitalização da dimensão social coletiva e à adequação dos espaços a lógicas de apropriação correspondentes.

A construção da urbanidade

“Se à especialização-concentração acresce a exigência de complementaridade, resulta frequentemente uma dissociação espacial que é tanto mais fácil instalar quanto maior for a mobilidade. Esta especialização pode integrar-se no interior de um bairro, que se torna, deste modo, um espaço especializado onde se concentra um ou outro tipo de equipamento. Encontram-se doravante bairros comerciais – no seio dos quais ainda existe uma especialização por rua, em função de um determinado tipo de comércio: lojas de calçado, de roupa..., bairros de lazer onde se concentram os cinemas, os cafés; bairros financeiros, ou ainda dos equipamentos sanitários... Cada bairro pode, pois, ser doravante caracterizado a partir da função dominante que exerce e que concentra parte importantíssima dos seus equipamentos.”¹

Na dispersão contínua da morfologia construída tradicionalmente, o espaço socioeconómico transforma-se e evolui, dando origem a novas formas de territorialidade e reagrupamento², tornado possível pela difusão do automóvel enquanto meio privilegiado de deslocação e pela melhoria da rede de transportes, os quais garantem a acessibilidade aos vários pontos de interesse. A mobilidade, enquanto exigência e fator de integração na vida urbana³, reveste-se assim de uma importância incontornável.

“(...) o espaço assim estruturado irá, consoante as várias modalidades do seu uso social, ser para determinado grupo um trunfo que o torna forte ou, pelo menos, o faz participar da transacção social, ao passo que, para outro grupo qualquer, esse mesmo espaço constitui um handicap que o marginaliza ou o exclui dessa transacção.”⁴

A integração positiva da mobilidade nos hábitos que constituem o quotidiano encontra-se, assim, dependente de fatores sociais, culturais e financeiros, que possibilitam, limitam ou incapacitam os agentes de se deslocarem livremente no espaço. Este facto incontornável gera modos diversos de apropriação do espaço, consoante a possibilidade e capacidade dos agentes, exigindo que se reconstituam formas de integração social que incorporem estes movimentos na dinâmica social.

“Assim, quando essa integração é bem sucedida, a mobilidade deixa de ser apenas tecnicamente possível, torna-se socialmente valorizada. E para nós, é a conjunção da possibilidade técnica e da valorização social que, sozinha, constitui o processo de urbanização, qualquer que seja, aliás, a prioridade cronológica de uma em relação à outra.”⁵

A valorização da mobilidade e especialização dos modos de territorialidade, em consonância com a crescente relevância atribuída ao projeto individual e à liberdade de ação, instauram uma lógica de escolha na localização de equipamentos e serviços baseada no interesse e na procura, sem grandes restrições técnicas de espacialização. Esta lógica de competição e

1 Rémy, Jean e Liliane Voyé, *A cidade: rumo a uma nova definição?*, 72.

2 Exemplo das cidades lineares.

3 *“Chega-se, pois, à produção daquilo que se poderia designar por «espaço móvel», no qual são os grupos sociais que o produzem e que dele se apropriam a encontrarem-se em situações de poder. Pode dizer-se, com efeito, que a capacidade de mobilidade é uma condicionante da participação no meio urbano.”* in Rémy, Jean e Liliane Voyé, *A cidade: rumo a uma nova definição?*, 74.

4 Idem.

5 Ibidem, 78.

concorrência, independente de qualquer tipo de organização imposta, funcionará como fator determinante para as novas formas de aglomeração e para a consequente reorganização das relações sociais. Numa progressiva desvalorização das relações de vizinhança, o controlo ecológico é agora interpretado como entrave à liberdade e comportamento individual. A necessidade de distanciamento é agora tanto maior quanto maior a proximidade espacial, o que requer, segundo os autores, mecanismos de compensação que permitam o desenvolvimento de relações alicerçadas em capacidades individuais e utilidade em potência, provocando a dissociação e multiplicação das mesmas segundo os interesses e necessidades individuais dos agentes, agrupados em várias dimensões de modos diversos, consoante as funções do espaço e do tempo em questão.

“Preferirá, pois, a cooperação – a qual supõe um objectivo preciso, delimitado em natureza e em tempo – a toda a forma de solidariedade global, e inscrever-se-á num registo de previsão, procurando incessantemente melhorar a sua posição e as suas condições de existência, em vez de uma perspectiva de previdência em que se trata de fazer com que o amanhã seja como o hoje e o hoje como o ontem.”⁶

A sobreposição do projeto individual ao coletivo reflete-se também a nível espacial, resultando no enfraquecimento dos suportes coletivos, tais como o centro da cidade e os espaços públicos, os quais perdem significado coletivo global e a sua utilidade enquanto espaços de expressão e reafirmação da unidade cultural e social, agora fragmentada e dispersa.

“Desprovidos do seu significado colectivo, [os espaços públicos] encontraram-se indefesos diante do movimento funcionalista «moderno» que, em nome da utilidade, da eficácia e da rentabilidade, substitui o centro multifuncional e simbolicamente forte por «centros» especializados e dissociados espacialmente, querendo-se sinais de progresso e poder.”⁷

Os espaços públicos vêm-se agora confrontados com a desvalorização decorrente da multiplicação dos centros de gestão e controlo, de acordo com os objetivos e necessidades específicos de cada entidade. Concretizando a crescente privatização do poder, estes centros funcionais mantêm uma certa independência territorial, ainda que se mantenham estruturalmente interdependentes. Na crescente especialização do poder, institucional e burocrático, multiplicam-se os critérios técnicos de seleção e distribuição de tarefas, assentes na parcialidade e especialização do trabalho, das relações e dos espaços neles implicados.

“Encontramo-nos doravante em sistema aberto, i. e. um elemento pode substituir outro sem desorganizar o conjunto e há, para além disso, possível aumento do número de elementos.”

No quadro desta lógica surgem combinatórias opostas no plano profissional e no plano extraprofissional. A indivisibilidade das técnicas de produção induz, com efeito, uma multiplicação das imposições na vida profissional, ao passo que a divisibilidade crescente dos produtos aumenta a autonomia na vida extraprofissional.”⁸

A desimplicação do plano profissional e extraprofissional atesta, assim, a organização

6 Ibidem, 81.

7 Ibidem, 82.

8 Ibidem, 85.

socioeconómica da situação urbanizada. A distinção clara entre ambos, associada ao enfraquecimento e desvalorização das classes mobilizadas, reflete a dissociação clara entre as exigências profissionais e o tempo livre, o qual pretende colmatar as exigências e desequilíbrios profissionais.

A valorização da lógica de escolhas permite também compreender a inversão de valores instaurada no sistema cultural que define a relação dos agentes com as dimensões interior/exterior da cidade. A viagem e as deslocações perdem a negatividade que lhes era atribuída, variando e dependendo agora da estratégia de desenvolvimento individual dos agentes.

“É claro que esta autonomização em relação a espaços concretos, materializando identidades colectivas, não significa o desaparecimento destas, mas antes o desenvolvimento de interiores e de exteriores abstractos, i. e. independentes de uma inserção espacial concreta particular e tendo os seus critérios próprios de reconhecimento e de convivência. A distinção que Gurvitch faz entre grupo em proximidade e grupo em distância ganha aqui todo o sentido, visto que à urbanização acresce o peso dos grupos em distância, na constituição social global. A proximidade territorial já não é a base prioritária da proximidade cultural e as formas culturais autonomizam-se em relação ao enraizamento regional de tal modo que o papel do espaço se vai reduzindo no fechamento das redes de interdependência.”⁹

O valor dos *grupos em distância* reflete-se na presença crescente do longínquo no quotidiano dos agentes sociais, através dos novos meios de comunicação e do crescente valor do espaço abstrato. As referências descontextualizadas e espacializadas de forma abstrata são também introduzidas pelos *media*, permitindo novos modelos de seleção e valorização, originando novos e variados padrões de orientação do projeto individual. Na ausência de um meio totalizante e na valorização crescente da flexibilidade e variedade de estratégias, reformulam-se espaços, produtos e relações, que afetam a dimensão social desde a dimensão pública até ao nível familiar. Os espaços, em constante imbricação com estas transformações, privatizam-se, fragmentam-se e especializam-se, espacializando a fragilidade interventiva dos grupos de pequenas dimensões, constituindo lugares onde a comunicação significativa se processa sem implicações externas de valor.

“Este enfraquecimento das funções da relação interpessoal e do interconhecimento global generalizado vai desenvolver uma vida social que se vive com fundo de anonimato e em que, para se situarem uns em relação aos outros, se vão multiplicar os critérios externos de pertença, critérios esses que, para a troca poder funcionar a partir deles, supõe um consenso sobre a sua dignificação e o suporte desta por vários garantes institucionais.”¹⁰

Como exemplo primordial destes garantes, os critérios externos de referência, Jean Rémy e Liliane Voyé destacam o valor emergente da publicidade¹¹, a qual tem por objetivo incentivar o consumo, inculcando um conjunto de valores simbólicos e sociais em produtos de utilidade

9 Ibidem, 87.

10 Ibidem, 90.

11 “É, neste sentido, à classe média em mobilidade social que se dirige mais particularmente a publicidade: oferecendo toda uma gama desses critérios externos mediante os quais é possível situar-se – pelo meios em aparência – ao nível do estatuto por que se luta, a publicidade ajuda assim, de facto, a organizar escolhas, escolhas cujo peso vai crescendo à medida que o nível de vida médio permite sair de preocupações estritas e imediatas (alimentação, habitação,...)” Idem.

concreta e limitada, criando associações aparentes a grupos de referência determinados.

“Ao integrar deste modo múltiplos instrumentos abstractos na vida quotidiana, a urbanização contribui para dar uma força particular à dinâmica da industrialização. Mas coloca o indivíduo diante de uma dupla exigência. É apenas, efectivamente, na medida em que este último se mostra capaz de investir simultaneamente nos pequenos grupos de segurança afectiva e na manipulação flexível dos critérios externos de referência e dos instrumentos abstractos que poderá elaborar e prosseguir um projecto pessoal e preservar a sua integridade, apesar das circunstâncias instáveis e inesperadas.”¹²

Sistematizada através de uma rede de aglomerações distintas, a cidade é agora interpretada e apreendida individualmente, a partir do núcleo habitacional onde cada agente se fixa, lugar privilegiado de investimento afetivo reificado, materialização de uma interioridade que determina os critérios de referência subjetivos que coordenam a percepção exterior. Sobrepondo-se à importância do centro coletivo, determinante enquanto centro de referência e espacialização em situações não urbanizadas, a individualidade da habitação urbana introduz a difusão/multiplicação dos pontos de referência do homem e a consequente perda da significação histórica e simbólica que o poder centralizado condensava.

A explosão do centro e a sua fragmentação traduz-se na proliferação de lugares de identificação, lugares esses que os grupos percebem como inscrições de uma história simbolicamente relevante, distintos na exclusividade e relatividade que possuem em relação a tantos outros.

O tempo e o espaço constituem ainda critérios de associação e agrupamento, mas estabelecem-se de forma inversa em relação às situações de não urbanização. Enquanto nesta o trabalho e o não trabalho constituíam formas de isolamento e reunião, respetivamente, a associação encontra-se agora invertida, na medida em que o contexto laboral remete para a conformação e confrontação de grupos no mesmo local, e o tempo livre dispersa os agentes, de acordo com os interesses de cada um, mantendo a habitação própria como critério de referência máximo e lugar de fruição privilegiado.

“Se o centro vê assim reduzir a sua significação colectiva, há outra transformação importante provocada pela urbanização: é a passagem para uma prioridade do signo sobre o símbolo, no sentido que Baudrillard¹³ dá a esses dois termos.

De uma maneira generalizada, pode dizer-se, com efeito, que em situação não urbanizada se dá a projecção simbólica sobre o espaço e sobre os vários objectos que ele contém: este espaço e estes objectos estão carregados de uma história personalizada e, por isso mesmo, não são nem substituíveis nem vendáveis, o que os exclui de qualquer relação mercantil.”¹⁴

A prioridade atribuída ao signo sobre o símbolo, característico das situações urbanizadas, representa o carácter provisório da fixação das populações no espaço urbano e a progressiva facilidade de deslocalização e deslocação das mesmas em curtos espaços de tempo. A casa,

12 Ibidem 91.

13 Baudrillard, Jean, «La Genèse Idéologique des Besoins» cit. in Rémy, Jean e Liliane Voyé, *A cidade: rumo a uma nova definição?*, 93.

14 Rémy, Jean e Liliane Voyé, *A cidade: rumo a uma nova definição?*, 93.

a terra, o espaço coletivo, associados em situações não urbanizadas a simbolismos de valor elevado, permitiam, através da permanência no tempo e no espaço, aumentar o capital simbólico da família e do grupo através da conservação e da estabilidade. Estes mesmos espaços e tempos são agora transitórios, e valorizados no seu potencial móvel, sofrendo adaptações e permutações de acordo com a transformação das necessidades e desejos dos agentes. A casa, que anteriormente materializava a história da família, o seu percurso e as suas conquistas, funciona agora como signo, sujeito à troca e à desvalorização, consoante a posição social que o grupo pretende demarcar e alcançar.

“Em semelhante contexto, uma vida social intensa pode desenvolver-se e permitir às funções cívicas baseadas na confrontação aleatória de pessoas e informações realizarem-se por completo. Isto se fará a partir de redes, as quais podem ser dispersas no espaço urbano e desenvolver-se também em lugares privados. Simultaneamente, a morfologia da cidade parece perder alguma importância.”¹⁵

Jean Rémy e Liliane Voyé opõem, desta forma, a ideia de uma vida social intensa à reunião significativa e significativa dos agentes no espaço público, os quais remetem progressivamente os momentos de convívio para lugares privados ou para uma superficialidade relacional, comumente associada a interações fugazes, frequentemente associadas às trocas comerciais. Na crescente abstração das relações e das comunicações entre agentes, a morfologia real das cidades é desvalorizada, traduzindo a sobrevalorização dos signos e do consumo dos mesmos como totalidade de valor na cidade, rede de informações e percursos que interliga pontos específicos de referência e destino, desvalorizando a construção e fruição do conjunto como um todo simbólico e significativo.

Por outro lado, os *elementos-signo*¹⁶ são referidos pelos autores enquanto instrumentos que permitem a construção de uma identidade específica que distingue os espaços urbanos, incorporações de identidade coletiva que servem de referência e permitem a expressão da diferença, elemento comparativo entre cidades, que referencia e contextualiza os agentes.

“É, pois, necessário estar consciente de que a cidade pode desenvolver as suas funções sócio-económicas, apesar de uma diminuição da vida colectiva, supondo um sentimento comum de pertença, mediatizado pelo território e exprimindo-se de forma recorrente mediante manifestações festivas nas quais cada qual deve participar; estas podem também ampliar-se apesar da redução dos contactos pelos quais se viabiliza o poder local; poder local que era desta forma objecto de um controlo permanente tanto mais forte quanto se apoiava num projecto colectivo e provocava o consenso e o entusiasmo.”¹⁷

Na multiplicação e expansão das necessidades e valores, a cidade urbanizada reflete as consequências do alargamento exponencial das escolhas e influências individuais, disseminadas a um ritmo acelerado pela publicidade nas suas formas múltiplas, a qual surte maior ou menor

15 Ibidem, 95.

16 “Assim, Strauss mostra como algumas cidades norte-americanas bem conhecidas constroem para si uma imagem global a partir de um estereótipo: é o Golden Gate de São Francisco ou o Empire State Building de Nova Iorque; e Bourdin nota, no mesmo sentido, que a desmontagem da Torre Eiffel colocaria mais problemas à identidade parisiense do que a questão de um qualquer nó de autoestrada.” Ibidem. 95.

17 Ibidem, 95 e 96.

efeito nos agentes de acordo com a sua capacidade de decisão e descodificação das mensagens transmitidas. Num discurso unilateral suportado por sistemas mediáticos, observamos então, a espetacularização dos signos, critérios de referenciação externa que acentuam o carácter lúdico e ótico dos produtos enquanto formas de identificação e distinção, fundando o conhecimento interpessoal numa base anónima e aparente.

“Estes vários elementos fazem com que as significações sócio-económicas da cidade, ligadas à produção de um conhecimento dependente da confrontação aleatória de pessoas e de mensagens, sejam reforçadas e que as funções cidadinas possam ganhar importância numa sociedade que se complexifica. Simultaneamente, contudo, essas funções tornaram-se mais autónomas em relação a um suporte material pré-determinado e delimitado como o era a cidade tradicional, a qual encerrava nas suas muralhas um habitat compacto e se opunha à dispersão dos campos circundantes: doravante, a «cidade invisível» - como Mumford a designa - pode desenvolver a sua eficácia apropriando-se dos lugares múltiplos e dispersos no espaço, a tal ponto que, por vezes, a sua visibilidade colectiva é reduzida, quando não quase ausente - e isso tanto mais quanto este acréscimo das funções urbanas é muitas vezes acompanhado por um fechamento e de uma privatização dos circuitos.”¹⁸

O impacto social do processo de urbanização é, assim, apresentado por Jean Rémy e Liliane Voyé, como contraditório e repleto de dificuldades e desequilíbrios. As potencialidades que apresenta, na introdução da mobilidade enquanto valor, na possibilidade de fruição de um contexto mais alargado e na multiplicidade de experiências distintas que proporciona, é bloqueado pela dificuldade por parte dos agentes em acompanhar este processo evolutivo, sem ceder à superficialidade propagada pelos media e à tendência privatizante da abordagem dos espaços coletivos de forma individualizada. A sobreposição do projeto individual ao espírito coletivo que caracterizava as situações não urbanizadas coloca problemas de foro sócio afetivo e de comunicação significativa, remetendo os meios e instrumentos expressivos para a interioridade da habitação, da família nuclear e de grupos de pequenas dimensões organizados e construídos em torno de interesses e necessidades específicos e distintos. Ao valor individual absoluto acresce a superficialidade ótica dos critérios de referenciação externa, os quais reforçam as distinções e oposições entre agentes e dificultam a transformação do sistema vigente.

O desenvolvimento do processo de urbanização, interpretado por Jean Rémy e Liliane Voyé como introdução da mobilidade no quotidiano, enquanto benefício e valor, é assim causa e efeito de um conjunto de transformações de base nas formas e modos de apropriação da cidade.

Por outro lado, é importante referir que a cidade, enquanto conjunto diversificado de vivências e modos de perceção, engloba e integra igualmente, os efeitos de modos de apropriação que rejeitam ou reinterpretam a ideia de mobilidade quotidiana.

“Diferentes, opostas mesmo, na possibilidade de escolhas de que dispõe e no carácter positivo ou negativo de sua relação com o espaço e com o modo de vida urbanizado, as populações habitando nesses diversos tipos de bairros têm em comum a não-valorização (escolhida ou imposta) da mobilidade espacial, concebida como facto estruturante da vida quotidiana, mesmo se essas populações se vêem forçadas a algumas deslocações, para a sua actividade profissional ou para procedimentos administrativos, por

18 Ibidem, 98.

exemplo; o bairro permanece para elas a unidade de vida colectiva de base e conserva múltiplas funções, tanto a nível da utilidade material (comércio...) como aos da expressão cultural, do relacional e da segurança afectiva.”¹⁹

A recusa, escolhida ou imposta, da mobilidade espacial como valor é evidente em situações de segregação ou transição social, do qual são exemplo os *bairros de lata*, na relação ambígua que mantêm com a cidade, lugar de oportunidades idealizadas e de rejeição concretizada; os *bairros de emigrantes*, lugares de transição em que o longínquo se inscreve com preponderância determinante; os *bairros tradicionais*, ilhéus não urbanizados entrelaçados na malha urbana; e os *bairros revitalizados por práticas alternativas*, construídos num distanciamento crítico perante as consequências socio afetivas do processo de urbanização e os modos de vida que lhe estão associados.

“Assim, estaremos hoje no alvor de um movimento social com expressões múltiplas (lutas urbanas, movimentos regionalistas, movimentos feministas, movimento ecológico,...) que, passada uma primeira fase arcada pelo negativismo, deveria progressivamente chegar a propor, num processo de transacção social, referências alternativas que integrem elementos da sociedade urbana e industrial em elementos novos. Se querem resultar em algo concreto, o regresso ao bairro e a evocação do passado não podem, com efeito, significar a reprodução da cidade não urbanizada; devem, pelo contrário, resultar na produção de novos espaços sociais.”²⁰

Jean Remy e Liliane Voyé antevem nas modalidades alternativas de apropriação do espaço urbanizado a possibilidade de criação de novos modelos e estratégias de reprodução social. Através de um processo de transacção social espacializado, antevemos um novo equilíbrio entre o projeto individual e o coletivo, criando e ampliando os critérios de referenciação espaciais, que se distribuiriam entre a residência e os espaços coletivos, potenciadores de novos momentos de comunicação significativa, integrados na discussão da cidade enquanto espaço social reificado. Recordamos aqui a nova ordem social lefebvriana, criada em momentos e movimentos lúcidos de um quotidiano que recusa a alienação e procura novos moldes de existência socio-espacial.

Este projeto de dimensão coletiva resultaria, com efeito, numa valorização do social e do cultural, permitindo reformular a relação de maior ou menor equilíbrio na política de relações e interações global, e na relação destas como o capital económico, base do sistema de oferta e procura que sustém o domínio capitalista. É assim sugerida, pelos autores, a introdução de novas formas democráticas que permitam a reformulação dos parâmetros de participação e envolvimento dos agentes na cidade. A transformação sugerida assenta, com efeito, numa *modificação da consciência possível*²¹, que estes remetem para a obra de Goldmann, e que se traduz na *libertação da relação de dependência entre o indivíduo e o técnico*, baseada numa aprendizagem recíproca e crítica que visa a complexificação das transações e a diminuição das condições de desigualdade imposta.

O espaço urbano compõe-se, nestes termos, de diferentes prioridades e valores reificados, e apresenta-se, simultaneamente, enquanto recurso de valor distinto consoante os agentes sociais em causa, inscrevendo no espaço as prioridades que estes atribuem às diferentes transações

19 Ibidem, 99.

20 Ibidem, 110.

21 Goldmann, Lucien, “Épistémologie de la sociologie” cit. in Rémy, Jean e Liliane Voyé, *A cidade: rumo a uma nova definição?*, 143.

sociais. Enquanto determinante social, contribui, tal como outros fatores objetivos, de forma não automática ou homogénea, inserindo-se no projeto individual dos agentes de forma distinta, prioridade relativa numa estratégia de reprodução subjetiva.

“Não se pode romper com as falsas evidências e com os erros inscritos no pensamento substancialista dos lugares a não ser com a condição de proceder a uma análise rigorosa das relações entre as estruturas do espaço social e as estruturas do espaço físico.”¹

“Space is becoming the principal stake of goal-directed actions and struggles. It has of course always been the reservoir of resources, and the medium in which strategies are applied, but it has now become something more than the theatre, the disinterested stage or setting of action. Space does not eliminate the other materials or resources that play a part in the sociopolitical arena, be they raw materials or the most finished of products, be they businesses or ‘culture’. Rather, it brings them all together and then in a sense substitutes itself for each factor separately by enveloping it. The outcome is a vast movement in terms of which space can no longer be looked upon as an ‘essence’, as an object distinct from the point of view of (or as compared with) ‘subjects’, as answering to a logic of its own. (...)”²

1 Bourdieu, Pierre, *Miséria do Mundo*, 159.

2 Lefebvre, Henri, *The Production of Space*, 411.

FORMAÇÕES SOCIO-ESPACIAIS

Decorrendo da aproximação feita à metodologia bourdieusiana e à composição do espaço social que dela influi, pretendemos refletir sobre uma possível interpretação do papel do espaço físico na estruturação deste, partindo dos ideais-tipo formulados por Jean Remy e Liliane Voyé, na obra *A cidade: rumo a uma nova definição?*. Considerando as proximidades e distâncias que decorrem desta intenção, torna-se necessário fixar a compreensão dos conceitos bourdieusianos enquanto abstrações espacializantes, bem como as categorias tipológicas ideais sistematizadas por Jean Remy e Liliane Voyé, desenvolvidas com o intuito de compreender o processo de urbanização enquanto introdução da mobilidade na organização dos ritmos e rituais do homem.

Com efeito, pretendemos analisar o espaço físico através destes ideais-tipo específicos, enquanto produtores e produções de reificações sociais, estabelecendo uma relação de causalidade que decorre em duplo sentido.

Fig. 10 Bernard Rudolfsky, *Architecture Without Architects*, 1965. Logone Birni, Camarões.



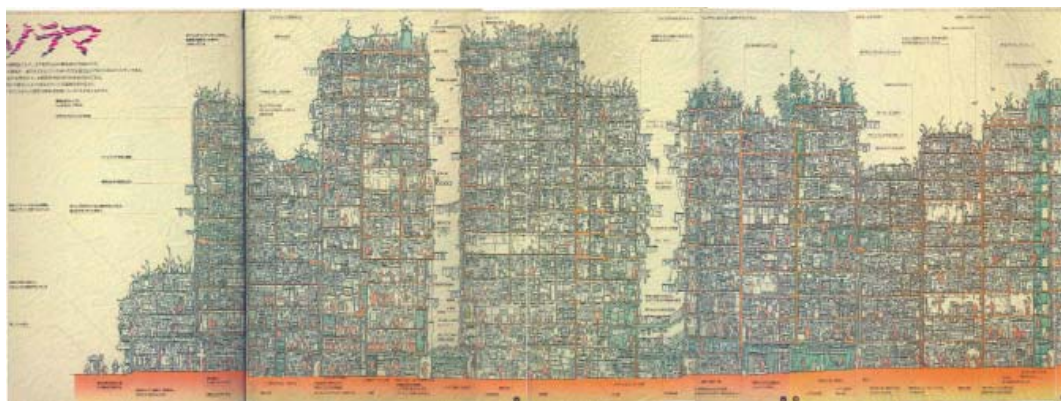


Fig. 11 Secção da Cidade Murada de Kowloon, em Hong Kong, desenhada por uma equipa de investigação japonesa antes da sua demolição, em 1993.

“É nossa convicção que o espaço, em determinadas condições, pode apresentar-se como um quadro estruturante de itinerários, posições ou representações sociais. Enquanto recurso colectivo, o espaço presta-se a modos de apropriação diversificados a partir dos quais se organizam, simultaneamente, as estratégias das famílias e os modos de intervenção dos dispositivos de intervenção social.”¹

Tal como expresso pelos sociólogos Casimiro Balsa e Ana Caeiro, a relação entre o espaço físico e o espaço social permite uma aceção distinta consoante a perspetiva a partir do qual é observada. Por um lado, podemos entender o espaço físico como um *“reflexo diretamente legível da sociedade de que é o suporte”* (Y. Grafmeyer, 1994:24).² Desta forma, o espaço social, enquanto configuração teórica da rede de relações entre agentes, impõe-se sobre o espaço reificado. Sob uma outra perspetiva, os autores citam Émile Durkheim³, implicando a morfologia do espaço na estruturação e organização do espaço social, contribuindo para a sua transformação.

“A sociologia não se pode desinteressar do que diz respeito ao substrato da vida colectiva (...) do número e da natureza das partes elementares que compõe a sociedade, da forma como estas se dispõe, o grau de coalescência a que acederam, a distribuição da população na superfície do território, o número e a natureza das vias de comunicação, a forma das habitações, etc. (...) Estas formas de estar impõe-se ao indivíduo...”⁴

No cruzamento destas duas teorias, Jean Remy e Liliane Voyé declaram que *“não existe qualquer relação automática e unívoca entre uma forma espacial determinada e um efeito social particular, mas que há, entre eles, toda um gama possível de compatibilidades e de constrangimentos.”⁵* O espaço social é assim apresentado, através da relação dialética que constrói na mediação entre as relações de poder e as imposições reificadas, materializações e apropriações desse espaço de trocas socio-espaciais.

Analisaremos a relação dialética entre o desenho e a composição do espaço social de

1 Balsa, Casimiro e Ana Caeiro, “Espaço e Exclusão, Espaços de Exclusão”, in *Relações Sociais de Espaço: Homenagem a Jean Remy* (Lisboa: Colibri, 2006), 15.

2 Idem.

3 Durkheim, Émile, *Les règles de la méthode sociologique* (Paris: P. U. F., 1973), 12-13.

4 Durkheim, Émile cit. Balsa, Casimiro e Ana Caeiro, “Espaço e Exclusão, Espaços de Exclusão”, in *Relações Sociais de Espaço: Homenagem a Jean Remy*, 15.

5 Rémy, Jean e Liliane Voyé, *A cidade: rumo a uma nova definição?*, 17.

Pierre Bourdieu e os ideais-tipo desenvolvidos por Jean Remy e Liliane Voyé, procurando uma possível materialização dos processos teóricos de transformação e complexificação social, em diálogo com as formas de territorialidade decorrentes do processo de urbanização.

Impõe-se, primeiramente, enfatizar o desdobramento do conceito de capital, introduzido por Pierre Bourdieu no desenvolvimento de uma *Teoria da Prática*. Contribuindo para o posicionamento relativo dos agentes nos diversos campos de poder, as várias espécies de capital apresentam-se como recursos, sofrendo uma variação de valor e peso relativo de acordo com o campo em que se afirmam e aplicam.⁶

Paralelamente, e a partir do processo de urbanização descrito e analisado por Jean Rémy e Liliane Voyé, pretendemos clarificar que o espaço físico e os modos de territorialidade influem diretamente nos modos de produção, valorização e reprodução das várias espécies de capital. Introduzindo novas variáveis na estrutura do espaço social e do espaço físico, impulsiona a reformulação da lógica de funcionamento dos vários campos de poder, das formas e graus de interação entre eles, e dos instrumentos e meios necessários à reprodução e conversão das espécies de capital possuído.

“Como as estratégias de reprodução constituem um sistema e dependem do estado do sistema dos instrumentos de reprodução e do estado (volume e estrutura) do capital a reproduzir, qualquer alteração numa dessas relações implica uma reestruturação do sistema das estratégias de reprodução: a reconversão do capital detido numa espécie particular em outra espécie, mais acessível, mais rentável e/ou mais legítima num dado estado do sistema dos instrumentos de reprodução, tende a determinar uma transformação da estrutura patrimonial.”⁷

Considerando a transformação do sistema dos instrumentos de reprodução de capital e a reestruturação da lógica que define o valor do capital produzido, antevemos a necessidade de criar novas estratégias de reprodução que permitam a acumulação de trabalho no estado objetivado de forma mais rentável e sugiram lógicas de apropriação que potenciem esta reprodução, distintas consoante as capacidades inerentes a uma determinada posição social do agente.

Jean Remy e Liliane Voyé apresentam o espaço físico como interveniente ativo na modelação destas estratégias, e dissecam as diferentes lógicas de apropriação do espaço que daí derivam.

“(Na linha de Gurvitch, pomos a hipótese segundo a qual as «posições» ou «classes» se constituem enquanto «grupos à distância», i. e. enquanto grupos que podem ser operantes apesar da dispersão espacial e do afastamento – podendo estes factores associar-se, nalguns casos, à constituição de redes fechadas de relações.) A autonomia mais ou menos ampla de que dispõem as várias posições sociais em relação ao que Gurvitch designa por «grupos de proximidade» vai ser uma das chaves que permitirão compreender a diversidade das lógicas de apropriação e o efeito de reforço ou de abrandamento que estas acarretam nas possibilidades de intervenção coletiva das várias posições sociais.”⁸

6 Bourdieu, Pierre, *A Distinção : Uma Crítica Social da Faculdade do Juízo* (Lisboa: Edições 70, 2010).

7 Ibidem, 215.

8 Rémy, Jean e Liliane Voyé, *op. cit.*, 115.

A partir da dualidade proximidade/distância, Jean Remy e Liliane Voyé enfatizam a distinção explicitada por Pierre Bourdieu e Gurvitch entre *existência social* e *existência situada no espaço*. Com efeito, a proximidade entre grupos social não implica a sua proximidade física, sugerindo a dispersão das várias classes teóricas no espaço, impulsionada por fatores de influência, objetivos e subjetivos. No entanto, a proximidade social sugere lógicas de percepção e apropriação espacial semelhantes, as quais se refletem nas estratégias de estagnação ou mobilidade social de cada classe e numa determinada percepção relativamente às possibilidades e constrangimentos que um determinado contexto territorial implica.

*“We can compare social space to a geographic space within which regions are divided up. But this space [i.e. social space—JP] is constructed in such a way that the closer the agents, groups or institutions which are situated within this space, the more common properties they have; and the more distant, the fewer. Spatial distances—on paper—coincide with social distances. Such is not the case in real space [i.e. physical space—JP]. It is true that one can observe almost everywhere a tendency toward spatial segregation, people who are close together in social space tending to find themselves, by choice or by necessity, close to one another in geographic space; nevertheless, people who are very distant from each other in social space can encounter one another and interact, if only briefly and intermittently, in physical space, Interactions ... mask the structures that are realized in them. This is one of those cases where the visible, that which is immediately given, hides the invisible which determines it. (Bourdieu, 1989:16)”*⁹

O papel das interações, enfatizado por Pierre Bourdieu na construção de um mapa mental de influências e relações, assume-se como determinante na experiência vivida e subjetivamente percebida do agente no espaço. Este reflete as influências e o processo de construção da identidade do indivíduo, conformando uma percepção da realidade incorporada a partir dos graus de proximidade e distância que constrói e reproduz no espaço social.

*“A descoberta da diversidade, e inclusive da oposição desses efeitos, supõe que, logo à partida, nos distanciamos em relação à imagem de um indivíduo médio, a qual supõe que toda a gente reage da mesma forma diante de um mesmo estímulo do ambiente ou do quadro de vida, as variações afectando apenas a identidade e não o sentido ou a orientação.”*¹⁰

Retomamos aqui a ideia do espaço físico enquanto *indutor* e *indução*, introduzindo o valor da urbanidade enquanto recurso apropriável de modo diverso de acordo com as estratégias e trajetórias de cada agente social e do volume de capital relativo que este possui.

Partindo da análise tipológica construída por Jean Remy e Liliane Voyé, a partir das dualidades interior/exterior, fechado/aberto, pretendemos delinear a interação dialética entre espaço social e espaço físico, na transição das formas de territorialidade não urbanizadas para as situações urbanizadas.

Na distinção entre os modos de organização territoriais mais limitados e contidos podemos antever a conformação de uma estrutura social sobreposta aos modos de territorialidade, recusando qualquer tipo de complexificação decorrente da introdução de novos parâmetros de

9 Painter, Joe, “Pierre Bourdieu” in *Thinking Space* (London:Routledge, 2002), 254 e 255.

10 Rémy, Jean e Liliane Voyé, *op. cit.*, 114.

referência externa. Com a industrialização, observamos a fragmentação e dispersão dos modos de territorialidade, bem como a multiplicação e complexificação das lógicas de funcionamento dos campos de poder, e conseqüentemente, das estratégias de produção e reprodução de capital que lhe estão implícitas. Espoletado por transformações nos modos de produção económica e motor de uma completa reformulação do *habitus* dos agentes sociais que participaram no processo, esta alteração de fundo traduzir-se-á na multiplicação de estratégias de reprodução de capital e, conseqüentemente, na alteração das formas de apropriação do espaço.

I. SOBREPOSIÇÕES

O lugar do «campo» na aldeia não urbanizada



Fig. 12
Michelangelo Frammartino,
Le Quattro Volte, 2010.

Na base das primeiras formas de territorialização, Jean Rémy e Liliane Voyé identificam a aldeia não urbanizada, organizada de forma dispersa em relação a um pequeno centro coletivo, regida em torno de uma economia de previdência suportada pela atividade agrícola.

“In analytic terms, a field may be defined as a network, or a configuration, of objective relations between positions. These positions are objectively defined, in their existence and in the determinations they impose upon their occupants, agents or institutions, by their present and potential situation in the structure of the distribution of species of power (or capital) whose possession commands access to the specific profits that are at stake in the field, as well as by their objective relation to other positions. (Bourdieu and Wacquant, 1992:97)”¹

Aproximando-se da forma semiautónoma que Pierre Bourdieu atribui à estrutura dos campos teóricos que compõe o espaço social, a aldeia não urbanizada assume, com efeito, a sobreposição dos vários campos de poder no espaço físico, implicando a fixação dos agentes numa determinada posição, ação traduzida na inércia da lógica de funcionamento dos mesmos e na constância do volume de capital produzido, numa imbricação constante com os ciclos universais da natureza.

“Field, another potentially misleading geographical metaphor, can also be understood as substantively spatialized, inasmuch as power is distributed spatially as well as socially.”²

Como expresso por Joe Painter é necessário reforçar a distinção clara entre campo fisicamente inscrito e campo de poder teoricamente construído. No entanto, a possibilidade de uma correspondência direta entre um sistema e outro concretiza-se em formas de territorialidade e sociabilidade fechadas, como a da aldeia. Orientando a produção e reprodução do capital do

1 Painter, Joe, “Pierre Bourdieu” in *Thinking Space*, ed. Mike Cragg e Nigel Thrift (Taylor & Francis e-Library, 2003), 244.

2 Ibidem, 257.

campo para a estabilidade e permanência do conjunto, a aldeia não urbanizada segue uma lógica de previdência assente na invariabilidade do volume total do capital coletivo possuído. Tal como se encontra implícito na estrutura abstrata dos campos de poder que a conformam, caracteriza-se por uma forte autonomia e fechamento relativamente ao exterior, a qual serve de base às lógicas de funcionamento dos campos de atividade que nela atuam.

Os espaços públicos, enquanto lugares de reunião e convívio, refletem e incorporam, na sua materialidade, capital cultural, imprimindo o seu valor e significado na memória coletiva, oferecendo referenciais espacializados à perceção incorporada pelos agentes. O capital sociocultural é, assim, valorizado proporcionalmente ao grau de coesão e integridade do grupo, convergindo de forma reificada no centro, onde se acumula o capital simbólico coletivamente legitimado.

A distribuição interna do volume e a reprodução do capital organiza-se, assim, segundo prioridades estabelecidas coletivamente, implicando uma estratégia de reprodução e lógicas de apropriação semelhantes ou complementares. O investimento conjunto na permanência da estrutura patrimonial coletiva é reforçada pela desvalorização/negação da mobilidade como valor e pela acumulação de capital simbólico, o qual espacializa a identidade dos agentes.

Com base na obra bourdieusiana distinguimos as estratégias de reprodução enquanto “ (...) conjunto de práticas fenomenalmente muito diferentes pelas quais os indivíduos ou as famílias tendem, inconsciente ou conscientemente, a conservar ou aumentar o seu património, e correlativamente, a conservar ou melhorar a sua posição na estrutura das relações de classe – constituem um sistema que, sendo o produto de um mesmo princípio, unificador e gerador, funciona e transforma-se como tal.”³

Assim, identificamos na aldeia não urbanizada uma estratégia partilhada de conservação do património coletivo e do volume global do capital possuído, criando grande dificuldade à existência de movimentos ascencionais no espaço social, favorecendo-se a constância da posição social ocupada pelos agentes que a compõem, dada a importância da desigualdade social ciclicamente reproduzida.

“(...) as deslocações transversais pressupõe a passagem para outro campo, portanto a reconversão de uma espécie de capital noutra espécie, ou de uma subespécie de capital económico ou de capital cultural noutra subespécie (por exemplo, de propriedade de terras em capital industrial ou de uma cultura literária ou histórica em cultura económica), ou seja, uma transformação da estrutura patrimonial que é a condição de salvaguarda do volume global do capital e da conservação da posição na dimensão vertical do espaço social.”⁴

Do contexto específico da aldeia não urbanizada depreendemos, então, o predomínio das estratégias de influência e de poder, assentes na sobrevalorização das relações pessoais e no controlo ecológico, associadas a uma estratégia defensiva partilhada coletivamente, a qual predomina enquanto perceção legitimada simbolicamente através da oposição interior / exterior, que sobrepõe o projeto comum à subjetividade do indivíduo. Esta, “comum nas fracções das várias posições sociais que sentem a ameaça de elementos inovadores”⁵, impõe e inscreve

3 Bourdieu, Pierre, *A Distinção : Uma Crítica Social da Faculdade do Juízo*, 214.

4 Ibidem, 216.

5 Idem.

uma lógica de apropriação coletivamente percebida de um “meio fechado às exigências do meio circunvizinho, que não projetam influenciar, mas cujas influências perturbadoras querem limitar, quando não impedir”.⁶

II. CONVERGÊNCIAS

O desdobramento dos «campos» na cidade não urbanizada



Fig. 13 Bernard Rudofsky, *Architecture Without Architects*, 1965. Berna, Suíça, sec. XVI.

Na complexificação da escala de ocupação, as relações criadas e as atividades desenvolvidas na cidade não urbanizada pressupõem um conjunto de transformações socio-espaciais que a distinguem da aldeia. Afastando-se gradualmente da simplicidade conceptual de um campo de atividade único, a cidade assume agora, como função primordial, a organização, coordenação e gestão de vários campos que se desenvolvem simultaneamente, integrando contatos pontuais com a dimensão exterior, até aqui negligenciada. Numa analogia possível com o espaço social de Pierre Bourdieu, a cidade não-urbanizada complexifica o sistema organizacional, desenhando-o na aproximação reificada de campos semiautónomos, justaposto segundo lógicas de funcionamento distintas, e relevo equivalente no conjunto.

*“The principle of the dynamics of a field lies in the form of its structure and, in particular, in the distance, the gaps, the asymmetries between the forces that confront one another...As a space of potential and active forces, the field is also a field of struggles aimed at preserving or transforming the configuration of these forces.... The strategies of agents depend on their position in the field, that is, in the distribution of the specific capital, and on the perception that they have of the field depending on the point of view they take on the field as a view taken from a point in the field. (Bourdieu and Wacquant, 1992:101)”*⁷

Assumindo-se como um sistema fechado, representado simbólica e economicamente pelas muralhas, a cidade não urbanizada materializa uma coesão interior que se afirma através do contraste percebido e demarcado com o exterior. No entanto, esta interioridade definida

6 Idem.

7 Painter, Joe, “Pierre Bourdieu” in *Thinking Space*, 255.

económica e culturalmente por limites claros, assenta na multiplicação das visões e relações com o exterior, ampliando de forma ambígua os conceitos de proximidade e distância que a cidade assume em relação ao mesmo. Esta transformação estrutural, decorrente da multiplicação dos campos de atividade explorados e da progressiva valorização do lucro e do capital económico, resulta na complexificação do sistema de trocas e na afirmação do centro enquanto lugar de expressão de poder e controlo.

Os *campos*, definidos por Pierre Bourdieu como recortes no espaço social que adquirem presença real no espaço objetivado são, neste modo de territorialidade, reflexo de lógicas de apropriação semelhantes às características da aldeia, na medida em que os bairros, organizados em torno de atividades de produção específicas e distintas, implicam a constituição de estruturas hierárquicas secundárias assentes na lógica de funcionamento da profissão, e a conformação dos ritmos e dos hábitos dos vários agentes ao interior do bairro específico que habitam.

Esta proximidade territorial, constante entre posições sociais distintas, cria uma heterogeneidade sustentada pelo conceito de *harmonia na hierarquia*, o qual subsiste através da desvalorização coletiva dos projetos de mobilidade social ascensional. Neste sentido, a distribuição do capital, nas suas variadas formas, permite um equilíbrio de poder entre os vários bairros, assente na constância do volume do capital global e numa estratégia de estagnação auto-imposta. No entanto, o alargamento do conceito de interioridade, a sua complexificação, resulta na multiplicação das distâncias entre agentes, as quais definem novos tipos de interação no interior dos bairros, entre bairros e dos bairros com o centro, desconstruindo o conceito de coletividade, e colocando o ênfase na distinção entre formas de perceção e interação dos agentes sociais.

“Building on the recognition that capital can take different forms, each providing its holder with resources, Bourdieu’s theory of power emphasizes the variety of forms that power can take. In particular, Bourdieu is keen to stress the cultural and symbolic aspects of power (partly as a corrective to those theories, which have tended to see power as predominantly political or economic). All fields are ‘fields of power’ in which individuals and groups exist in relations of dominance and subordination by virtue of the uneven distribution of different forms of capital. When one group imposes a set of meanings, ideas and symbols on another (as happens continually in the education system, and in colonial situations, for example) this is referred to as an exercise in symbolic violence.”⁸

O centro da cidade não urbanizada, lugar máximo de expressão do poder, concentra em si a capacidade de impor uma lógica de ação e perceção aos agentes que domina, económica e simbolicamente. O capital económico ocupa agora uma posição análoga ao capital cultural, coordenado de forma centralizada e contribuindo para a constância do mesmo.

Assim, o centro é lugar de reunião da expressão cultural dos vários bairros que coordena, materializando e interligando em si as representações reificadas do capital cultural e simbólico produzido em cada bairro, *violência simbólica* que o poder económico e social que concentra em si impõe. À introdução de novos processos de produção de capital e fixação de informação, o centro da cidade acrescenta as relações diretas com o exterior. A introdução progressiva do diferente e do exótico contribui, deste modo, para a complexificação do imaginário e do real

⁸ Ibidem, 246.

subjetivo, impulsionando o alargamento das possibilidades criativas e imaginativas dos agentes, e o desenvolvimento de novas estratégias e trajetórias, através da valorização de novos graus de exterioridade do homem e da cidade. A heterogeneidade e o inesperado adquirem, assim, no centro da cidade não urbanizada, um lugar próprio e legítimo de expressão, onde a distinção deixa progressivamente de ser interpretada com desconfiança e desdém, oferecendo referenciais distintos que multiplicam o interesse e a curiosidade do grupo, sem implicar a transformação imediata dos seus parâmetros de percepção da realidade.

“A significação simbólica da cidade é importantíssima na medida em que inscreve na sua construção e nos seus monumentos a sua história e a das suas relações com os espaços exteriores que ela controla. Esta memória de pedra, que não encontramos – pelo menos não tão explícita – na aldeia, sugere a impressão de que a cidade é o lugar privilegiado de expressão de uma ordem superior, o que não faz senão dar-lhe peso nas relações com o exterior e confirmá-la na certeza do poder e da duração.”⁹

O bairro, especializado e semiautónomo, desenvolve-se através de uma lógica social hierárquica semelhante à da aldeia não urbanizada. De importância fundamental é também o fato de ser característico nestes uma imbricação permanente entre a produção do capital económico, social e cultura, decorrente da valorização exacerbada da atividade profissional enquanto elemento estruturante das práticas e posições dos agentes na cidade. As práticas e disposições dos agentes que lhe pertencem desenvolvem-se através de condutas e valores semelhantes, os quais são acentuados pela ainda reduzida presença da mobilidade e pelo seu consequente fechamento. Para a maior parte da população fixada no espaço da cidade, o bairro condensa os *habitus* da vida quotidiana, interrompidos pontualmente por uma abertura excepcional aos outros bairros, ou por incursões ao centro da cidade, por necessidade profissional ou expressão coletiva de rituais socioculturais.

Na multiplicação dos graus e formas de interação entre agentes, decorrente da introdução de novas práticas legitimadas na diferença, observamos o desenvolvimento progressivo de novas estratégias de reprodução. Na subsistência do projeto coletivo enquanto estratégia de reprodução simbolicamente mais relevante, e na subsequente constância de uma hierarquia harmónica, ainda que mais complexa, decorremos a impossibilidade do desenvolvimento de projetos sustentáveis de autonomia e de carácter ascensional, os quais implicariam a rejeição dos princípios coletivamente legitimados e impostos pelo grupo, incorrendo na exclusão ou segregação dos agentes que os perseguem.

“A mesma coisa se diria acerca das relações entre o espaço geográfico e o espaço social: estes dois espaços nunca coincidem completamente; no entanto muitas diferenças que, geralmente, se associam ao efeito do espaço geográfico, por exemplo, à oposição entre o centro e a periferia, são o efeito da distância no espaço social, quer dizer, da distribuição desigual das diferentes espécies de capital no espaço geográfico.”¹⁰

Com efeito, a complexificação da estrutura socio-espacial implica a complexificação da rede de relações suportadas pelo sistema reificado. Os bairros definem, na sua lógica organizacional, hierarquias secundárias distintas, e convergem na centralidade simbólica e economicamente

9 Rémy, Jean e Liliane Voyé, *A cidade: rumo a uma nova definição?*, 47.

10 Bourdieu, Pierre, *O Poder Simbólico*, 141.

preponderante da estabilidade do conjunto. Os campos de poder obtêm, assim, uma autonomia relativa nos instrumentos e meios de reprodução do capital, subordinados no entanto à coordenação sistematizada do centro de poder, coletivamente reconhecido e legitimado.

Assim, remetemos a lógica de apropriação do espaço dos bairros para uma *estratégia defensiva*, que Jean Remy e Liliane Voyé definem como recusa de influências que destabilizem a lógica de funcionamento do grupo. Esta lógica, no entanto, sugere a subjugação perante uma *estratégia de poder e influência*¹¹ implicada nos modos de atuação do centro, o qual entendemos coordenar a reprodução do capital dos bairros através da preponderância do signo, implicado também nas trocas que realiza com o exterior.

III. POLARIZAÇÕES

Espacialização fragmentada em situações de transição



Fig. 14 Protesto de trabalhadores, URSS, c. 1930.

Através da análise do processo de industrialização, enquanto motor de um conjunto de transformações determinantes na posição e disposições dos agentes sociais, Jean Rémy e Liliane Voyé destacam a influência do mesmo na transformação da lógica de organização do território e no subsequente processo de transferência e deslocalização dos agentes sociais e das suas formas de interação e sociabilidade. Como consequência da elevação da exploração industrial a atividade económica predominante, os critérios de fixação de grande parte da população foram ajustados, impondo uma realocação em função da produção económica.

Em contraste com a hierarquia fixada na cidade, a partir da qual os agentes sociais fruam de uma estabilidade e segurança facilitados pela valorização e investimento equilibrado do capital social, cultural e económico, o processo de industrialização elevou o valor do capital económico ao expoente máximo, sujeitando os agentes sociais à desvalorização completa das *nuances* que constituíam a sua identidade e o seu património social e cultural. Nesta situação de transição o controlo ecológico e o interconhecimento pessoal é renovado segundo outros

¹¹ Rémy, Jean e Liliane Voyé, *op. cit.*, 119.

parâmetros, impostos pelo confinamento dos operários às imediações dos bairros operários, alheados do capital social e cultural acumulado que a continuidade e familiaridade de uma situação não urbanizada garantiria.

“Se as relações de força objectivas tendem a reproduzir-se nas visões do mundo social que contribuem para a permanência dessas relações, é porque os princípios estruturantes da visão do mundo radicam nas estruturas objectivas do mundo social e porque as relações de força estão sempre presentes nas consciências em forma de categorias de percepção dessas relações. Mas a parte de indeterminação e de vago que os objectos do mundo social comportam é, com o carácter prático, pré-reflexivo e implícito dos esquemas de percepção e de apreciação que lhes são aplicados, o ponto arquimédico que se oferece objectivamente à acção propriamente política.”¹

Este processo de desenraizamento social, conjuntamente com a elevação do valor relativo do capital económico no conjunto de prioridades e objetivos da lógica de produção, contribuiu de forma determinante para a decomposição do modelo de harmonia na hierarquia, que se aproximava, neste contexto social e espacial específico, de uma oposição de duas frentes, ocupadas pelo patronato, de um lado, e pelo crescente movimento operário², do outro. Os operários procuraram novas formas de associativismo horizontal que, através de uma coletividade fundada na igualdade de valores e interesses, oferecesse resistência à crescente instabilidade social e económica imposta pelo patronato.³ Na reificação do espaço de posições bourdieusiano a existência teórica das classes possíveis afirma-se, enquanto *“conjunto de agentes que ocupam posições semelhantes, e que, colocados em condições semelhantes e sujeitos a condicionamentos semelhantes, têm, com toda a probabilidade, atitudes e interesses semelhantes, logo, práticas e tomadas de posição semelhantes.”*⁴ orientada, neste contexto, para a mobilização possível e necessária do grupo.

Na dispersão das relações familiares e afetivas, na progressiva atomização do indivíduo enquanto força social, a supremacia do capital económico impôs-se. O simbolismo perdia, assim, todo o seu valor, contribuindo para a crescente abstração de todo o processo existencial, orientado para a produção e reprodução continuada de capital económico. A reestruturação abrupta de todo um sistema de referências identitárias atingia o seu expoente num sentimento de *anomia*, conceito desenvolvido por Émile Durkheim, que traduz a perda completa do significado e trajetória existencial dos agentes.

“Os constrangimentos da necessidade inscrita na própria estrutura dos diferentes campos pesam ainda mais nas lutas simbólicas que têm em vista conservar ou transformar esta estrutura: o mundo social é, em grande parte, aquilo que os agentes fazem, em cada momento, contudo eles não têm probabilidades de o desfazer e de o refazer a não ser na base de um conhecimento realista daquilo que ele é e daquilo de

1 Bourdieu, Pierre, *op. cit.*, 145.

2 *“Por outras palavras, a delimitação objectiva de classes construídas, quer dizer, de regiões do espaço construído das posições, permite compreender o princípio e a eficácia das estratégias classificatórias pelas quais os agentes têm em vista conservar ou modificar este espaço – e em cuja primeira fila é preciso contar a constituição de grupos organizados com o objectivo de assegurar a defesa dos interesses dos seus membros.”* in Bourdieu, Pierre, *O Poder Simbólico*, 154.

3 Rémy, Jean e Liliane Voyé, *A cidade: rumo a uma nova definição?*,

4 Bourdieu, Pierre, *op. cit.*, 139.

*que nele são capazes em função da posição nele ocupada.*⁵

Como explicitado por Pierre Bourdieu, a reestruturação do sistema de produção e reprodução do campo económico veio, neste ponto, afirmar uma oposição marcada entre classes, que se traduziu na luta pelos princípios legítimos de divisão e distribuição dos seus lucros, opondo a força simbólica das suas partes de acordo com a posição que ocupam no mesmo, e com o potencial mobilizador ativo que adquirem através da ação coletiva. A transformação das condições de produção origina, com efeito, uma luta social que se afirmava como choque entre o valor do capital económico e as imposições que a sua produção e reprodução infligia sobre as disposições dos operários e o valor do capital social, disputado com o intuito de controlar as condições de vida dos trabalhadores.

Este desenvolvimento da *consciência de classe*, enquanto base ideológica percecionada, permite o desenvolvimento ativo do movimento operário e a legitimação das consequentes ações reivindicativas pela redistribuição do poder socioeconómico. Na passagem daquilo que Pierre Bourdieu considera *classe teórica* para a mobilização efetiva do grupo, entendemos a semelhança de posições e disposições do grupo e a capacidade/necessidade de produzir e contribuir para a reprodução de capital social e simbólico em torno dessa tomada de consciência, reforçando a visibilidade do grupo e a sua representatividade perante o patronato, como grupo ou classe dominante.

Na consequente redistribuição do poder, Jean Remy e Liliane Voyé acentuam a desvalorização do interconhecimento bairrista enquanto veículo de produção de capital social e cultural, numa progressiva atomização do indivíduo em torno de escolhas próprias e individuais, livre de imposições e de *controlo ecológico*. Na crescente lógica social liberal, o agente afirma a posição e a trajetória que concebe para si mesmo na estruturação do tempo livre, configurando internamente um projeto que se afasta da coletividade enquanto necessidade e suporte estrutural, relegando esse poder para a garantia proporcionada por recursos e ritmos abstratos.

*“Através deste fenómeno de desenvolvimento do cálculo individual, ligado ao processo de industrialização, vemos como se introduz na vida quotidiana uma lógica de sociedade liberal em que o indivíduo está na origem e no fim do sentido, em que o amanhã tem de ser melhor que o hoje e em que o progresso, afirmado ao nível ideológico, estrutura a vida quotidiana ao dar prioridade à previsão (que supõe dinheiro e tempo abstrato) sobre a previdência.”*⁶

A dispersão atomizada e a mobilidade proporcionada pela capacidade de previsão são, com efeito, consequências do processo de industrialização que introduzem novos graus de complexidade nos modos de interação e estratégias de reprodução vistas como possíveis e legítimas. Com efeito, o impulso para a maximização das escolhas individuais introduziu, no contexto industrializado, a proliferação de *estratégias de autonomia*, e a progressiva valorização dos critérios abstratos de distinção instituídos pela difusão do signo e do dinheiro enquanto valores simbólicos e económicos. Simultaneamente, podemos observar as lutas de classes construídas a partir de uma *estratégia de poder e influência*, que visava impor a visão dominante

5 Ibidem, 154.

6 Rémy, Jean e Liliane Voyé, *A cidade: rumo a uma nova definição?*, 61.

sobre a lógica sociocultural, promovida não só pelos militantes dos movimentos operários, mas também pelo patronato. Esta, através do desenvolvimento de redes de intervenção, reconstituía os meios de controlo segundo novos moldes de afirmação coletiva, procurando transformar e controlar o campo de poder socioeconómico.

IV. DISPERSÕES

Construção social na cidade urbanizada



Fig. 15 Anselm Kiefer, do filme *Over our cities grass will grow*, realizado por Sophie Fiennes, 2010.

“A oposição evocada entre a criatividade e o controlo colectivo ganhará tanto mais importância quanto a relação relativamente directa entre uma definição morfológica e uma definição sócio-económica da cidade se dilui, já que os graus de liberdade se vão multiplicando entre ambos. Isto dará lugar ao desenvolvimento da «cidade invisível», i. e. de uma cidade em que os agentes colectivos decisivos dispõe de lugares de encontro que escapam à apreensão imediata, na medida em que não são os lugares designados e reconhecidos como os do exercício legítimo do poder.”¹

Associado à melhoria do sistema de transportes e a uma maior capacidade de deslocação, o desenraizamento dos operários associado a um aumento do valor da mobilidade traduziu-se na dissociação entre o modo de territorialidade praticado e a posição socioeconómica que o definia, permitindo uma dispersão que, tal como a cidade, tende agora para o infinito. Refletida nos vários momentos que compunham o *habitus* dos agentes, a mobilidade é agora facilitada, economicamente, pela instauração do sistema de previdência e pela dependência do sistema abstrato da moeda; socialmente, pelo desenraizamento iniciado no processo de industrialização e pelo individualizar das trajetórias e objetivos dos agentes; culturalmente, pela especialização territorial dos serviços e bens, e pelo desenraizamento do projeto identitário; e simbolicamente, pela abstração dos sistemas de significação, assegurando a primazia do signo, valor absoluto de um regime burocrático de sistematização, controlo e gestão. O projeto coletivo, construído enquanto classe mobilizada é, assim, diluído até ao desaparecimento, na progressiva dissociação entre a estrutura socio-afetiva enquanto base integradora num determinado modo de territorialidade.

¹ Rémy, Jean e Liliane Voyé, *A cidade: rumo a uma nova definição?*, 62.

A dispersão contínua da cidade, acentuada pela especialização dos espaços e pelas relações de complementaridade criadas entre eles, traduziu-se no alargamento e recomposição do espaço social, multiplicando as interações entre campos e agentes, que se complexificaram em número e forma. Em oposição à cidade muralhada, os campos que definem o espaço social perdem a definição clara dos seus limites e a distância inerente que caracterizava outrora a sua relação com o exterior. Tendendo para uma progressiva diluição entre o interior e o exterior, a cidade cresce numa simbiose instável com a periferia, em constante transformação, evolução e alargamento.²

Traduzindo a descentralização crescente, a cidade em processo de urbanização assenta no valor dos núcleos alternativos e intermédios e no grau de maior proximidade e complementaridade que proporcionam, enquanto rede de conectividades determinadas pelas posições e estratégias dos agentes.

“A capacidade de dominar o espaço, sobretudo apropriando-se (material ou simbolicamente) de bens raros (públicos ou privados) que se encontram distribuídos, depende do capital que se possui.”³

Desta forma, os agentes movem-se territorialmente de acordo com as posições relativas que ocupam, investindo na acumulação de capitais distintos de acordo com a posição a que aspiram e de acordo com a lógica de funcionamento dos mesmos, a qual varia consoante a sua área de influência. Com efeito, introduz-se, neste ponto, o valor da distinção e da diferença enunciado como primordial por Pierre Bourdieu, o qual assume o *habitus* como inscrição quotidiana da divergência de práticas, na negação progressiva da transversalidade da ação coletiva, refletindo-se na multiplicação de trajetórias e projetos individualizados e na ausência de um objetivo comum que se imponha como necessário ou vantajoso. O capital económico assume, simultaneamente, a supremacia na lógica global social, refletindo a lógica de competição e concorrência do sistema financeiro nos vários campos, bem como a crescente importância deste no posicionamento social dos agentes, através das regalias tornadas acessíveis pelo poder de compra e ostentação pública de bens materiais.

“Na realidade, o espaço social é um espaço multidimensional, conjunto aberto de campos relativamente autónomos, quer dizer, subordinados quanto ao seu funcionamento e às suas transformações, de modo mais ou menos firme e mais ou menos directo ao campo de produção económica: no interior de cada um dos subespaços, os ocupantes das posições dominantes e os ocupantes das posições dominadas estão ininterruptamente envolvidos em lutas de diferentes formas”⁴

Com efeito, a disseminação das aglomerações territoriais especializadas e dispersas, interligadas entre si por vias de comunicação ou aglomerações secundárias e complementares, permitem a dispersão do mesmo campo do espaço social em espaços físicos distintos, flexibilizando os modos de inscrição territorial dos mesmos e criando uma relação de concorrência e interatividade aglutinadora que se mantém fisicamente invisível, mas se apresenta como incontornável na lógica que caracteriza o sistema hierárquico de funcionamento interno dos mesmos. Assim, o capital produzido e os modos de reprodução deste em cada campo perdem o seu carácter estático, fechado e estável, contrariando a anterior tendência para

2 Idem.

3 Bourdieu, Pierre, *Miséria do Mundo*, 164.

4 Bourdieu, Pierre, *O Poder Simbólico*, 157.

uma centralidade fixa e imutável. O capital, tal como os agentes, assumem agora a mobilidade como valor, afetando vários pontos do espaço de forma dispersa e disseminada, mobilizados em redes abertas e indeterminadas que procuram incessantemente novos espaços e modos de reprodução que permitam contrariar ou superar as imposições e contrariedades do sistema de concorrência.

*“Desde logo, a nova relação com o espaço assim construída contribui para o reforço de uma mobilidade do capital, típica de uma sociedade de capitalismo avançado. Ela induz também um hiato entre, por um lado, as modalidades espaciais que estruturam os poderes com incidência nas possibilidades de vitalidade social e, por outro lado, as modalidades espaciais que estruturam a vida sócio-afectiva dos habitantes. A urbanização poderia, desta forma, mostrar-se relativamente eficaz ao nível de algumas funções sócio-económicas, mas revelar-se simultaneamente geradora de problemas múltiplos ao nível sócio-afectivo.”*⁵

As classes possíveis, reunião de projetos individualizados que se aproximam em diversos graus de proximidade física e social, perdem a determinação, outrora evidente, da sua inscrição espacial, refletindo a lógica de interesse e procura individualizada, divergindo de acordo com o capital possuído por cada agente, e consoante a capacidade de mobilização e reprodução do mesmo que cada agente procura e adquire.

Com efeito, as situações urbanizadas, analisadas através de ideais-tipo construídos por Jean Rémy e Liliane Voyé, e o espaço social da distinção e da diferença, desenhado por Pierre Bourdieu, aproximam-se nos modos de estruturação que enunciam pela explicitação do valor da integração da mobilidade e mobilização de capital e agentes na construção e reprodução da cidade. Enquanto capacidade de adaptação e participação, a mobilidade dos agentes assume-se como condição de aproximação entre classes prováveis ou distintas, entre campos distintos na transição e homologia de capital possuído, e entre agentes e serviços, promovendo, enquanto fator de integração na vida urbana, a acessibilidade como direito e valor. Estruturado de forma especializada e dispersa, o espaço social, tal como o físico, assume-se como poder ou desvantagem, de acordo com a posição social que o agente incorpora e com a capacidade que este implica na mobilização e no desenvolvimento do seu projeto.

Com efeito, a urbanização participada e valorizada, como interpretada por Jean Rémy e Liliane Voyé exige a incorporação de movimentos e fluxos transitórios na dinâmica social, da mesma forma que estes se revelam indispensáveis na mobilidade entre as aglomerações que constituem e ordenam o espaço físico.

*“Supõe, pelo contrário, que se reconstituam formas de integração tanto a nível do sistema social quanto aos níveis dos sistemas cultural e da personalidade, formas de integração que incorporam a mobilidade espacial como condição da dinâmica social. Assim, quando essa integração é bem sucedida, a mobilidade deixa de ser apenas tecnicamente possível, torna-se socialmente valorizada. E para nós, é a conjunção da possibilidade técnica e da valorização social que, sozinha, constitui o processo de urbanização, qualquer que seja, aliás, a prioridade cronológica de uma em relação à outra.”*⁶

5 Rémy, Jean e Liliane Voyé, *op. cit.*, 62.

6 *Ibidem.*, 78.

A estabilidade e perenidade caraterísticos dos sistemas não urbanizados é agora contrariada, complementando a especialização dos espaços, dos hábitos, do tempo e dos valores com a especialização das relações sociais que lhes correspondem. Refletindo-se na produção e reprodução do capital social, os agentes assumem, em contexto urbanizado, a proximidade física como entrave à liberdade e à singularidade a que almejam, contrariando o controlo ecológico como valor. Na multiplicação dos núcleos de valor social, procuram relações de proximidade distintas, de acordo com objetivos e capacidades dos agentes com quem se relacionam nos diversos campos onde se movem. Os núcleos de valor social multiplicam-se à medida que se proporciona a transição de manifestações coletivas e globais num contexto público para manifestações múltiplas e distintas de pequena dimensão e de caráter privado. Implicando a mobilidade entre grupos sociais, pressupõem graus de afetação distintos em campos de atuação vários, e a mobilidade integrada na dinâmica dos seus membros, enquanto possibilidade técnica e valorização social, nas várias dimensões do tempo e do espaço, correspondendo e respondendo a objetivos precisos e finitos.

A descentralização dos modos de territorialidade, resultantes da urbanização progressiva do território, bem como o caráter dissociado dos *habitus* dos agentes, permitiu a progressiva reorganização dos valores atribuídos aos espaços da cidade, os quais se traduziram, primeiramente, na desvalorização crescente dos espaços públicos enquanto lugares privilegiados de reunião, do desconhecido, do inesperado e do distinto. A desvalorização do centro, na sua relevância histórica e simbólica, no seu valor coletivo enquanto espaço singular de reunião, espelhou-se na multiplicação e deslocalização destes valores e capitais, permitindo a dispersão e multiplicação da localização e fixação do capital simbólico, cultural e social em novos centros de poder, instituídos e legitimados coletivamente através do uso, dos serviços disponibilizados e do valor cultural do edificado que os situa.

*“Assim, pois, a cidade não é na sua totalidade nem um lugar de tensão, nem um lugar de segurança: é a composição de ambos os valores e o conhecimento dos lugares onde cada um deles se exprime que faz a sua actividade e lhe dá o seu carácter vivo.”*⁷

O território inscreve, assim, uma existência multidimensional aberta, fluida e dispersa, caraterística de um sistema capitalista liberal que valoriza e impulsiona o individualismo como ideologia de escolha e liberdade, mas que simultaneamente se traduz numa competitividade financeira hierarquicamente organizada em função do capital económico. Incorporando em si um capital simbólico inerente ao valor económico que possuem, os bens consumíveis adquirem também, por adição, valor social e cultural, refletindo critérios externos sugeridos pela publicidade, atribuindo aos agentes que os possuem a aparência de um determinado modo de vida e posição social.

*“As diferenças associadas a posições diferentes, isto é, os bens, as práticas e sobretudo as maneiras, funcionam, em cada sociedade, como as diferenças constitutivas de sistemas simbólicos, como o conjunto de fonemas de uma língua ou o conjunto de traços distintivos e separações diferenciais constitutivas de um sistema mítico, isto é, como signos distintivos.”*⁸

7 Ibidem., 133.

8 Bourdieu, Pierre, *Razões Práticas : Sobre a Teoria da Acção*, 26.

Legitimado pelo anonimato generalizado, o consumo permite, com efeito, uma existência social pública assente na cultura das aparências, onde a mobilidade ascensional dos indivíduos se traduz num maior poder de compra e na conversão subsequente do capital económico em bens coletivamente reconhecidos como característicos de uma determinada classe provável. Na presença crescente do longínquo no quotidiano do homem, as referências culturais e simbólicas descontextualizam-se e multiplicam-se, criando relações de proximidade entre grupos distantes, promovendo a autonomização da produção do capital social, cultural e simbólico relativamente ao espaço físico e aos modos de territorialidade dos agentes.

Tal como explicitado por Perre Bourdieu na composição diagramática que define o espaço social, o agente social enfrenta, em contexto urbanizado, uma dupla exigência que se interjeta na multiplicidade infundável de possibilidades e trajetórias que se decompõem segundo o investimento dedicado aos grupos socio-afetivos e à importância atribuída aos critérios externos de referência e aos instrumentos abstratos, definindo a imagem da sua individualidade através desse equilíbrio. Em conjugação, estes dois fatores materializam e tornam visível o seu projeto pessoal, condensando a sua posição, disposições e tomadas de posição numa imagem que representa, mais ou menos fielmente, o capital que possui, o modo de vida a que aspira e a trajetória que define para a sua continuidade existencial.

*“Esta especificidade gera várias incidências nas ligações entre actores e posições sociais; mediante efeitos de sentidos opostos, ela contribui para constituir possibilidades desiguais de participação e de intervenção ao mesmo tempo que suscita um modo particular de experiência do conflito. No entanto, com a urbanização, que favorece formas múltiplas de autonomia individual, a percepção destas oposições arrisca-se a ficar diluída.”*⁹

Ao nível cultural, o contexto urbanizado permite o estabelecimento de regras comumente reconhecidas de comunicação e troca, as quais se encontram, por sua vez, sujeitas à substituição do modelo de *harmonia na hierarquia* pelo da *competição pela igualdade*. Desta forma, o projeto individual tem prioridade e acentua as diferenças e assimetrias entre agentes e posições, que se afastam progressivamente de um projeto coletivo que os reuna.

A nível estrutural, torna-se implícita a divergência de prioridades e valores decorrentes da especificidade dos projetos, e a raridade de certos bens enquanto mote para a aceleração do processo de competitividade, como meio e modalidade. As diversas articulações entre lógicas de apropriação e lógicas de produção, estruturam a constituição de grupos de interesse, constituídos na distância entre posições desigualitárias e conjugados na perceção de desafios comuns. A experiência do conflito assenta, assim, na reivindicação de pontos mais ou menos contraditórios e transversais, e no estabelecimento de parcerias induzidas.

As *estratégias de autonomia*¹⁰, caracterizadas por um investimento elevado em critérios de distinção abstratos, é apresentado como mais comum em posições sociais médias ou baixas¹¹, sem grandes pretensões de mobilidade ascensional vertical. Centradas na maximização das escolhas individuais dos agentes, pressupõem o investimento do capital possuído na realização

⁹ Rémy, Jean e Liliane Voyé, *A cidade: rumo a uma nova definição?*, 133.

¹⁰ Idem.

¹¹ “Estas duas versões de um só projecto serão, todavia, conotadas de modo diferente consoante o capital cultural de ambos os grupos.” Ibidem., 117.

pessoal, de acordo com critérios subjetivos e interesses individualizados, comumente assegurados por uma base estabilizadora, composta pela família.

“Para alguns, apenas contam as relações pessoais e estas são avaliadas como sendo tanto mais profundas quanto mais se tornam íntimas; tudo o resto é considerado então como superficial. É no projecto de valorização das escolhas individuais que esta reacção é certamente mais frequente; tende a levar a uma auto-exclusão da possibilidade de influência, em nome de uma ideologia da criatividade. O mesmo não ocorre quando essa reacção é associada a uma procura de relações consideradas como importantes para a construção ou reforço de um poder; essas relações podendo sobrepor-se às relações afectivas ou distinguir-se entre si. Este tipo de associação encontra-se sobretudo nos meios que desenvolvem uma estratégia de poder alicerçada na inovação social ou tecnológica.”¹²

Neste sentido, podemos identificar as *estratégias de poder e influência* enquanto valorização do controlo exercido sobre o contexto em que os agentes se inserem. Nesta medida, o investimento do capital é orientado para a multiplicação dos meios de intervenção e para a complexificação das redes de interação identificadas como relevantes nesse processo. Os autores associam-na às posições sociais mais fortes e inovadoras, motivadas e empenhadas na concretização de um determinado projeto. Neste sentido, identifica-se uma maior imbricação entre o profissional e o extraprofissional, e o desenvolvimento subsequente de toda uma gama de relações intermédias que permitam uma maior associação entre ambos os meios.

“É no sentido de aumentarem as possibilidades de mobilidade social vertical que outras famílias irão organizar a sua vida quotidiana. Neste caso, vê-se que procuram preferencialmente dissociar-se do seu grupo de pertença.”¹³

Jean Remy e Liliane Voyé associam uma estratégia deste tipo a uma classe operária que assume a intenção de progredir verticalmente no espaço social, bem como a algumas classes ou fracções de classe de posição média com o mesmo objetivo. Neste sentido, criam uma forte dissociação entre o profissional e o familiar, negligenciando, por vezes, as relações afetivas de carácter mais íntimo e pessoal em detrimento das de carácter instrumental. O desenvolvimento de uma rede de contactos considerável é, no entanto, frequentemente associada a um isolamento afetivo potencial, incorrendo na superficialidade ou instrumentalidade da percepção social.

“Por fim, as famílias em estratégia defensiva irão na maior parte dos casos procurar manter-se num meio fechado às exigências do meio circunvizinho, que não projectam influenciar, mas cujas influências perturbadoras querem limitar, quando não impedir.”¹⁴

Esta estratégia, característica das várias posições sociais que pretendem combater a ameaça da introdução de elementos inovadores no seu conjunto de disposições e tomadas de posição, define-se em oposição a todas as outras, procurando conservar a posição social em que se encontram e contrariar a emergência de novas fracções de classe que perturbem a estrutura do lugar que ocupam.

Admitindo a existência de toda uma gama de variações e combinações possíveis entre

12 Ibidem., 118.

13 Ibidem., 117.

14 Idem.

estratégias de reprodução e posições sociais, os autores Jean Remy e Liliane Voyé assumem a predominância de uma tônica no percurso de cada indivíduo, seja ele no sentido da valorização das relações pessoais, na acumulação de poder ou no *status* adquirido. Por consequência, a cada uma corresponderá uma determinada valorização da cidade através das lógicas de apropriação da mesma, acentuando o valor relativo dos espaços públicos e privados, enfatizando as trocas aleatórias e a seletividade de grupos restritos.

“Assim, como nota Certeau, poder-se-iam opor grupos sociais que se apropriam da cidade na lógica de um espaço doméstico e os que se apropriam dela na lógica de um espaço domesticado. No primeiro caso, o espaço urbanizado é plenamente utilizado no sentido do projeto que se tende a realizar mediante apropriações flexíveis e múltiplas do espaço. Em contrapartida, no segundo caso, o espaço, e nomeadamente o espaço do bairro, surge mais enquanto lugar de familiaridade mas cuja apropriação é precária na medida em que outros poderiam interferir e, de algum modo, desapossar, forçando à mudança.”¹⁵

Sugerindo diferentes lógicas de apropriação do espaço, cada estratégia de reprodução é associada a um determinado valor que atribui ao *centro* e ao *bairro*.

Neste sentido, a importância da formação e desenvolvimento de relações, de importância primordial numa *estratégia de autonomia*, encontra-se perturbada pelo *desmantelamento do centro urbano*, como Jean Rémy e Liliane Voyé afirmam, sujeitos à criação de lugares de encontro distintos, os quais podem incorrer na dispersão e na fragmentação, reduzindo a abertura e multiplicidade das trocas possíveis. O bairro, por sua vez, é interpretado de forma negativa por algumas frações de classe superiores que perseguem esta estratégia, na negação de qualquer controlo ecológico que lhe esteja associado. No entanto, apresentam uma determinada tendência para a fixação suburbana, transformando a habitação no local de investimento prioritário, reforçando a atomização e individualização do seu *ponto de referência primordial*.¹⁶

As *estratégias de poder e influência* afirmam-se também pelo valor que atribuem à centralidade urbana, lugar privilegiado de troca de informações e de *espetacularização recíproca*.

“E enquanto alguns grupos investem deste modo quer ao nível da habitação quer ao nível do bairro, acentuando a qualidade da relação interpessoal, outros, sem excluir esta última, estão preocupados em constituir para si redes seletivas e fechadas de relações, a partir das quais irão acelerar a sua promoção ou irão alargar o campo do seu poder.”¹⁷

A desagregação do centro, resultado do processo de industrialização e da subsequente especialização do espaço urbano, em confluência com a crescente privatização dos momentos de sociabilidade, despoletou, com efeito, a necessidade e procura de espaços de substituição, que permitissem relocalizar as funções que lhe eram atribuídas. No entanto, o centro urbano pensado a partir da multiplicidade de relações e trocas que permite e facilita, assente na aleatoriedade do anonimato dos transeuntes, torna a recriação de lugares de encontro de difícil concretização.

15 Ibidem., 126.

16 Rémy, Jean e Liliane Voyé, *A cidade: rumo a uma nova definição?*

17 Ibidem., 120.

Os bairros, por sua vez, são abordados também a partir de duas outras lógicas de apropriação. Uma delas sugere uma aproximação às formas não urbanizadas, preservando-se enquanto reminiscência de uma composição territorial não urbanizada. Assente numa estrutura social que constitui rede de suporte interpessoal estável e portadora de uma identidade coletiva específica, define os seus limites de forma clara e serve de referência a partir do qual se estrutura a percepção do exterior e do distinto. Uma outra abordagem ao contexto social do bairro permite introduzir neste elementos de urbanidade, como descrevem Jean Rémy e Liliane Voyé:

“É, em contrapartida, o contrário que se dá quando, em reacção à diminuição das solidariedades afectivas à volta da família e da habitação, alguns querem revalorizar a significação das unidades de vizinhança sem que isso, no entanto, resulte em desenvolver de novo uma consciência de classe comparável à que existia anteriormente.”¹⁸

A crescente consideração pelo privado remete, com efeito, para a progressiva valorização do anonimato em público, resultando na primazia de espaços neutros que sustentem, por um lado, uma ilusão de igualdade entre os agentes que destes se apropriam, e por outro, um desejo de não-deteção social e ideologicamente manifesta agora através dos hábitos de consumo de cada um.

“Um espaço fica a ser visto como público quando é acessível a qualquer pessoa e, eventualmente, em qualquer altura; é considerado como privado quando o acesso é reservado a um grupo específico que o controla. Para importantes fracções de população, os espaços públicos são valorizados como sendo espaços neutros, social e ideologicamente, ao passo que o espaço privado é visto como lugar de desenvolvimento de todas as distinções marcantes. Lugar de acessibilidade geral, o espaço público é, desta forma, reapropriado na lógica do indivíduo-massa e das diferenças ligadas à série e aos consumos.”¹⁹

Jean Remy e Liliane Voyé atribuem à inversão de usos e funções a neutralização do objetivo primário do espaço público enquanto lugar privilegiado de reunião e coletividade, na proporção inversa em que os espaços privados adquirem um carácter determinante enquanto lugares de decisão e controlo político, os quais adquirem um carácter restrito e introvertido que segrega implicitamente o público. Enquanto dimensão de desenvolvimento socioeconómico da cidade, o privado assume-se, assim, enquanto lugar de exercício de poder, onde se desenvolvem redes interpessoais e se conformam novas relações através do fluxo de informações que controla e adensa.

“A função sócio-económica ganha aí autonomia em relação a espaços designados e desenvolve-se em lugares de encontro múltiplos e espacialmente dispersos, tendo frequentemente um carácter de «clube» privado. A visibilidade social fica proporcionalmente reduzida e as redes fecham-se, diminuindo a acessibilidade. É, como dissemos, o desenvolvimento do que Mumford designa por «a cidade invisível», entendido com isso que as funções sócio-económicas urbanas continuam a exercer-se apesar do facto de, como o deploram muitas análises, a cidade, enquanto habitat compacto, estar a desaparecer.”²⁰

18 Ibidem., 120.

19 Ibidem., 121.

20 Ibidem., 122.

V. FICÇÕES SOCIAIS - ESPAÇOS DE RESISTÊNCIA

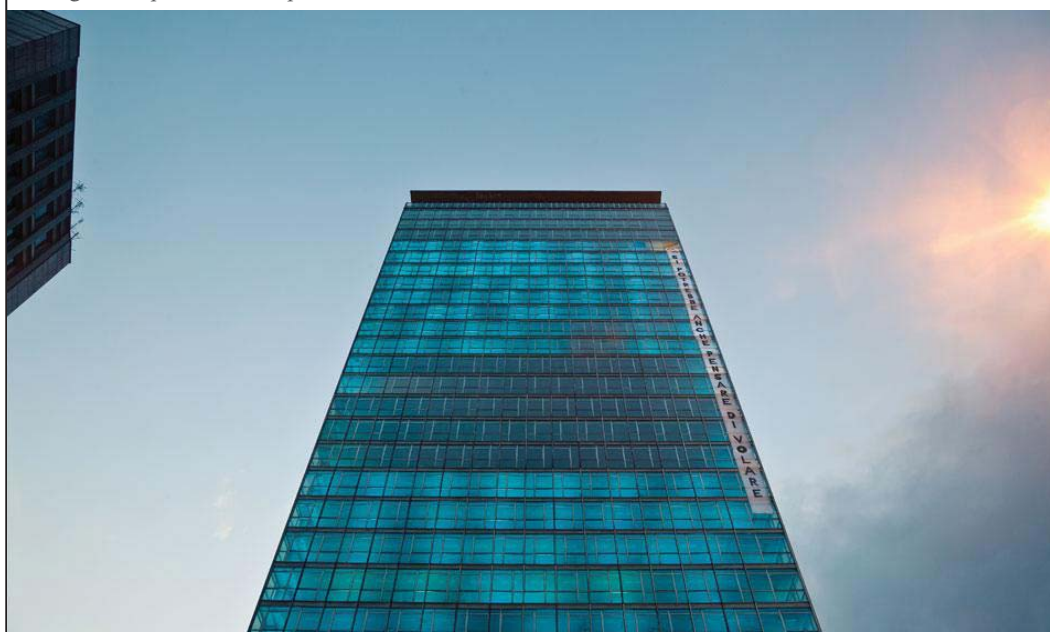
MACAO: «*è comme la torre senza il re*»

“And only a few encounters were like signals emanating from a more intense life, a life that has not really been found. What cannot be forgotten reappears in dreams. At the end of this type of dream, half asleep, the events are still for a brief moment taken as real. Then the reactions they give rise to become clearer, more distinct, more reasonable; like on so many mornings the memory of what you drank the night before. Then it comes the awareness that it’s all false, that “it was only a dream,” that the new realities were illusory and you can’t get back into them. Nothing you can hold on to. These dreams are the flashes from the unresolved past, flashes that illuminate moments previously lived in confusion and doubt. They provide a blunt revelation of our unfulfilled needs.”

Guy Debord, *Critique of Separation*, 1ª parte, 1961.

Apresentamos o exemplo que se segue enquanto reflexão e análise de um momento vivido. Nele identificamos o papel da teoria lefebvriana, introduzindo o momento revolucionário como ponto de partida para a transformação. A síntese bourdieusiana permite-nos clarificar e interpretar a luta de classes e as divergências implícitas na mediação entre posições sociais distintas. A concentração de bens e serviços, a privatização do espaço e o lugar do capital económico nos modos de agrupamento populacional são, assim, reflexo de uma das lógicas de apropriação territorial em situação urbanizada, explanadas na obra de Jean Remy e Liliane Voyé.

Fig. 16 *Si potrebbe anche pensare di volare*, Torre GalFa, Milão, Maio, 2012.



“Sabato 5 maggio è successa una cosa straordinaria. I cittadini e i lavoratori dell’arte, dello spettacolo e della conoscenza di Milano hanno aperto le porte a Macao, il nuovo centro per le arti della città. Uno spazio desiderato da tante persone che, nel giro di qualche ora, hanno aderito attivamente e con entusiasmo alla costituzione di un nuovo territorio di linguaggi e di riflessione politica. Nonostante la sua estensione, a Macao gli spazi sono gremiti dalla mattina alla sera da centinaia di cittadini che lavorano, si incontrano e si auto organizzano per formulare insieme ipotesi progettuali e riflessioni teoriche che possano dare lunga vita a questa torre. Possiamo senz’altro dire che Macao abbia colto una necessità diffusa che serpeggiava in città, individuando interessi e bisogni non soddisfatti dagli spazi e le istituzioni culturali preesistenti.”¹

Apresentamos a premissa enunciada pelo movimento de ocupação da Torre GalFa como expressão de um momento de ruptura lefebvriano, procurando na afirmação do possível os meios e instrumentos de questionamento de uma condição humana e urbana. O espaço vivido e percebido impõe-se aqui sobre a abstração reificada, procurando ativar a luta de classes perante a hegemonia do capital económico. Procurando questionar as estruturas urbanas e a relação destas com o espaço social, interpretamos a ativação da torre pelo coletivo *Lavorattori dell’arte* como insurgência contra as estruturas de dominação, movimento-manifesto que pretendia dar visibilidade às polaridades presentes na conjuntura de produção cultural e urbana afeta não só a cidade de Milão, mas a um panorama à escala nacional.

““We want to show how the culture industry produces disparity, in Milan and beyond it, on both the work and urban fronts”, adds Angelo. “What does the event economy leave on the ground — from the Furniture Fair to the EXPO, the Venice Biennale and the Forum delle Culture in Naples? Basically nothing, not for the citizens or the so-called creatives. It commandeers free labour and public space. It produces gentrification, like the huge Porta Nuova area behind here has done in the Isola district.”²

Procurando refletir sobre os lugares da cultura na cidade urbanizada, o movimento MACAO potenciou o questionamento do valor do urbano enquanto espaço de expressividade coletiva e a importância da continuidade e da abertura ao público, postas em causa pelas instituições de produção cultural efémera. A cidade, constituída de desigualdades reificadas e de um desequilíbrio acentuado entre a densidade de fluxos e espaços de reunião, condensou, naquele momento, a oportunidade de afirmação de preocupações transversais a vários grupos sociais. Anotamos aqui o carácter polarizado

1 “Lettera alla Città,” <http://wmacao.tumblr.com/post/22777170630/lettera-alla-citta>.

2 “Macao: chronicle of an occupation,” <http://www.domusweb.it/en/art/2012/05/12/macao-chronicle-of-an-occupation.html>.



Fig. 17 Torre GalFa. imagem publicada na revista Domus 377, em 1961.



Fig. 18 Macao: *chronicle of an occupation*, Domus, 2012.

da cidade de Milão, evidente nos contrastes económicos e nos espaços que constituem cidade, divergindo entre a mistificação do centro histórico, no edificado e nas praças que este conforma, e a modernização do seu movimento periférico, área afeta a uma transformação acelerada e contínua.

Localizada entre a Via *Galvani* e a Via *Fara*, as quais dão mote ao nome pelo qual é conhecida, a Torre Galfa permanece ao abandono há mais de quinze anos. Comissionada pelo empresário Attilio Monti com o intuito de sediar a Società Anonima Raffinazione Oli Minerali, foi posteriormente sede da BP (British Petroleum) Italiana, a qual adquire a SAROM e, conseqüentemente, o projeto da Torre, executado por Melchiorre Bega, em 1956.³ O arranha-céus é, assim, fortemente representativo da dinâmica do lugar em meados dos anos 50. O planeamento desta nova centralidade milanesa foi, com efeito, direcionado para a concentração do desenvolvimento empresarial na zona de Garibaldi, reconhecida como fundamental para o progresso da cidade enquanto capital económica de relevo internacional. A Torre Galfa emerge, assim, como símbolo de uma época inovadora e de um desenvolvimento tecnológico exponencial, adequado e apropriado de forma sublime pela produção arquitetónica do período.

*“Bega’s tower block is, in this sense, impeccable, which is already saying a great deal but we must add that, because of its particular structure, its perfect finishes and the attentive presence of an expert architect, well versed in his task and the modern obligations of this splendid profession of ours, every part of the Galfa building betrays the singular accomplishment of architectural grace. An application of the truth and rigour of the expressions and terms of modern architecture, this work is a perfectly proportioned mass, pure linear simplicity, the structural origin of which is expressed with skill and truth – with classical harmony.”*⁴

A Torre GalFa, enquanto instrumento de reprodução do espaço capitalizado, representa uma modernidade abandonada e a violência simbólica imposta pela negligência imobiliária, ruína que afirma o seu poder reificado na malha do território e no quotidiano dos trauseuntes, mas que permanece inerte e vazia, condicionada pelos direitos de propriedade atribuídos atualmente ao grupo *Lombarda*. Enquanto capital simbólico reificado, materializa o poder de uma classe social, afirmando a sua identidade coletiva e o valor legitimado da sua posição no campo económico. Procurando uma redistribuição desse poder e a subjugação do capital económico ao valor de uso do espaço urbano, as classes dominadas fazem-se valer de duas possibilidades,

³ “I lavori di completamento della torre giungono a compimento nel 1959. Nel 1984, la Banca Popolare di Milano, acquista il grattacielo per una cifra di 30 miliardi di lire, nel 1959 per la sua realizzazione vengono spesi 2.5 miliardi di lire. Nel 2006 è stata venduta, per 48 milioni di euro, all’Immobiliare Lombarda, società del gruppo Fondiaria SAI.” in “MACAO_Si potrebbe anche pensare di volare,” <http://www.teatrovalleoccupato.it/comunicato-stampa-macao-si-potrebbe-anche-pensare-di-volare>.

⁴ Ponti, Gio, cit. in “Torre Galfa, Past and Future,” <http://www.domusweb.it/en/from-the-archive/2012/05/12/torre-galfa-past-and-future.html>.

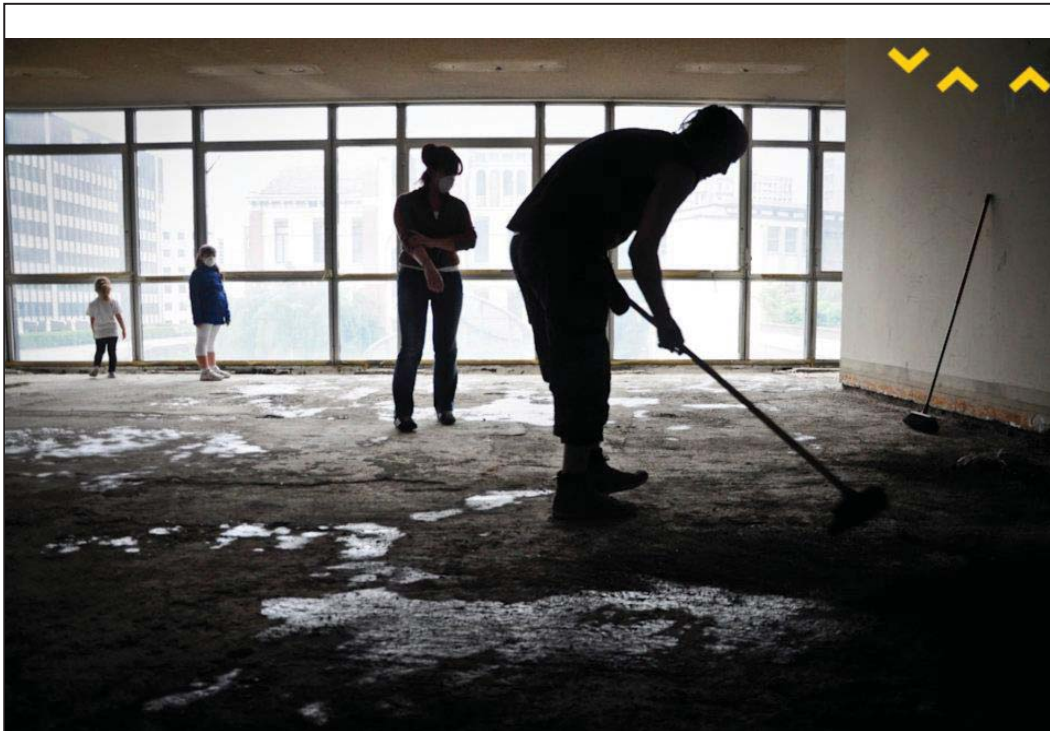


Fig. 19 Torre GalFa. 14 de Maio, 2012.



Fig. 20 Torre GalFa, percurso vertical até ao 23 piso. Assembleia pública, 12 de Maio, 2012.

como verificamos na teoria de Pierre Bourdieu: a *constituição de corpos de representação legítima*, em que o(s) porta-voz(es) incorporam o poder simbólico do grupo, e a *homologia de posição*, através da qual as classes dominantes partilham com os dominados os instrumentos de produção simbólica, na construção conjunta de novas representações física e mentais, reproduzindo e difundindo uma visão social em rutura com a visão dominante.

A ocupação do arranha-céus de trinta andares resultou, com efeito, da mobilização de um grupo de duzentas pessoas, associadas ao movimento de ocupação do Teatro Valle, em Roma, com o intuito de requalificar o espaço e de desenvolver novas formas de urbanidade participada, através de projetos culturais, artísticos e sociais assentes em princípios de autogestão. Com enorme celeridade, observamos a adesão voluntária de um número exponencial de indivíduos ao projeto, integrados na organização dos grupos de trabalho, dedicados ao desenvolvimento de propostas de carácter cultural.

*“We were born precarious, we are the pulse of the future economy, and we will not continue to accommodate exploitation mechanisms and loss redistribution. (...) We open MACAO in order to let the culture strongly regain a piece of Milan, in response to a story that too often has seen the city ravaged by public procurement professionals, unscrupulous building permits, in a neo-liberal logic that has always humiliated the inhabitants and pursued a single goal: the profit of few excluding the many.”*⁵

Expondo as complexidades da cidade urbanizada, o movimento MACAO permitiu reafirmar o valor do projeto e da vontade coletivas de experimentar novas formas de construção socio-espacial, assentes na afirmação do capital cultural enquanto poder simbólico determinante na requalificação da cidade consolidada. A violência simbólica imposta pelo modernismo de Melchiorre Bega, associado ao desenvolvimento económico e à resposta concordante da arquitetura, encontrava agora na pureza das linhas modernistas um movimento ascendente que incorporava e representava o trabalho coletivo de um grupo e a possibilidade de uma nova ordem social, onde o equilíbrio entre o papel do capital económico e do capital cultural é medeado pela negociação e coordenação participada de interesses distintos.

Paralelamente, observamos o papel fundamental dos meios de comunicação na difusão do projeto e o valor preponderante de vários intelectuais do panorama cultural milanês, como o escritor Dario Fo, a atriz Lella Costa, a jornalista Daria Bignardi, o jurista Ugo Mattei, entre outros, envolvidos diretamente na divulgação e nas assembleias que se realizaram na torre. Atribuindo maior legitimidade ao movimento e garantindo a sua visibilidade alargada, facilitaram uma transferência temporária do capital cultural e simbólico entre eles e as classes dominadas, facilitando e participando ativamente na construção de uma representação social de rutura. Simultaneamente, a produção teórica

5 “Press release MACAO_May 5th Milan,” http://www.teatrovalleoccupato.it/press-release-macao_may-5th-milan/.



Fig. 21 Participação do presidente Giuliano Pisapia na assembleia pública de 15 de Maio, 2012.



Fig. 22 Via Galvani. Assembleia pública, 15 de Maio, 2012.

e a reflexão conjunta sobre a dimensão socio-espacial da cidade permitiu a ambas as partes criar novas visões sobre a sua própria identidade, redefinindo ou repensando modos de percepção incorporadas.

Paralelamente observamos a intervenção das entidades governativas enquanto tentativa de mediar uma situação instável, pela ilegalidade e adesão massiva que comportou. Incorporada pelo presidente da Comuna de Milão, Giuliano Pisapia e por Stefano Boeri, arquiteto e vereador da cultura, o poder governativo participou em algumas assembleias organizadas pelo grupo de ocupantes, demonstrando uma abertura e capacidade de negociação e diálogo fundamentais para continuidade do projeto.

*“Fin dall’inizio ho sostenuto che Macao è un’esperienza nuova e positiva, che ha posto una domanda inedita alla politica milanese: quella di trasformare la cultura da semplice programmazione di eventi a condizione sociale diffusa; di concepire la cultura come un bene comune fluido, che si trasmette orizzontalmente e ha bisogno di spazi per auto-generarsi. La domanda posta alla politica, la domanda posta alla nostra Giunta è stata esplicita: accettate questa sfida e mettetevi in gioco. Lo abbiamo fatto. Abbiamo ascoltato e, senza pretendere di dare una risposta meccanica alla domanda di uno spazio per Macao (non è questo ciò che ci veniva chiesto), abbiamo provato a rispondere alla vera questione di una diversa politica sulla cultura e gli spazi diffusi e vuoti di Milano.”*⁶

O arquiteto Stefano Boeri abre, desta forma, a possibilidade de diálogo e negociação entre as entidades governativas e o grupo de ocupação, procurando alternativas a uma situação que se entende como transitória na ilegalidade que comporta. Giuliano Pisapia, de forma semelhante intervém numa das assembleias organizadas pelo movimento, impulsionando a desocupação da Torre GalFa através da procura de lugares públicos onde a atividade do grupo possa ter continuidade.

*“Non è solo una questione di spazi, non è così semplice”. Così alle parole di Pisapia, che ha proposto loro lo spazio dell’ex Ansaldo, hanno fatto eco un timido applauso e qualche fischio. “Da tre giorni giro Milano per mettere a disposizione di Macao e non solo uno spazio molto bello: l’ex Ansaldo”, ha annunciato, senza chiarire quale sarà la strada per spostare il collettivo, se un bando o l’assegnazione diretta, promettendo però che avverrà a breve, “fra poche settimane, anche prima”. Inoltre ha promesso un intervento di moral suasion anche sulle proprietà private di spazi abbandonati, che “resteranno privati” ma su cui “la giunta si impegna perché possano essere messi a disposizione finché restano vuoti”. Infine l’auspicio di partecipare alla “prossima assemblea, magari all’ex Ansaldo.”*⁷

⁶ “Dall’Ansaldo a Macao. Parla Stefano Boeri,” <http://www.artribune.com/2012/07/dallansaldo-a-macao-parla-stefano-boeri/>.

⁷ “Torre Galfa, all’alba scatta lo sgombero Pisapia: pronti a concedere l’ex Ansaldo,” http://milano.repubblica.it/cronaca/2012/05/15/news/torre_galfa_scattato_lo_sgombero_intervento_all_alba_senza_incidenti-35159820/.



Fig. 23 Via Galvani, acampamento improvisado a poucos metros dos hotéis Sheraton e Hilton, 18 de Maio, 2012.

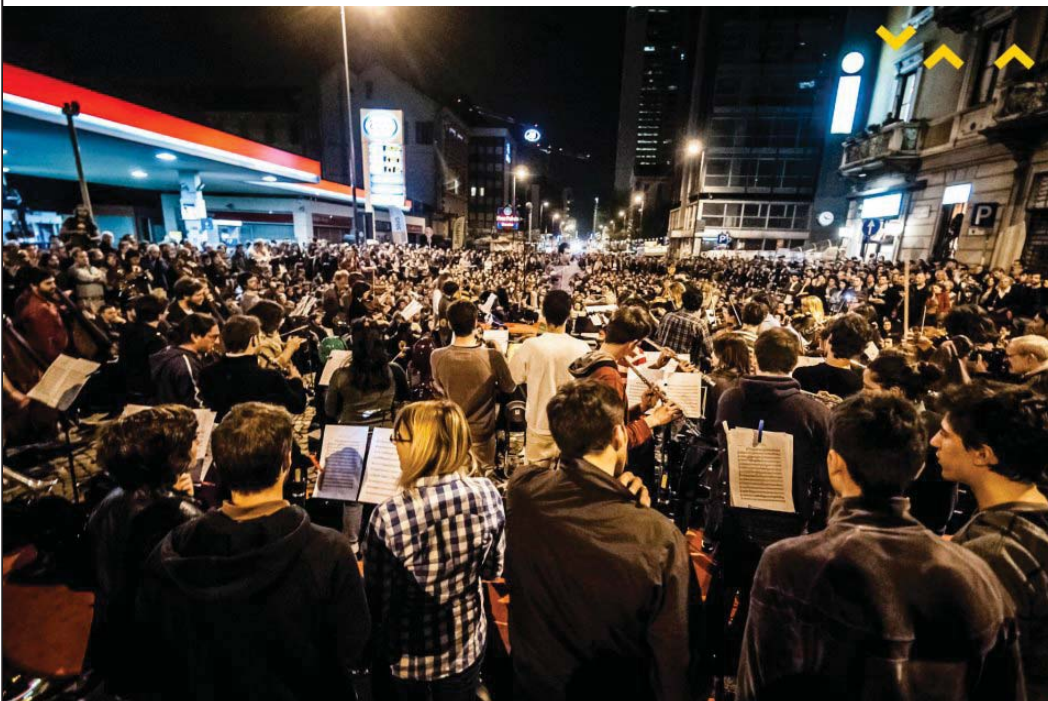


Fig. 24 Concerto da Orquestra Verdi na Via Galvani, 17 de Maio, 2012.

Destacando-se como o maior edifício ocupado à escala europeia até então, a Torre GalFa impõe-se na zona Garibaldi, perto do Hotel Hilton e do Hotel Sheraton, afirmando o confronto reificado com o edifício da Regione Lombardia, a sede Unicredit, acomodada na Torre Garibaldi, edifício mais alto da Itália, imediatamente a seguir ao Palazzo Lombardia; e o edifício Bosco Verticale, desenhado por Stefano Boeri. O contexto próximo em que se insere evidencia a luta pelo poder implicada na sua posse e ocupação, bem como a inevitabilidade eminente de uma desocupação impulsionada pelas autoridades policiais, ocorrida a 11 de Maio, à qual se seguiriam cinco dias de *ocupação abusiva* da Via Galvani.

“Pensiamo che il Comune di questa città non debba rendere esecutivo lo sgombero bensì si debba mettere in ascolto di questa esperienza inedita, cogliendone le potenzialità, anche prendendosi un tempo per capire e formulare un nuovo vocabolario istituzionale e giuridico.

Questa è la vera partecipazione cui l'amministrazione deve mettersi al servizio, la nostra trasversalità e il numero strepitoso di soggetti competenti che stanno cooperando qui dentro, è un dato di fatto da cui non si può prescindere.”⁸

Na *Carta à Cidade*, manifesto do movimento, encontra-se explícita a necessidade de novas formas de mediação entre as estruturas de governação e o movimento cultural, implicando uma tomada de posição por parte de ambas que dificulta a fixação do grupo num novo espaço. O princípio de subjugação que MACAO pretende contrariar implica a negação da violência simbólica imposta pelos sistemas de governação. Neste sentido, a proposta de cedência do espaço ex-Ansaldo é recusada, na defesa da não-institucionalização do movimento, a qual contrariaria os princípios inerentes à formação do mesmo.

O impasse implicou, assim, na procura de novos espaços desocupados, deriva urbana que resultou na ocupação do Palazzo Citterio, fortemente criticada pelas entidades governativas devido ao carácter histórico do edifício, e a subsequente ocupação de um estábulo e de um teatro, culminando na fixação do grupo na Viale Molise, 68, antigo mercado de carne desativado. O edifício, construído na década de 20, é adjacente à propriedade da Biblioteca Europea di Informazione e Cultura e próximo do museu de *cartoons* WOW, entidades culturais de maior proeminência numa zona marcada pelos edifícios industriais que esta zona de produção e distribuição alimentícia exigiu em tempos.

A deslocalização do grupo, resultante da fragilidade interventiva que a apropriação abusiva implicava, traduziu-se na inaptidão para sustentar uma luta de classes desequilibrada e na perda dos *ganhos de localização* e de *ocupação* que a Torre GalFa sustinha. Os *ganhos de posição ou de classe* que a apropriação legítima do ex-Ansaldo permitiria, por outro lado, foram recusadas pelo grupo numa rejeição veemente dos critérios impositivos que a institucionalização do grupo implicaria.

⁸ “Lettera alla Città,” <http://wmacao.tumblr.com/post/22777170630/lettera-alla-citta>.



Fig. 25 Percorso até ao Palazzo Citterio, Brera, 19 de Maio, 2012.



Fig. 26 MACAO ocupa um antigo matadouro na Viale Molise, 68, 16 de Junho, 2012.

A produção cultural do grupo foi, com efeito, continuada no novo espaço, contribuindo para a revitalização do mesmo através de uma lógica de apropriação espacial alternativa, assente na redefinição das relações entre técnicos e indivíduos, produtores culturais e consumidores da cultura, complexificando as trocas entre ambos, através de novos modelos democráticos, assentes na participação e no envolvimento continuado de todos no processo.

Por outro lado, enfatizamos a importância que o momento de rutura e ativação deste grupo social teve no questionamento das formas de negociação e mediação entre entidades governativas e habitantes, impulsionando o desenvolvimento de novos modos de apropriação espacial urbana que focassem a ação coletiva enquanto materialização de projetos e trajetórias sociais comuns ou convergentes.

“Grazie a Macao, l’ho detto e ripetuto, abbiamo accelerato e strutturato meglio delle politiche già attive negli assessorati della nostra Giunta; politiche che già facevano parte della nostra campagna elettorale.

Il Sindaco le ha spiegate pubblicamente davanti alla Torre Galfa: mappare gli spazi comunali vuoti e renderli disponibili, costruire un protocollo per il riuso temporaneo dei grandi dinosauri privati abbandonati a sè stessi, creare nuove condizioni di visibilità e azione per la moltitudine di energie diffuse che fanno la cultura a Milano.”

Reportando as origens do Piccolo Teatro milanês, em 1947, a uma situação de ocupação semelhante à de MACAO, Stefano Boeri atenta nos valores e exigências introduzidas pelo grupo, enquanto necessidade implícita de criar novas abordagens à difusão cultural urbana, implicada em novos princípios de gestão e organização cultural participada ou autogerida, acarretando uma fluidez e flexibilidade a que o arquiteto-vereador procurou dar continuidade com o projeto OCA, localizado no espaço ex-Ansaldo, na Via Tortona.

A revitalização do complexo industrial Ansaldo, abrangendo uma área de aproximadamente setenta mil metros quadrados, surge como resposta legitimada às necessidades evidenciadas pelo grupo MACAO. Neste espaço, as Officine Creative Ansaldo experimentam um novo uso para espaços urbanos desativados e instituíram novas formas de relação entre as entidades que possuem direitos de propriedade e os utilizadores do espaço. Sugerindo timidamente novos modelos de apropriação espacial, recaíram, porém, na afirmação das desigualdades socio-espaciais que MACAO evidenciava com a ocupação da Torre GalFa. A especialização do espaço urbano, concentrando as atividades em centros funcionais, serve no caso da zona Garibaldi a reprodução do espaço capitalizado, procurando um distanciamento claro entre este e os lugares de afirmação das classes dominadas. Neste sentido, interpretamos a tentativa de deslocalização do projeto para a zona Tortona como reforço dessa especialização e do

9 “Stefano Boeri: 3 cose su Macao e l’occupazione di Palazzo Citteri,” <http://www.ilpost.it/2012/05/20/stefano-boeri-3-cose-su-macao-e-loccupazione-di-palazzo-citterio/>.

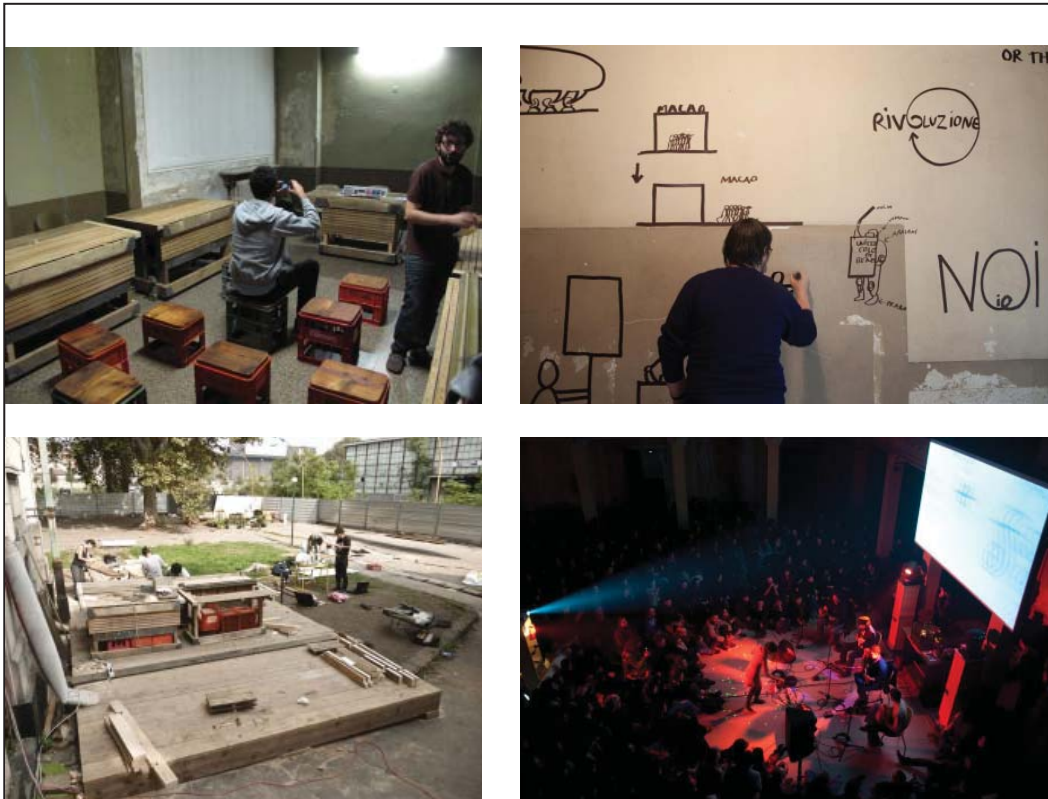


Fig. 27 e 28 À esquerda, workshop EXYZT, construção de mobiliário, 1 de Outubro, 2012.

Fig. 29 Em cima, à direita, visita do artista e escritor Dan Perjovschi, 11 outubro, 2012.

Fig. 30 Em baixo, à direita, concerto de Vinício Capossela, 9 de Novembro, 2012.



Fig. 31 “Fuorisalone 2013: all'ex Ansaldo la mostra A taste of China”, Salone del Mobile, Abril 2013.

poder instituído, intensificando a dimensão cultural de caráter experimental que a zona evidenciava já na cidade.

“Con Macao è nata un’idea di Milano, e della città in generale, che si fa aperta, che diventa “attraversabile”, una parola che Emanuela usa spesso nel raccontare l’esperienza di questi mesi, caratterizzata dal tentativo di recuperare gli spazi lasciati al degrado e combattere la “gentrificazione”, un fenomeno che ha già colpito il quartiere Garibaldi: «Non era frequentato. Con noi ha ripreso vitalità e gli abitanti lo hanno apprezzato.”¹⁰



Fig. 32 MACAO, *Si può anche pensare di volare.*

¹⁰ “Macao, dalla torre Galfa alla città aperta,” <http://www.vocidimilano.it/articolo/lstp/31539/>.

I

*I, Bertolt Brecht, come from the black forests.
My mother carried me into the cities
When I was in her belly. And the chill of the forests
Will be in me till my dying day.*

2

*The asphalt city is my home. Furnished
From the outset with every sacramental perquisite:
With newspapers. And tobacco. And brandy,
Distrustful and idle and contented to the end.*

3

*I am friendly to people. I put on
A top hat because that's what they do.
I tell myself: They are animals with a particular smell.
And I tell myself: What of it, so am I.*

4

*In the morning I like to set a woman or two
In my empty rocking chairs
And I look at them insouciantly and I say to them:
In me you have someone on whom there is no relying.*

5

*Towards evening it's men I gather round about me
And we address our company as "gentlemen."
They park their feet on my table
And say: Things are looking up. And I don't ask: When?*

(...)"

Of Poor B. B., Bertolt Brecht, 1922.

CONCLUSÃO

Considerações finais

A presente dissertação focou a relação dialética entre o espaço físico e o espaço social, intimamente ligada à produção e reprodução das relações de poder e à sua afirmação espacial. Enquanto produtor e produção de desigualdades e distinções reificadas, o espaço assume-se como inscrição e imposição de fronteiras e limites, possibilidades e constrangimentos incorporados nas percepções e vivências dos agentes sociais, de acordo com a posição que estes ocupam e com a estrutura do capital que possuem.

O estudo que empreendemos permitiu, na convergência da interpretação que fizemos do espaço social bourdieusiano e das tipologias de organização territorial explanadas por Jean Remy e Liliane Voyé, decorrer uma possível maleabilidade estrutural do espaço social afeto às transformações dos meios de produção económica, implicação implícita na teoria lefebvriana. Neste sentido, aferimos a complementaridade das proposições teóricas dos autores Henri Lefebvre, Pierre Bourdieu e Jean Remy e Liliane Voyé.

Lefebvre anuncia uma rutura epistemológica nas ciências sociais, incorporada na relação dialética que entende existir entre a ordem social e a ordem territorial. Desenvolvendo o conceito de apropriação espacial enquanto conformação e modelação do lugar por parte dos utilizadores, abre caminho para uma interpretação das lutas de classes, evidenciando os constrangimentos presentes na relação entre as classes dominantes e as forças de apropriação dos grupos sociais dominados.

Bourdieu, por sua vez, estrutura diagramaticamente os efeitos de classe, implicados nas limitações e capacidades dos agentes sociais, evidenciando, tal como Lefebvre, a importância de uma abordagem empírica que destaque as práticas quotidianas na compreensão da condição e posição social que define a condição existencial dos agentes sociais.

Jean Remy e Liliane Voyé, na análise detalhada que empreendem sobre o processo de urbanização, permitiram-nos compreender de que forma o espaço social se territorializa de forma distinta ao longo do processo de industrialização e urbanização. Implicando a desvalorização progressiva do capital cultural e o valor exacerbado do capital económico, inscritos na transição das situações territoriais não urbanizadas para os modos de agrupamento populacional orientados para a produção industrial, anunciam um novo equilíbrio alcançado com a urbanização, implícito na multiplicação das estratégias de reprodução dos agentes sociais e na proliferação das lógicas de apropriação espacial inerentes a este processo.

Associado à complexificação do espaço social, o processo de urbanização resulta, com efeito, no acentuar de desequilíbrios que perdem visibilidade no conjunto mas mantêm o seu carácter problemático. Neste sentido, o mesmo espaço adquire contornos distintos de acordo com as possibilidades que oferece a cada utilizador, munido de recursos, instrumentos e objetivos distintos e distintivos de apropriação. A adequação às estratégias de reprodução dos utilizadores apresenta-se, neste ponto, como objetivo primordial na composição e definição espacial, assumindo-se como pertinente a recusa de um *indivíduo-médio*, conceptualização sociológica transversal aos vários contextos espaciais em análise.

O espaço físico enquanto recurso pressupõe, com efeito, uma lógica interpretativa que o evidencie também enquanto instrumento de transformação social, implicando na sua produção o alargamento do campo do possível e a transformação das estruturas sociais objetivas e subjetivas dos agentes que o apropriam. Nesse sentido, enfatizamos a importância de que se pode revestir a posição do arquiteto enquanto agente social, implicado na luta de classes e imbuído de uma percepção distintiva sobre a legitimidade da relação de forças instituída. Sugerimos, desta forma, a redefinição desse mesmo campo de forças, propondo uma construção socio-espacial assente numa prática ajustada através da mediação e negociação entre grupos sociais. Privilegiando as posições sociais que dispõem de menos recursos económicos e culturais, procuramos evidenciar a pertinência da diluição dos efeitos de exclusão e segregação que as posições sociais dominantes tendem a impor, consciente ou inconscientemente, sobre as posições dominadas. O processo que procurámos propor afasta-se, deste modo, de uma prática abstrata, simplificada pela homogeneização, e aproxima-se de uma lógica da diferença, com vista à distribuição equilibrada e adequada de recursos e meios, procurando a negociação entre os interesses distintos que emergem neste processo.

“It is precisely in dealing with the contradictions as these transformations develop that a role for architecture can emerge. The process, in fact, degenerates in the coils of an intricate paradox. While human activities multiply, becoming diversified and omnipresent, decisions about where and how they should take place are increasingly concentrated in the spheres of economic, bureaucratic and technological power. The role of architecture could be to contribute to the freezing or thawing out of this paradox, according to the stand it chooses to take – on the side of the power structure, or on the side of those overwhelmed and excluded by it.”¹

Reflexão pessoal

“O envelhecimento social mais não é do que o lento trabalho de luto ou, se preferirmos, de desinvestimento (socialmente assistido e encorajado) que leva os agentes a ajustarem as sus aspirações às suas hipóteses objectivas, conduzindo-os assim a desposarem a sua condição, a tonarem-se naquilo que são, a contentarem-se com o que têm, mesmo que esforçando-se para se enganarem a si próprios sobre o que são e sobre o que têm, com a cumplicidade colectiva, a fazerem o seu luto de todos os possíveis laterais, a pouco e pouco deixados para trás, e de todas as esperanças reconhecidas como irrealizáveis à força de se manterem não realizadas.”²

Tal como enunciado por Georg Simmel³ e desenvolvido por Pierre Bourdieu,

1 De Carlo, Giancarlo, “Architecture’s public” in *Architecture and Participation*, ed. Peter Blundell Jones, Doina Petrescu e Jeremy Till (Abingdon: Spon Press, 2007), 13.

2 Bourdieu, Pierre, *A Distinção : Uma Crítica Social da Faculdade do Juízo*, 190.

3 “Man is something that is to be overcome. Logically considered, this, too, presents a contradiction: he who overcomes himself is admittedly the victor, but he is also the defeated. The ego succumbs to itself, when it wins; it achieves victory, when it suffers defeat. Yet the contradiction only arises when the two aspects of this unity are hardened into opposed, mutually exclusive conceptions. It is precisely the fully unified process of the moral life which overcomes and surpasses every lower state by achieving a higher one, and again transcends this latter state through one still higher. That man overcomes himself means that he reaches out beyond the bounds that the moment sets for him. There must be something at hand to be overcome, but it is only there in order to be

referenciámos os limites e limitações do homem como possibilidades que carecem de realização, imposições inertes que se reproduzem na desvalorização e negação de desequilíbrios socio-espaciais. Sob uma perspectiva de síntese, Bourdieu afirma a preponderância das estruturas na construção das relações sociais, afetas à objetividade do capital possuído pelos agentes e aos estilos de vida que constituem as suas práticas. Condiçionadas, física e mentalmente, as perceções que estes constroem da realidade encontram-se sujeitas aos limites que lhe são impostos e que impõem a si mesmos, afetando preponderantemente as estratégias de reprodução de capital que constroem e aplicam. Neste sentido, a igualdade implicada num projeto de construção social representaria a diluição desses limites, tornando-se importante clarificar em que termos a igualdade se impõe nesse processo. Negando uma homogeneidade utópica, Jean Rémy e Liliane Voyé evidenciam o valor da distinção e dos diferentes projetos associados ao *ethos de posição* bourdieusiano, na criação de um projeto de capacitação e autonomia das classes dominadas, desenvolvido na cidade, lugar de expressão da coletividade urbana. Este processo de capacitação, enquanto construção socio-espacial crítica, implica a perceção de que os limites incorporados pelos agentes sociais se afirmam na materialidade dos espaços que vivem, conformados na justaposição das desigualdades territoriais, nos desequilíbrio público/privado e nas acessibilidades, condicionadas pelo grau de desenvolvimento económico do lugar em questão.

Por outro lado, os limites do homem impõem-se nas estruturas mentais incorporadas por este, as quais definem a sua perceção das possibilidades reais, enquanto lógica derivada da posição social que ocupa. Intensificando a ideia de que o espaço confinado se inscreve na mente do ocupante, percebemos as limitações criadas pelo fechamento socio-espacial, o qual replica a mobilidade e acessibilidade negadas, bem como a ausência de meios e recursos que permitam transformar o carácter cíclico do sistema em que o agente se encontra integrado. A capacitação, com vista à igualdade de oportunidades, inscreve-se, assim, na adequação das práticas de revitalização socio-espacial aos contextos específicos onde se pressupõe uma atuação.

Consideramos, com efeito, o relevo de uma imbricação entre o projeto urbano e o projeto social, interpretados na conjugação de objetivos e interesses distintos, decorrentes das múltiplas combinações possíveis de *estratégias de reprodução de capital* e de *lógicas de apropriação do espaço* valorizadas pelos agentes implicados. A interseção de posições, *habitus* e estratégias distintas num espaço comum que é a cidade urbanizada, implicada nas lutas de poder que condicionam as estratégias individuais, pressupõe a atribuição de valores distintos ao que Jean Remy e Liliane Voyé distinguem como *centro* e *bairro*. Mais uma vez, a definição de ambos encontra-se intimamente associada aos campos especificamente valorizados em cada situação e afirma a necessidade de um processo de criação/auscultação dos movimentos comunitários, fragilizados quanto à capacidade de mobilização e ativação com vista à construção urbana.

Constatando o potencial de uma construção socio-espacial com vista à transformação das estruturas objetivas e subjetivas, destacamos um processo de projeto arquitetónico assente em moldes de atuação prática fundados na mediação entre entidades de governação, comerciais e comunitárias, procurando a negociação de interesses e valores, com vista ao equilíbrio de

overcome. Thus even as an ethical agent, man is the limited being that has no limit.” in Simmel, Georg, “Life as Transcendence”, *The View of Life: Four Metaphysical Essays with Journal Aphorisms* (Londres: University of Chicago, 2010), 5 e 6.

oportunidades e à capacitação dos agentes implicados. Como enunciado por Carlos Vieira de Faria, na análise dos movimentos sociais urbanos, “*será pela importância dos seus efeitos (sociais, políticos e urbanos, sem esquecer os simbólicos) que se medirá a capacidade transformadora da acção urbana*”⁴.

Neste sentido, apropriamos na teoria lefebvriana o valor revolucionário que uma tomada de consciência implica e a necessidade implícita de novas formas de discussão e reflexão sobre a cidade enquanto lugar do comum, adensando este ponto de vista a partir da abordagem bourdieusiana, clarificando objetivamente as consequências a longo prazo que um momento pode, estrutural e culturalmente, originar.

*“Poderá a vida urbana recuperar e intensificar as capacidades de integração e participação da cidade, quase inteiramente desaparecidas, e que não podemos estimular nem pela via autoritária nem por prescrição administrativa, nem pela intervenção dos especialistas? Assim se formula o problema teórico capital.”*⁵

A ênfase atribuída aqui por Henri Lefebvre ao papel da integração e participação como vias preferenciais de transformação da ordem social e das suas formas de territorialização, permitem-nos argumentar a dependência entre o espaço arquitetónico e urbano, como indução ou indutor de uma ordem social que habita determinado lugar. Nas palavras de Giancarlo De Carlo revemos, também, os problemas identificados por Lefebvre na construção e desenvolvimento da cidade, os quais refletiam a necessidade de inclusão com vista à redução das desigualdades, afirmando a cidade como estrutura objetiva e reificada de uma luta de poder em desequilíbrio profundo.

“The priority scale established by the power structures has no sense except that of its own self-preservation, and therefore no one can or should accept the low priority assigned to housing, the city and the landscape. Nor can or should any one go on believing, according to the dogmas established in Frankfurt, that it is a good idea to define spatial limits in order to cook omelets faster.

*Working on ‘how’ without rigorous control of ‘why’ inevitably excludes reality from the planning process.”*⁶

Reforçando a relação dialética entre a estrutura da sociedade e o campo da arquitetura, Giancarlo De Carlo afirma a sua interdependência, reconhecendo a importância de uma tomada de posição social que contextualize a produção espacial na luta de classes. Procurando um entendimento aprofundado das limitações e capacidades dos agentes em causa, propõe-se que a arquitetura se integre num processo de materialização de um novo equilíbrio, alimentando a estrutura e os critérios de referência externa, dominados e dominantes. A arquitetura é, assim, entendida enquanto materialização de possibilidades que permitem contrariar, questionar, criticar e equilibrar as relações de força reificadas no espaço.

“In this respect architecture has an incalculable advantage over other activities, for it produces concrete images of what the physical environment could be like if the

4 Faria, Carlos Vieira de, “Novo olhar sobre os movimentos sociais urbanos”, in *Relações Sociais de Espaço: Homenagem a Jean Remy* (Lisboa: Colibri, 2006), 97.

5 Lefebvre, Henri, *O direito à cidade* (Lisboa: Estúdio e Livraria Letra Livre, 2012), 9.

6 De Carlo, Giancarlo, “Architecture’s Public”, in *Giancarlo De Carlo* (Oxford: Butterworth, 1992), 9.

*structure of society were different. In other words, it allows the wedging of physically perceptible and experiencible facts into the narrow margin of choice (or into the wounds opened up by contradictions) of the structure as it exists today.*⁷

⁷ Ibidem.,14.

BIBLIOGRAFIA

- Balsa, Casimiro *et al.*, *Relações Sociais de Espaço: Homenagem a Jean Remy* (Lisboa: Colibri, 2006).
- Bourdieu, Pierre, e Loic Wacquant, *An Invitation to Reflexive Sociology* (Chicago: University of Chicago Press, 1992).
- Bourdieu, Pierre, *Razões Práticas : Sobre a Teoria da Acção* (Oeiras: Celta Editora, 1997).
- Bourdieu, Pierre, *Physical space, Social space and Habitus* (Oslo: Postboks, 1995).
- Bourdieu, Pierre, *O Poder Simbólico* (Lisboa: Edições 70, 2011).
- Bourdieu, Pierre, *Miséria do Mundo* (Petrópolis: Vozes, 2003).
- Bourdieu, Pierre, *A Distinção : Uma Crítica Social da Faculdade do Juízo* (Lisboa: Edições 70, 2010).
- Durkheim, Émile, *Les règles de la méthode sociologique* (Paris: P. U. F., 1973).
- Lefebvre, Henri, *Critique of Everyday Life*, vol. 1 (Londres: Verso, 2008).
- Lefebvre, Henri, *Critique of Everyday Life, Foundations for a sociology of the everyday*, vol. 2 (Londres: Verso, 2008).
- Lefebvre, Henri, *Critique of Everyday Life, From Modernity to Modernism*, vol. 3 (Londres: Verso, 2008).
- Lefebvre, Henri, *The Production of Space* (Oxford: Blackwell Publishing, 1991).
- Lefebvre, Henri, *O direito à cidade* (Lisboa: Estúdio e Livraria Letra Livre, 2012).
- Painter, Joe, “Pierre Bourdieu” in *Thinking Space*, ed. Mike Crang e Nigel Thrift (Taylor & Francis e-Library, 2003).
- Rémy, Jean e Liliane Voyé, *A cidade: rumo a uma nova definição?* (Porto: Afrontamento, 1994).
- Remy, Jean e Liliane Voyé, *Ville, ordre et violence: Formes spatiales et transaction sociale* (Paris: Presses universitaires de France, 1981).
- Ripoll, Fabrice e Sylvie Tissot, “La dimension spatiale des ressources sociales”, *Regards Sociologiques* 40 (2010), 5-7.
- Ripoll, Fabrice, “Attention, un espace peut en cacher un autre”, *Actes de la Recherche en sciences sociales* 195 (2010), 112-121.
- Rudolfsky, Bernard, *Architecture Without Architects* (Nova Iorque: Doubleday & Company, Inc., 1965).
- Weber, Max, *The methodology of the social sciences*, trad. Edward Shils e Henry Finch (Nova Iorque: Free Press, 1997).

Bibliografia Complementar

- Debord, Guy, *The Society of Spectacle* (Nova Iorque: Zone Books, 1994).
- De Carlo, Giancarlo, "Architecture's public" in *Architecture and Participation*, ed. Peter Blundell Jones, Doina Petrescu e Jeremy Till (Abingdon: Spon Press, 2007).
- De Carlo, Giancarlo, "Architecture's Public", in *Giancarlo De Carlo* (Oxford: Butterworth, 1992).
- Habermas, Jurgen, *The Structural Transformation of Public Sphere* (Cambridge: Polity Press, 1962).
- Hamdi, Nabeel, *Housing Without Houses: Participation, Flexibility, Enablement* (Londres: Intermediate Technology, 1995).
- Hamdi, Nabeel, *Small Change: About the Art of Practice and the limits of Planning in Cities*, (London: Earthscan, 2004).
- Kafka, Franz, *O Castelo*, col. Dois Mundos, nº 91 (Lisboa: Edição Livros do Brasil).
- Kafka, Franz, *O Processo*, col. Dois Mundos, nº 85 (Lisboa: Edição Livros do Brasil).
- Nietzsche, Frederick, *The Will to Power* (Nova Iorque: Vintage, 1967).
- Orwell, George, *1984* (Middlesex: Penguin Books, 1980).
- Simmel, Georg, "Life as Transcendence", *The View of Life: Four Metaphysical Essays with Journal Aphorisms* (Londres: University of Chicago, 2010).
- Sennett, Richard, *The Fall of Public Man* (Londres: Penguin Books, 2002).
- Sennett, Richard, *Together: The Rituals, Pleasures and Politics of Cooperation* (Londres: Yale University Press, 2012).
- Turner, John e Robert Fichter, *Freedom to Build: dweller control of the housing process*, (Nova Iorque: MWacMillan Publishing Co., 1972).

- Bellefroid, Éric, “Jean Remy, un homme dans la ville,” 2001.
<http://www.lalibre.be/debats/opinions/jean-remy-un-homme-dans-la-ville-51b875cfe4b0de6db9a671d7> (acedido em Junho 2013).
- Brecht, Bertolt, “Of Poor B. B.,” trans. Michael Hoffmann, 2006.
<http://www.poetryfoundation.org/poetrymagazine/browse/188/1#!/20607379/1> (acedido em Março 2013).
- Bria, Ginevra, “Dall’Ansaldo a Macao. Parla Stefano Boeri,” 2012.
<http://www.artribune.com/2012/07/dallansaldo-a-macao-parla-stefano-boeri/> (acedido em Agosto, 2013).
- Corica, Alessandra, “Torre Galfa, all’alba scatta lo sgombero Pisapia: pronti a concedere l’ex Ansaldo,” 2012.
http://milano.repubblica.it/cronaca/2012/05/15/news/torre_galfa_scattato_lo_sgombero_intervento_all_alba_senza_incidenti-35159820/ (acedido em Agosto, 2013).
- Debord, Guy-Ernst, “Perspectives for Conscious Alterations in Everyday Life”, *Internationale Situationniste* 6, 1961.
<http://library.nothingness.org/articles/all/en/display/89> (acedido em Janeiro, 2013).
- Debord, Guy-Ernst. “Critique of Separation - part 1.” video digital, 1961.
<http://www.youtube.com/watch?v=IX3WgnlsX0Q> (acedido em Janeiro, 2013).
- Fiordimela, Cristina. “Conservation, recycling and cultural regeneration,” 2012.
<http://www.domusweb.it/en/architecture/2012/10/18/conservation-recycling-and-cultural-regeneration.html> (acedido em Agosto, 2013).
- Galeano, Eduardo cit. *in* “Utopia on the Horizon: Documentary on the Greek Debt Crisis”, realizado por Jérôme Roos e Leonidas Oikonomakis, video digital, 2012.
<https://www.youtube.com/watch?v=LY5oebIIo54> (acedido em Novembro, 2012).
- Giancristofaro, Simone, “Macao, dalla torre Galfa alla città aperta,” 2012.
<http://www.vocidimilano.it/articolo/lstp/31539/> (acedido em Agosto, 2013).
- Il Post, “Stefano Boeri: 3 cose su Macao e l’occupazione di Palazzo Citteri,” 2012.
<http://www.ilpost.it/2012/05/20/stefano-boeri-3-cose-su-macao-e-loccupazione-di-palazzo-citterio/> (acedido em Agosto, 2013).
- MACAO, “Lettera alla Città,” 2012.
<http://wmacao.tumblr.com/post/22777170630/lettera-alla-citta> (acedido em Agosto, 2013).
- MACAO, “MACAO_Si potrebbe anche pensare di volare,” 2012
<http://www.teatrovalleoccupato.it/comunicato-stampa-macao-si-potrebbe-anche-pensare-di-volare> (acedido em Agosto, 2013).

MACAO, "Press release MACAO_May 5th Milan," 2012.

http://www.teatrovalleoccupato.it/press-release-macao_may-5th-milan/ (accedido em Agosto, 2013).

Ponti, Gio, cit. in Domus, "Torre Galfa, Past and Future," 2012.

<http://www.domusweb.it/en/from-the-archive/2012/05/12/torre-galfa-past-and-future.html> (accedido em Agosto, 2013).

Tozzi, Lucia, "Macao: chronicle of an occupation," 2012.

<http://www.domusweb.it/en/art/2012/05/12/macao-chronicle-of-an-occupation.html> (accedido em Agosto, 2013).

ÍNDICE DE IMAGENS

Capa: “*Section of the Walled City of Kowloon*. (pormenor)” Imagem digital, 1993.

<http://www.deconcrete.org/wp-content/uploads/2010/03/Kowloon-Cross-section-low.jpg>
(acedido em Abril, 2013).

Fig. 1 “Eyerman, J. R.. “Audiência na estreia do filme *Bwana Devil* em 3D, 1952. Capa do livro *Society of Spectacle*, de Guy Debord, 1973.” Imagem digital, 1952.

<http://unit607.com/Society-of-the-Spectacle> (acedido em Janeiro, 2013).

Fig. 2 Bourdieu, Pierre. “Vendedor de rua com o seu filho, 1959. *Images d’Algérie, une affinité électorive*.” Imagem digital, 2003.

<http://www.exc16.de/cms/bourdieu-ausstellung.html> (acedido em Junho, 2013).

Fig. 3 Bourdieu, Pierre. “Pierre Bourdieu, Espace des positions sociales et espace des estiles de vie, diagrama simplificado.” Imagem digital, 1997.

<http://sociologies.revues.org/4143> (acedido em Maio, 2013).

Fig. 4 Slought foundation. “Em 2005, a Igreja Ortodoxa Sérvia fez chegar uma igreja em metal ao topo do Monte Rumija, lugar religioso no limiar da fronteira entre a atual Sérvia e Montenegro.” Imagem digital, 2013.

<http://dprbcn.wordpress.com/2013/08/03/architecture-of-adjustment/> (acedido em Abril, 2013).

Fig 5 Bourdieu, Pierre. “Palestro. *Images d’Algérie, une affinité électorive*.” Imagem digital, 2003. <http://www.exc16.de/cms/bourdieu-ausstellung.html> (acedido em Junho, 2013).

Fig. 6 Alison e Peter Smithson. “Valley Section, *The Doorn Manifesto*, Doorn.” Imagem digital, 1954. <http://www.team10online.org/> (acedido em Junho, 2013).

Fig. 7 Rudolfsky, Bernard. “As vilas fortificadas de Savetia. *Architecture Without Architects*, 1965.” Imagem digital.

http://afon152011.files.wordpress.com/2011/09/architecturewithoutarchitects_sm.pdf
(acedido em Julho, 2013).

Fig. 8 “Deserto Rosso.” Michelangelo Antonioni. 1964. video.

Fig. 9 Venturi, Scott Brown and Associates. “*Flâneurs in Automobiles** | Venturi and Scott Brown on the Road.” Imagem digital, 1966. <http://dprbcn.wordpress.com/2010/10/29/flaneurs-in-automobiles/> (acedido em Março, 2013).

Fig. 10 Rudolfsky, Bernard. “Logone Birni, Camarões”. *Architecture Without Architects* (Nova Iorque: Boubleday & Company Inc., 1965).

Fig. 11 “*Section of the Walled City of Kowloon.*” Imagem digital, 1993.

<http://www.deconcrete.org/wp-content/uploads/2010/03/Kowloon-Cross-section-low.jpg>
(acedido em Abril, 2013).

Fig. 12 “Le Quattro Volte.” Michelangelo Frammartino. 2013. video.

Fig. 13 Rudolfsky, Bernard. “Berna, Suíça, sec. XVI”, *Architecture Without Architects*.

Fig. 14 Desconhecido. “Protesto de trabalhadores, URSS, c. 1930..” Imagem digital, n.d.
<http://accionsiterritori.com/> (acedido em Janeiro, 2013).

Fig. 15 Kiefer, Anselm. “*Over our cities grass will grow*, realizado por Sophie Fiennes.” Video, 2010. http://www.imdb.com/media/rm2124251648/tt1414368?ref=ttmi_mi_all_sf_10
(acedido em Abril, 2013).

Fig. 16 Legnani, Delfino Sisto. “Macao: chronicle of an occupation” Imagem digital, 2012.
<http://www.domusweb.it/en/art/2012/05/12/macao-chronicle-of-an-occupation.html>
(acedido em Agosto, 2013).

Fig. 17 Domus. “Torre Galfa, from the pages of Domus 377 / April 1961.” Imagem digital, 2012. <http://www.domusweb.it/en/from-the-archive/2012/05/12/torre-galfa-past-and-future.html>
(acedido em Agosto, 2013).

Fig 18 Tozzi, Lucia. “Macao: chronicle of an occupation” Imagem digital, 2012.
<http://www.domusweb.it/en/art/2012/05/12/macao-chronicle-of-an-occupation.html>
(acedido em Agosto, 2013).

Fig. 19 MACAO. “Torre GalFa, 14 de Maio, 2012.” Digital image, 2012.
<http://photomacao.photoshelter.com/> (acedido em Agosto, 2013).

Fig. 20 Ciccarelli, Roberto. “Torre GalFa, percurso vertical até ao 23 piso. Assembleia pública, 12 de Maio, 2012.” Imagem digital, 2012.
<http://furiacervelli.blogspot.pt/2012/05/macao-lutopia-concreta-del-lavoro.html> (acedido em Agosto, 2013).

Fig. 21 MACAO. “Participação do presidente Giuliano Pisapia na assembleia pública de 15 de Maio, 2012..” Imagem digital, 2012. <http://photomacao.photoshelter.com/> (acedido em Agosto, 2013).

Fig. 22 MACAO. “Via Galvani. Assembleia pública, 15 de Maio, 2012.” Imagem digital, 2012. <http://photomacao.photoshelter.com/> (acedido em Agosto, 2013).

Fig. 23 “Via Galvani, acampamento improvisado a poucos metros dos hotéis Sheraton e Hilton, 18 de Maio, 2012”. Imagem digital, 2012. <http://photomacao.photoshelter.com/>
(acedido em Agosto, 2013).

Fig. 24 “Concerto da Orquestra Verdi na Via Galvani, 17 de Maio, 2012”. Imagem digital, 2012. <http://photomacao.photoshelter.com/> (acedido em Agosto, 2013).

Fig. 25 “Percurso até ao Palazzo Citterio”, Brera, 19 de Maio, 2012. Imagem digital, 2012. http://milano.repubblica.it/cronaca/2012/05/19/foto/brera_macao_occupa_palazzo_citterio-35477244/4/ (acedido em Agosto, 2013).

Fig. 26 “MACAO ocupa um antigo matadouro em Viale Molise, 68, 16 de Junho, 2012.” Imagem digital, 2012. http://milano.corriere.it/milano/notizie/cronaca/12_giugno_16/macao-occupa-vivaio-viale-eginardo-fera-torre-galfa-palazzo-citterio-201628571473.html (acedido em Agosto, 2013).

Fig. 27 Fiordimela, Cristina. “Workshop EXYZT, construção de mobiliário, 1 de Outubro, 2012.” Imagem digital, 2012. <http://www.domusweb.it/en/architecture/2012/10/18/conservation-recycling-and-cultural-regeneration.html> (acedido em Agosto, 2013).

Fig. 28 EXYZT. “Workshop EXYZT, construção de mobiliário, 1 de Outubro, 2012.” Imagem digital, 2012. <https://www.facebook.com/media/set/?set=a.289306664503619.51057.177921258975494&type=3> (acedido em Agosto, 2013).

Fig. 29 Em cima, à direita, visita do artista e escritor Dan Perjovschi, 11 outubro, 2012. Imagem digital, 2012. <http://www.exibart.com/notizia.asp?IDCategoria=1&IDNotizia=39348> (acedido em Agosto, 2013).

Fig. 30 “Concerto de Vinicio Capossela, 9 de Novembro, 2012.” Imagem digital, 2012. <http://photomacao.photoshelter.com/> (acedido em Agosto, 2013).

Fig. 31 “Fuorisalone 2013: all'ex Ansaldo la mostra A taste of China” Imagem digital, 2013. <http://blog.atcasa.corriere.it/salone-del-mobile/2013/02/21/fuorisalone-mostra-a-taste-of-china-design-around-the-table/> (acedido em Agosto, 2013).

Fig. 32 “MACAO, *Si può anche pensare di volare.*” Imagem digital, 2013. <http://photomacao.photoshelter.com/> (acedido em Agosto, 2013).

ふたりで、
春を語り合う？

「オイルたちの天下でチュー」

「いい子にしないと太い注射をプスリですよ」

鳥籠のように外壁から張り出した
屋根付きのバルコニー

「おれも仲間に入れ」

「ハッピー・バースデー
ツー・ユー！」

狭いところに
更に間仕切り

大人のおもちゃの間屋

ボイ、ボイ！

祭壇に信仰する神仏を、
その下に家宅の守護神を祀る

隣のビルに手術室を増設

紡績工場

鋳金屋

トイレットペーパー工場

パン屋

通路「龍津一柱」

この壁は左右のビルが共用。
どちらのビルが先にできたのだろう？

商店の入口は
シャッター

ゴミ集積場